



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 18

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 16 de abril de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Congratulação** “pela participação do grupo de alunas do 10º ano da Escola Básica Integrada de Santa Maria, e respetivos professores, no concurso europeu CanSat 2013, bem como pelo 1º lugar alcançado no mesmo”.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Duarte Moreira (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação** “pela conquista da Taça de Portugal em Ténis de Mesa 2012/2013 pelo Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos”.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação** “ao Grupo Desportivo dos Toledos pela conquista da Taça de Portugal de ténis de mesa”.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*);

- **Voto de Congratulação** “pela conquista da Taça de Portugal de Voleibol Feminino, época 2012/2013, pelo Clube Desportivo Ribeirense”.

A apresentação do referido voto coube ao Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação** “ao Clube Desportivo Ribeirense pela conquista da Taça de Portugal de voleibol feminino”.

Após a leitura do referido voto pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação** “pela conquista da Taça de Portugal em Voleibol, escalão de seniores masculinos, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo”.

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação** “pelos 25 anos da Rádio Atlântida”.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto** “pela total inoperância e conivência do Governo Regional perante o cenário de greve na SATA”.

A apresentação do voto foi realizada pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*),_Aníbal Pires (*PCP*) e Duarte Freitas (*PSD*).

Submetido à votação, o voto mencionado foi rejeitado.

- **Voto de Pesar** “pelo falecimento de António Câmara”.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto, passou-se para as Declarações Políticas.

Para a primeira, levada a cabo pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), usaram da palavra no debate o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Para a segunda, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), participou no debate a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*).

Terminado este ponto, passou-se para as Intervenções de Interesse Político Relevante.

A intervenção foi apresentada pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*), tendo usado da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/X – “Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional (quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional 8/2002/A de 10 de abril)”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, participaram no debate os Srs. Deputados Francisco Silva (*CDS-PP*), António Marinho (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

2. Petição n.º16/2011 – “Manifesto contra a inceneração nos Açores”, apresentada por Sérgio Diogo Caetano, na qualidade de 1.º subscritor.

Apresentado o relatório pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), participaram no debate os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

3. Projeto de DLR n.º 4/X – “Alteração ao anexo (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca - FUNDOPESCA) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

O diploma foi apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares, tendo participado no debate os Srs. Deputados Francisco Silva (*CDS-PP*), Luís Garcia (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Para a chamada tem a palavra o Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite Gomes Parreira**

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Francisco José Ferreira Silva

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de entrarmos propriamente nos nossos trabalhos quero dar as boas vindas ao Sr. Deputado Francisco Silva, ...

Deputado Francisco Silva (CDS-PP): Obrigado!

Presidente: ...desejar-lhe bom trabalho e informar que a Conferência de Líderes deliberou reservar esta manhã para o período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos começar pela leitura e discussão dos Votos.

Para a apresentação de um Voto de Congratulação sobre a Escola Básica de Santa Maria tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Escola Básica Integrada de Santa Maria vence concurso CanSat 2013

No ano de 2012, na sessão legislativa do mês de maio, esta Assembleia aprovou por unanimidade dois votos de congratulação relativos à participação da escola Básica Integrada de Santa Maria no concurso CanSat 2012, que decorreu na Noruega, tendo a equipa mariense obtido um honroso terceiro lugar.

Como referido então, o CanSat é uma iniciativa da Agência Espacial Europeia (ESA) e dos respetivos parceiros europeus, direcionado a alunos das Escolas Secundárias da Europa.

Este concurso oferece uma oportunidade única para os estudantes terem uma primeira experiência prática de um projeto na área aéreo espacial. Eles são responsáveis por todos os aspetos, desde o projeto, a seleção de sua missão, a integração dos componentes, testes, preparação para o lançamento e análise dos dados recolhidos nas missões.

As competições ocorreram em muitos países do mundo desde os anos 90. Tipicamente, um número de equipas de estudantes juntam-se para lançar os seus “CanSats” durante o decurso de um dia.

No concurso CanSat do presente ano, a equipa da escola Básica Integrada de Santa Maria, em representação de Portugal, alcançou um inédito e prestigiante primeiro lugar no campeonato internacional de lançamento de minissatélites que decorreu na Holanda, entre os dias 11 e 13 deste mês de abril, que muito honra a comunidade escolar Açoriana e de Santa Maria, em particular, dignificando não só os Açores, mas também Portugal.

Para registo, referir que a equipa Açoriana, da ilha de Santa Maria, com a designação de "Air Sat One Team" foi constituída pelas alunas do 10º ano, da

área de ciências e tecnologias: Joana Baptista (Telecomunicações), Francisca Coelho (Aerodinâmica), Mariana Sousa (Software) e Rute Silva (Eletrónica), mais uma vez sob orientação dos professores Juan Nolasco e Hélder Chaves.

Por ser esta a segunda participação, com os magníficos resultados obtidos, aliado a outras participações, em concursos de diversa ordem, de alunos desta escola, designadamente a participação na competição europeia “Zero Robotics 2012”, destaca-se e enaltece-se, a dedicação, empenho e espírito de inovação da comunidade escolar, em particular dos professores envolvidos, assim como do dinamismo, irreverência e vontade de aprender que os alunos demonstram perante desafios e projetos aliciantes, valorizando, por esta via, o ensino das nossas escolas e demonstrando conhecimentos científicos ao nível das melhores escolas europeias.

Para além de outros aspetos, o interesse da comunidade escolar mariense nesta área da ciência, está decididamente ligada à instalação na ilha de Santa Maria, de uma estação de rastreio de satélites da Estação Espacial Europeia (ESA), que espalhou a semente das tecnologias espaciais nos Açores e na Ilha de Santa Maria em particular, situação que, estamos convictos, contribuirá ainda de forma mais evidente no desenvolvimento da ciência e da tecnologia na nossa Região, com todos os aspetos que daí podem advir para a formação dos nossos jovens e para um futuro polo de desenvolvimento económico.

Pelo exposto, pela brilhante participação e magnífica experiência, que culminou com um inédito e prestigante primeiro lugar, no CanSat 2013, pela já habitual dedicação dos professores, pela interação dos familiares das alunas e primorosa envolvência da Estação ESA em Santa Maria, que fez colocar os olhos da tecnologia espacial no centro do Atlântico Norte, afirmando-nos no mapa científico mundial;

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela participação do grupo de alunas do 10º ano, da Escola Básica Integrada de Santa Maria, e respetivos professores, no concurso europeu CanSat 2013, bem

como pelo 1º lugar alcançado no mesmo, estendendo o presente voto ao trabalho que vem sendo desenvolvido na área das ciências e das tecnologias espaciais naquela escola.

Que deste Voto seja dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Santa Maria, alunos e professores envolvidos, à respetiva Associação de pais, Câmara Municipal de Vila do Porto e Estação de Santa Maria da Agência Espacial Europeia.

Sala das Sessões, Horta, 16 de maio de 2013

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, Berto Messias, Duarte Moreira e Bárbara Chaves

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação sobre o Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos, apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Conquista da Taça de Portugal em Ténis de Mesa 2012/2013 – Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos

Com cerca de 30 anos de história honrosa de dedicação e concretização do seu objeto social de promoção do desenvolvimento e da prática de atividades culturais, desportivas e recreativas, o SALÃO RECREATIVO DOS TOLEDOS e o seu Grupo Desportivo, com especial destaque para a secção de ténis de mesa, têm revelado a sua dinâmica atuação associativa, já algumas vezes aqui

referenciada e congratulada pelos muitos feitos desportivos que enaltecem os Açores, o desporto açoriano, as suas instituições e os açorianos que se dedicam de corpo e alma a estes projetos sociais, culturais, recreativos e desportivos;

O Salão Recreativo dos Toledos desenvolve um importante papel na área social, tendo pela sua qualidade e manifesto interesse público sido conferido o estatuto de Instituição Privada de Solidariedade Social. Nesse sentido e de forma a garantir mais e melhores condições ao desenvolvimento das suas atividades de cariz social, o Salão Recreativo dos Toledos tem vindo a desenvolver, com muito esforço e dedicação das suas direções, as obras de construção das instalações sociais e desportivas, que serão fundamentais para o bom e normal desempenho das várias atividades desenvolvidas pela instituição. É nesse sentido que têm merecido, justamente, a atenção e os apoios de diversos departamentos do Governo Regional;

O GRUPO DESPORTIVO DO SALÃO RECREATIVO DOS TOLEDOS foi fundado a 26 de novembro de 2001 e dedicou-se exclusivamente à modalidade de ténis de mesa e, na sua vertente competitiva, já alcançou vários títulos locais e regionais, em termos coletivos e individuais mas, obviamente, destacam-se os vários títulos nacionais alcançados e que elevam o clube ao mais alto patamar do ténis de mesa nacional;

É desta forma que têm sabido nobremente levar o nome do lugar dos Toledos, do concelho da Madalena, da ilha do Pico e dos Açores a todo o universo desportivo nacional, além das participações internacionais;

Este trabalho de alta competição no ténis de mesa é em primeira linha desenvolvido pelo incessante projeto de formação de mais de 100 atletas, o que é digno de registo e um trabalho meritório que deve aqui ser merecidamente reconhecido;

O Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos tem dado aos Açores e ao Pico em particular inúmeros títulos nacionais, com conquistas de campeonatos nacionais desde a 3.^a Divisão até ao primeiro escalão nacional da modalidade do ténis de mesa, onde atualmente mantém as equipas seniores de femininos e de masculinos. Dos vários títulos conquistados, destacam-se a Taça de Portugal na

época 2009/2010, o campeonato nacional da 1ª Divisão e a Super Taça, na época seguinte, com a equipa sénior masculina;

Dando continuidade a este extraordinário trajeto desportivo dos últimos anos, a equipa sénior masculina venceu, no passado dia 10 de fevereiro, o Clube da Casa do Povo de Oliveirinha, no jogo da final da Taça de Portugal, garantindo assim, pela segunda vez a vitória naquela prova, constituindo mais um feito notável, engrandecendo mais uma vez o desporto açoriano.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 16 de abril de 2013, emita o seguinte Voto de Congratulação: **“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de seniores masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos ter conquistado a Taça de Portugal na época desportiva de 2012/2013, constituindo mais um feito assinalável para o desporto açoriano”**.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Ténis de Mesa do Pico e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Disse.

Horta, 16 de abril de 2013

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Miguel Costa e Lizuarte Machado

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo, passemos então à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação também sobre o Grupo Desportivo dos Toledos, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
TOLEDOS – VENCEDOR DA TAÇA DE PORTUGAL

A equipa sénior masculina de ténis de mesa do Grupo Desportivo do Toledos venceu, no passado dia 10 de fevereiro, a Taça de Portugal.

Esta é a segunda vez que a equipa do Toledos vence tão prestigiado troféu do ténis de mesa nacional. Foi na época 2009/10 que conquistou pela primeira vez a Taça de Portugal.

No seu palmarés desportivo o Toledos inclui ainda um título de campeão nacional, alcançado na época desportiva 2010/11, época em que conquistou também a Super-taça.

Este feito, de novo alcançado pelo Grupo Desportivo do Toledos, representa a humildade, a perseverança, a dedicação e o acreditar que é também necessário envolver no trabalho desportivo, pois só assim se consegue vencer muitas barreiras e obter resultados de excelência.

E se há Clube que nos Açores tem vindo a apresentar excelentes resultados desportivos numa modalidade considerada “pobre”, convivendo com imensas limitações orçamentais, o Grupo Desportivo do Toledos é sem dúvida um deles. Este é portanto mais um momento alto da vida deste Clube que tem ao longo dos anos contribuído para o prestígio do desporto regional no contexto nacional e levado o nome dos Açores além-fronteiras. Importa por isso que as entidades públicas regionais saibam reconhecer e acarinhar o esforço e o trabalho aqui desenvolvido, bem como sublinhar a importância da oportunidade que aqui é criada em oferecer a mais de uma centena de crianças, adolescentes e jovens do Pico uma prática desportiva diferente proporcionando-lhes uma saudável ocupação dos tempos livres.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe um voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Toledos, felicitando os atletas e o seu competente técnico Alexandre Gomes pela conquista da Taça de Portugal de ténis de mesa, tornando extensivo o mesmo

voto aos Dirigentes deste Clube na pessoa do seu dinâmico e empenhado Presidente José Eduardo Pereira.

Mais propõe que do mesmo voto se dê conhecimento à Associação de Ténis de Mesa do Pico, ao Serviço do Desporto do Pico, à Junta de Freguesia da Madalena e à Câmara Municipal da Madalena.

Horta, 16 de abril de 2013

Os Deputados, Duarte Freitas, Cláudio Lopes, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a leitura de um Voto de Congratulação sobre o Grupo Desportivo Ribeirense, apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O voleibol é uma modalidade fortemente arraigada nas gentes do Pico, sendo que em quase todas as freguesias e lugares da ilha se praticou.

Em 1976, alguns jovens quotizaram-se, adquiriram equipamentos e designando-se de Grupo Desportivo Ribeirense começaram a praticar a modalidade nos eventos festivos de Santa Cruz das Ribeiras.

Dez anos mais tarde, em novembro de 1986, foi outorgada a escritura de constituição do Clube Desportivo Ribeirense.

Na época desportiva de 1991/1992 o Clube Desportivo Ribeirense foi campeão açoriano em seniores masculinos tendo subido às competições nacionais e

alcançou o nível máximo do voleibol nacional – a Divisão A1 – na época desportiva de 2004/2005.

Nessa mesma época de 2004/2005, a equipa de seniores femininos, disputando o Campeonato da Divisão A2, subiu ao topo da competição nacional, garantido a participação, desde a época desportiva de 2005/2006, na Divisão A1. De então para cá, a equipa têm-se classificado nos primeiros lugares do Campeonato Nacional da Divisão A1, tem participado em competições europeias e obtido classificações relevantes na Taça de Portugal Feminina, com destaque para a conquista deste troféu em 2009.

Na época de 2010/2011 o Clube Desportivo Ribeirense dominou completamente o voleibol feminino em Portugal. Conquistou a sua segunda Taça de Portugal, e sagrou-se, pela primeira vez, Campeão Nacional da Divisão A1 de Voleibol Feminino, ao vencer na final a equipa do Clube Académico da Trofa.

Na época de 2011/2012 o Clube Desportivo Ribeirense conquistou novamente a Taça de Portugal e o Campeonato Nacional da Divisão A1 de Voleibol Feminino.

Na época de 2012/2013 o Clube Desportivo Ribeirense ao bater o Gueifães por 3 - 1 conquistou, no passado dia 30 de março, a sua quarta Taça de Portugal, a terceira consecutiva e está apurado para a fase final do Campeonato nacional da primeira divisão de Voleibol Feminino.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que esta, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter conquistado a Taça de Portugal de Voleibol Feminino, época 2012/2013, feito inédito no desporto açoriano dado tratar-se da quarta Taça de Portugal conquistada, sendo a terceira consecutiva.

A presente congratulação é extensiva a todas as atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, coroados de êxito todo o seu esforço no campo desportivo.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Voleibol do Pico e à Federação Portuguesa de Voleibol.

Disse.

Horta, 16 de abril de 2013

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Lizuarte Machado e Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Não havendo, passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação sobre o mesmo teor, pelo Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CLUBE DESPORTIVO RIBEIRENSE VENCEDOR DA TAÇA DE PORTUGAL

Pela 4ª vez, a equipa sénior feminina do Clube Desportivo Ribeirense venceu a Taça de Portugal. Este feito desportivo acontece de forma consecutiva nas últimas três épocas desportivas, depois deste mesmo Clube ter alcançado a primeira Taça de Portugal de Voleibol que veio para os Açores, na época desportiva 2008/2009.

A última Taça de Portugal de voleibol feminino, foi disputada no dia 30 de março do corrente ano, em Baião, entre as equipas do Ribeirense e do Gueifães.

A equipa picoense levou a melhor sobre a sua adversária com um inequívoco resultado de 3 a 1, mas em que a equipa do Ribeirense teve de fazer valer a sua experiência e o seu estatuto de bicampeã nacional para ultrapassar as dificuldades que a equipa adversária lhe colocou na disputa por este tão prestigiado troféu do voleibol nacional.

Esta vitória reforça o já rico palmarés do Clube Desportivo Ribeirense na modalidade de voleibol, do qual se destacam a conquista de 4 Taças de Portugal, dois títulos de campeão nacional e a participação em competições europeias, por três vezes na Suíça, mas também na Rússia, na Eslovénia, na República Checa, na Áustria, na Croácia e na Holanda, países onde o nome dos Açores foi divulgado por via do Clube Desportivo Ribeirense.

A conquista da 4ª Taça de Portugal de voleibol feminino alcançada pelo Clube Desportivo Ribeirense, contribui assim para a consolidação do prestígio do desporto açoriano no contexto nacional, em particular na modalidade de voleibol, que, diga-se em abono da verdade, não sendo das modalidades desportivas mais acarinhadas ao nível institucional na nossa Região, é das que mais tem contribuído para a projeção do nome dos Açores, a nível nacional e mesmo a nível internacional.

Confirmam-no as palavras do Presidente do Governo, quando na mensagem de felicitações ao Clube Desportivo Ribeirense reconhece que este Clube é **«um dos mais relevantes embaixadores do desporto açoriano»**.

Na verdade, os excelentes resultados obtidos pelo Ribeirense ao longo dos últimos anos no Voleibol, muito têm contribuído para o bom nome e divulgação do desporto açoriano e são consequência de um trabalho abnegado, responsável e de compromisso sério dos seus dirigentes e, sobretudo, da excelente qualidade das atletas e equipa técnica que nos últimos anos têm honrado as cores da camisola do Clube Desportivo Ribeirense.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe o presente voto de congratulação ao Clube Desportivo Ribeirense pela conquista da Taça de Portugal de voleibol feminino, felicitando todas as atletas que concretizaram este feito desportivo, a equipa técnica na pessoa do

competente treinador principal Paulo Barreto e ainda os Dirigentes do Clube, na pessoa do seu distinto Presidente João Hermínio Tomé.

Mais propõe que do mesmo voto se dê conhecimento ao Presidente da Direção do Clube Desportivo Ribeirense e ao seu treinador, bem como à Associação de Voleibol do Pico, ao Serviço do Desporto do Pico, à Junta de Freguesia das Ribeiras e à Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Horta, 16 de abril de 2013

Os Deputados do PSD, Duarte Freitas, Cláudio Lopes, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo, passemos então à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação, referente à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Conquista da Taça de Portugal em Voleibol Masculino – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo

No passado dia 23 de março a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo conquistou a Taça de Portugal de Voleibol, Seniores Masculinos.

É, sem dúvida, mais um feito relevante para o desporto dos Açores e um motivo de orgulho para todos os Açorianos.

Fundada a 21 de outubro de 1975, é na modalidade de voleibol que a Fonte do Bastardo tem conhecido o sucesso desportivo, afirmando-se hoje como um

importante pilar da prática desportiva nos Açores, contribuindo, desta forma também, para a promoção da Região no exterior.

Há 13 anos, com a entrada nos campeonatos nacionais, começou um período dourado desta Instituição, no âmbito desportivo.

A Fonte do Bastardo foi adquirindo o seu espaço no panorama do voleibol português. A convicção dos seus dirigentes e o incentivo dos seus fiéis adeptos ajudaram a ultrapassar os momentos em que o caminho parecia demasiado difícil para um pequeno clube de uma pequena freguesia do Concelho da Praia da Vitória.

Ao fim de três anos na Segunda Divisão Nacional conseguiram a subida à Divisão A2. Passados mais dois anos conseguiram a promoção à Divisão A1, o escalão maior da modalidade em Portugal.

Na época 2010/2011, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo entrou para a história do Voleibol Nacional sagrando-se, pela primeira vez, Campeã Nacional de Voleibol Masculino.

Na presente época, a Fonte do Bastardo volta a deixar a sua marca nesta modalidade e a elevar o desporto açoriano no panorama nacional com a conquista da Taça de Portugal, em Coimbra, numa expressiva vitória frente ao Vitória de Guimarães.

O sucesso alcançado por esta coletividade decorre, também, de um projeto devidamente estruturado e sustentado, cujo rigor, competência e dedicação têm sido as palavras de ordem.

É importante, também, sublinhar que o projeto desportivo da Fonte do Bastardo não se limita à equipa de seniores masculinos de voleibol.

A formação é, cada vez mais, uma aposta segura, quer pela possibilidade de prática desportiva regular a cerca de duas centenas de jovens, quer pelas diversas vitórias nas provas locais e regionais, quer ainda pela chamada de atletas jovens às seleções nacionais.

Também no futsal tem sido possível a obtenção de títulos, desde os seniores à formação, garantindo também a prática desportiva a várias dezenas de jovens.

Realçamos, também, o papel social que esta coletividade tem desempenhado, sobretudo no Concelho da Praia da Vitória.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS propõe ao Parlamento açoriano, reunida em sessão plenária de abril de 2013, a aprovação deste Voto de Congratulação pela Conquista da Taça de Portugal em Voleibol, escalão de seniores masculinos, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento à direção da Associação e demais órgãos sociais e colaboradores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 16 de abril de 2013

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Domingos Cunha, António Toste e Paulo Borges

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo, passemos então à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à apresentação de um Voto de Saudação sobre a Rádio Atlântida.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Voto de Saudação

A história da Rádio Atlântida inscreve-se na história do movimento das rádios pirata que, a partir da segunda metade da década de 70 do século XX, sacudiu fortemente o panorama radiofónico em Portugal, e que, com o seu dinamismo e criatividade, imprimiu alterações profundas que lhe conferiram uma riqueza e uma diversidade que permanecem ainda hoje.

Os Açores não ficaram alheios a este movimento e, sob a égide do Projeto Rádio Livre, decorreram, a partir de 1984, as emissões pirata que culminaram com o lançamento, a 25 de março de 1988, da emissão inaugural da Rádio Atlântida.

Em janeiro do ano seguinte, a Atlântida participou no concurso público para a atribuição de frequências, tendo-lhe sido atribuída a frequência principal do concelho de Ponta Delgada. Atualmente é ouvida em S. Miguel e Santa Maria, em parte da ilha Terceira e em algumas localidades de outras ilhas do arquipélago.

Foi a primeira rádio açoriana com sinal disponível na internet e a quarta no país a poder ser escutada por esta via.

Da sua grelha generalista constam espaços destinados à divulgação gratuita de todos os eventos socioculturais e desportivos e disponibiliza, ainda, espaço de programação para as associações académicas, que foi já ocupado pela Escola Secundária Antero de Quental e pela Universidade dos Açores.

A Rádio Atlântida tem proporcionado, assim, mais do que entretenimento, um canal de divulgação dos Açores aos açorianos e às nossas comunidades na diáspora.

A parceria que mantém com a Rádio Renascença contribui para uma melhor divulgação da nossa Região no Continente e no mundo.

Ao longo dos anos a Rádio Atlântida consolidou a sua posição e alargou o seu auditório e é hoje reconhecida como importante instituição da radiodifusão nos Açores.

Como órgão de comunicação social desempenha um papel fundamental na defesa de valores essenciais à democracia como a liberdade de informação, o pluralismo e a isenção, devendo, por isso, ser especialmente saudada no seu 25.º aniversário.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 16 de abril de 2013, aprove um voto de saudação pelos 25 anos da Rádio Atlântida. Mais propõem os subscritores

que do presente voto seja dado conhecimento à direção e aos trabalhadores daquele órgão de comunicação social.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 16 de abril de 2013

Os Deputados e as Deputadas Regionais do Partido Socialista, Berto Messias, Isabel Almeida Rodrigues, Marta Couto, Carlos Mendonça, Ricardo Cabral e Pedro Moura

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se natural e convictamente a este Voto de Saudação proposto pelo PS para assinalar os 25 anos de emissão legal da Rádio Atlântida.

A Rádio Atlântida na pessoa do seu primeiro responsável, Carlos Pires Antunes, merece, de facto, uma saudação especial. Desde logo pelo dinamismo da sua programação, mas também, e porventura principalmente, pela dimensão da sua estrutura empresarial com um quadro de pessoal de 9 funcionários a tempo inteiro, provavelmente o maior nos Açores em rádios privadas.

Mas o Grupo Parlamentar do PSD gostaria de associar igualmente a este voto uma saudação generalizada a todas as demais rádios açorianas que, em 2012, em 2013 e em 2014, comemoram também um quarto de século de atividade legalizada ao serviço das nossas comunidades locais: a Rádio Nova Cidade, na Ribeira Grande; a Rádio Horizonte Açores, em Angra do Heroísmo; a Rádio Graciosa, em Santa Cruz; a Rádio Lumena, nas Velas; a Rádio Pico, na Madalena e a Rádio Antena 9, na Horta.

Todas estas rádios nos anos 80 e todas as outras que mais recentemente se legalizaram também merecem o nosso reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem, um trabalho que é tão importante como difícil, mas o Grupo Parlamentar do PSD gostaria ainda de associar a este voto uma saudação especial a todas as rádios portuguesas que servem a diáspora açoriana. Fazemo-

lo simbolicamente saudando a Rádio Voz do Emigrante, de Frank Baptista, que também em março deste ano completou 25 anos de atividade. Curiosamente a Rádio Voz do Emigrante, na Nova Inglaterra, e a Rádio Atlântida, na ilha de São Miguel, desenvolvem desde há muito uma estreita cooperação em benefício comum dos açorianos radicados nos dois lados do Atlântico.

Parabéns à Rádio Atlântida e às rádios dos Açores e da diáspora.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Protesto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(Pausa)

O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para uma interpelação, porque este voto não chegou ao Partido Socialista.

Presidente: Sim, de facto, penso que houve aqui atraso na distribuição do voto.

(Pausa)

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tivemos de facto um problema na nossa impressora, ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

O Orador: ...mas o voto já está a ser distribuído.

Presidente: Tem a informação, por parte do CDS-PP, que o voto já está a ser distribuído.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Voto de Protesto

O Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil emitiu um pré-aviso de greve dos funcionários da SATA para os dias 23 a 25 de abril e 2 a 4 de maio próximos, períodos coincidentes com a realização do SATA Rali Açores e com as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, respetivamente.

Em causa está a falta de acordo entre os sindicatos, a administração da SATA e o Governo Regional, dono da empresa, para aplicar à companhia aérea açoriana o mesmo "princípio de acordo" que foi estabelecido entre a TAP e o Governo da República.

Mais uma vez, a SATA prejudica as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, só que, este ano, traz um bónus: também prejudica o SATA Rali Açores!

Ora, para além de serem as maiores festas religiosas dos Açores, as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres dão também um grande contributo ao turismo e à economia dos Açores.

O SATA Rali Açores é, igualmente, um evento de grande importância turística e com grande projeção, sobretudo ao nível da divulgação e promoção internacional da imagem dos Açores.

A atuação do Governo Regional em todo este processo tem sido absolutamente desinteressada e irresponsável, atirando as suas responsabilidades para a República.

O Governo Regional não tem manifestado qualquer interesse em resolver esta situação, sendo, por isso, o principal responsável pela eventual realização da greve dos tripulantes e pilotos da SATA e por todos os seus efeitos negativos, deliberadamente prejudicando a nossa anémica economia e o nosso débil turismo.

Perante esta situação exigia-se um Governo Regional atuante e defensor intransigente dos interesses dos Açorianos.

O Governo Regional, mais uma vez, responsabiliza a República pela greve da SATA. Justifica-se com a Lei do Orçamento de Estado e com o eventual incumprimento da lei que o aprovou.

O Governo em vez de governar desculpa-se:...

Deputado Berto Messias (PS): Não resiste em ser porta-voz do Governo da República!

O Orador: ...desculpa-se com as suas obrigações de cumprir com o Orçamento de Estado, mas não explica aos Açorianos por que razão é que o faz. E é essa explicação que o Governo deve aos Açorianos, mas sobretudo, à Autonomia.

O Governo Regional se não inverter a sua posição neste processo, ou seja, permitir que a greve se realize, seja gozada pelos funcionários da SATA, ficará para a história como o principal responsável por agudizar ainda mais as graves dificuldades económicas da Região.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu protesto pela total inoperância e conivência do Governo Regional perante o cenário de greve na SATA, fugindo às suas responsabilidades e, sobretudo, demitindo-se de exercer a tutela sobre uma empresa pública.

Que deste voto seja dado conhecimento ao Conselho de Administração da SATA e aos Sindicatos representativos do sector.

Os Deputados, Artur Lima, Luís Silveira e Francisco Silva

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um voto lamentável!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta bancada considera lamentável a forma e o aproveitamento político que o CDS-PP...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...vem fazer desta matéria.

Esta não é uma matéria que deva ser aproveitada para reter dividendos políticos. Nós conhecemos a posição do CDS sobre diversas matérias e o seu relacionamento com o Governo da República, mas o CDS deve ser, sobretudo, o porta-voz dos Açores, da defesa dos Açores, junto do Governo da República e não o porta-voz do Governo da República junto dos Açores.

Deputados Benilde Oliveira e Rogério Veiros (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O CDS-PP com esta declaração não vem explicar a sua posição sobre a sustentabilidade da SATA, ...

Deputado Berto Messias (PS): E nós queremos saber!

O Orador: ...sobre os efeitos desta greve na hotelaria açoriana. A única coisa que nós conseguimos verificar é que o CDS está apenas preocupado em que a culpa dos efeitos desta greve não caia sobre o Governo da República e caia, sim, sobre o Governo dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Está em causa, como os senhores sabem, o princípio da legalidade. Não é possível aplicar nos Açores o dito acordo, porque não é legal, porque viola a norma do Orçamento de Estado. Como o senhor sabe a situação da TAP e da SATA são situações diferenciadas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por quê?

O Orador: ...e por isso mesmo aplicar as mesmas referências seria ilegal.

Aliás, a única forma que nós teríamos de aumentar ou de ir ao encontro das pretensões da companhia aérea seria violando o Orçamento de Estado.

É isso que está em causa, Sr. Deputado, e é isso que o senhor não vem aqui dizer. O senhor apenas está preocupado em branquear o papel do Governo da República nesta matéria, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... facto do Governo da República pura e simplesmente não dizer aos Açores que é legal ou é ilegal a aplicação destas mesmas normas aos Açores. É isso que está em causa e é isso que os senhores têm de explicar.

Nós desde o início temos sido claros: estamos abertos ao diálogo, podemos conversar, mas acima de tudo não nos podem pedir para cometer uma ilegalidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Extinga-se o Governo Regional!

O Orador: Lamentável é, mais uma vez, que o senhor em vez de estar ao lado dos açorianos esteja ao lado do Governo da República.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, ainda que discordando de alguns dos considerandos que estão neste voto, não pode deixar de se associar a ele uma vez que esta situação não se trata de uma situação de legalidade. Temos consciência dos efeitos que, a vir a realizar-se a greve nas datas para que está agendada, são profundamente penalizadores para a economia regional. Mas há aqui uma questão que é fundamental: o ónus não é dos trabalhadores. O ónus desta responsabilidade é partilhado também pelo Governo Regional e é disso que se trata.

Quanto à legalidade ou não, parece-me a mim que essa é uma questão acessória, na qual o Governo se tem escudado.

De qualquer forma a Representação Parlamentar do PCP fez dar entrada um Projeto de Resolução com uma recomendação ao Governo e nessa altura, porque me parece que é a figura regimental mais adequada para tratar do assunto aprofundadamente (até porque há a oportunidade do Governo falar), desenvolverei melhor as razões porque consideramos que, por parte do

Governo, há uma atitude de ausência de diálogo, ao contrário daquilo que disse a bancada parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O PCP vai associar-se a este voto do CDS-PP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai abster-se neste voto,...

Deputado Berto Messias (PS): Pilatos fez a mesma coisa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Naturalmente!

O Orador: ...porque entendemos que para além do direito à greve que assiste aos trabalhadores há aqui matérias que têm de ser melhor clarificadas e naturalmente esperamos com alguma expectativa, inclusivamente, o debate que se vai passar por altura da proposta de resolução do Partido Comunista Português.

Ficando apenas com o registo: acho que em vez de se apelar ao bom senso apenas, era bom também fazer um esforço de consenso e isto é claramente uma mensagem para o Governo Regional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Compreendemos, face ao momento em que estão previstas estas greves, que haja a preocupação de todos em relação a esta matéria, tal não deve apenas exigir que se apele ao bom senso dos trabalhadores, deve também apelar a que o Governo Regional faça o melhor esforço possível no âmbito do consenso. Em vez de fazer desta matéria mais uma para cavalgar contra o Governo da República, que se entenda e dialogue com o Governo da República, porque estão aqui em causa mais do que os interesses de protagonismo de alguns agentes políticos, mais do que a vontade de fazer política partidária, estão aqui os interesses de muitas açorianas, ...

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso tem a ver com o Governo da República?

O Orador: ...de muitos açorianos, de muitas empresas.

Portanto, meus caros amigos façam um esforço para além do apelo ao bom senso, façam um esforço de consenso, porque a tutela da SATA é do Governo Regional dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): E o Ministério das Finanças o que é que acha?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tão lamentável ou mais lamentável que a posição do Governo nesta matéria é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Entende o Sr. Deputado Francisco César que isto é uma forma de aproveitamento político. Devo lembrar V. Exa. que já no ano passado o CDS se manifestou contra esta greve e manifestou-o frontalmente, sem nenhum problema. Somos apenas coerentes.

Deputado Berto Messias (PS): Uma artimanhazinha regimental!

O Orador: Agora a defesa dos Açores, Sr. Deputado Francisco César, compete ao Governo dos Açores e o Governo dos Açores mais uma vez se ajoelha perante o Governo da República, põe-se de joelhos a dizer: “Dêem-me a bênção se é legal ou se é ilegal!”

O Governo dos Açores desiste de governar os Açores. É isso que está aqui a acontecer e sobre uma empresa de sua tutela.

Deputado Francisco César (PS): Mas qual é a posição o seu partido? É a favor ou contra?

Deputado Berto Messias (PS): Isso é tão absurdo que nem o senhor acredita nisso!

Presidente: Sr. Deputado faça o favor de continuar.

O Orador: A greve é constitucional, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Berto Messias (PS): As férias também são constitucionais!

O Orador: É um direito dos trabalhadores e é constitucional, Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: Sr. Deputado está a gastar do seu tempo, faça favor de continuar.

O Orador: Não, não estou, Sra. Presidente.

A ilegalidade que o Governo Regional se refugia, numa espécie de cobardia política, para não dar resposta àqueles que são os problemas dos açorianos é exatamente consequência do Memorando de Entendimento que o Governo Regional assinou com o Governo da República.

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

O seu ponto 7 diz e vou ler: “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Autónoma dos Açores”. Aqui é que está a justificação e que os senhores não dizem.

Deputado Francisco César (PS): Então diga lá!

O Orador: “Durante a vigência do presente Memorando o Governo Regional dos Açores compromete-se a aplicar na Região Autónoma dos Açores todas as medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado que respeitem, direta ou indiretamente, a quaisquer remunerações dos trabalhadores...”

Deputado Francisco César (PS): Mas vai ler até ao fim!

O Orador: ...em funções públicas, bem como aos demais trabalhadores do Setor Público Empresarial Regional, comprometendo-se ainda a não aplicar medidas compensatórias que visem aumentar os níveis de despesa projetada em resultado daquelas medidas.”

Portanto, é isto que está aqui escrito.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E depois, o que é isso tem a ver com isto?

O Orador: Os senhores se obrigaram a cumprir todas as normas do Orçamento de Estado, os senhores é que se obrigaram a cumpri-las, os senhores estão obrigados a cumpri-las por vontade própria. Portanto, a justificação é essa.

Os senhores não têm saída.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor acabou de nos dar razão!

O Orador: Porque quando foi a Remuneração Compensatória os senhores tiveram saída de fazer aquele aumento entre os 1.500 e os 2.000 euros, porque não tinham assinado nenhum Memorando. Desta vez os senhores não têm escapatória e por isso é que estão obrigados a cumprir, por vontade própria expressa por parte do Governo Regional, o Orçamento do Estado. É isso que aqui está claramente. Andam a iludir a opinião pública dizendo que querem a autorização da República.

Mas afinal de contas quem é que governa Região? É o Governo dos Açores ou é o Governo da República?

É essa questão que temos de saber. É isto que os senhores têm de esclarecer.

Virem-se refugiar que é “não vão cometer uma ilegalidade”, é muito pouco. Dizem: “Nós não podemos desta vez cumprir isso, porque nos obrigamos no Memorando a isto, àquilo e àquele outro.” É isso que os açorianos têm de saber e vão saber, porque os senhores desistiram, pura e simplesmente.

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor é favor?

O Orador: Além de estarem obrigados a isto também desistiram de conversar com os sindicatos, ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas afinal o que é que o senhor defende sobre isso?

O Orador: ...de chegar a um entendimento, ...

Deputado Berto Messias (PS): Acha que os trabalhadores têm razão?

O Orador: ...de chegar a um consenso, procurar consensos, procurar entendimentos.

A vossa resposta foi uma carta à República a pedir a bênção para uma coisa e isto é o pior que se pode fazer à autonomia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Não percebemos a posição do CDS!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário, neste período do debate dos votos o Governo não pode intervir.

Não havendo agora mais inscrições, podemos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 18 abstenções do PSD.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os interesses manifestam-se! O centrão!

Presidente: Para a leitura de um Voto de Pesar, apresentado pelo Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

A sua morte provocou consternação nos dois lados do Atlântico. António Tabico era tão conhecido como estimado nos Açores e na diáspora açoriana.

Nasceu na freguesia de Santo António do concelho de Ponta Delgada, a 3 de janeiro de 1941, emigrou para o Canadá em 1970 e ali faleceu no dia 2 de fevereiro. Era o Dia das Estrelas, que ele tanto cantou. Apagou-se assim mais uma estrela do céu açoriano, que continuará a brilhar na memória dos que o conheceram e no coração dos que o conheciam.

António Freitas da Câmara, imortalizado na nossa cultura popular como António Tabico, foi um emigrante que honrou os Açores, um artista que divulgou a açorianidade, um romeiro que propagou a espiritualidade.

Como empresário açoriano em Toronto, fundou e dinamizou o restaurante “O Tabico”, por mais de duas décadas, qual centro etnográfico de sabores e de sons que muito concorreu para a promoção e valorização das tradições culturais açorianas no Canadá.

Como autor e intérprete de cantorias populares de raiz açoriana, cultivou e expandiu a nossa música tradicional, desde os 13 anos de idade, em centenas de espetáculos realizados nas nove ilhas dos Açores e nos quatro cantos da décima ilha.

Como homem de fé no Divino Espírito Santo, organizou e dirigiu as folias que percorreram a América do Norte nos últimos 40 anos e participou em 59 romarias, na sua maioria como Mestre de Romeiros, trazendo anualmente um rancho de luso-canadianos a São Miguel e introduzindo esta tradição na Ilha Graciosa.

Aclamado nos palcos da diáspora açoriana e registado na Sociedade Portuguesa de Autores, editou 8 CDs, 14 discos e 10 cassetes de folclore regional e cantorias populares e publicou 2 livros com títulos quase autobiográficos: em 2003 “Romeiros – A Fé de um Povo” e em 2010 “A Ilha, a Fé e o Homem”.

Afinal, António Tabico tinha a simplicidade do nosso Povo e a grandeza da nossa Cultura.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar** pelo falecimento de António Freitas da Câmara, popularmente conhecido como António Tabico, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva família.

Horta, Sala das Sessões, 16 de abril de 2013

Os Deputados Regionais, José Andrade, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas palavras para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associar a este Voto de Pesar e salientar o trabalho desenvolvido por António Tabica no reforço das ligações entre a sua terra natal, os Açores, e as

comunidades de açorianos radicados nos Estados Unidos e Canadá, especialmente, no Canadá.

De realçar, também, o trabalho que ele fez para a manutenção dos nossos valores e das nossas tradições culturais na América do Norte.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então votar o Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã. Regressamos às 11 e meia.

Eram 11 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Vamos então retomar os nossos trabalhos agora para as Declarações Políticas e para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são vítimas da maior crise financeira, económica e social da Autonomia.

Os açorianos sofrem pela dupla austeridade que está a ser imposta à nossa Região.

Na verdade, além das medidas de austeridade que nos chegam por intervenção da República, e que resultam quer da bancarrota Sócrates, quer de algumas medidas excessivamente penalizadoras aplicadas pelo atual governo, os

açorianos são também alvo da austeridade que resulta da governação regional do Partido Socialista.

De entre as medidas de austeridade regionais que estão a asfixiar os açorianos, os pagamentos em atraso constituem um verdadeiro atentado à nossa economia.

Por causa desses atrasos, há dezenas de empresas em dificuldades.

As consequências são dramáticas para centenas e centenas de famílias: salários em atraso e até o desemprego.

Um governo que não paga o que deve, arrisca-se a perder o respeito dos açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Um governo que não paga o que deve e que todos os dias fala no alegado equilíbrio das finanças públicas regionais, insulta a inteligência dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em vez de, quase todos os dias, fazer balanços atrás de balanços sobre medidas adotadas no âmbito da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, o melhor que o Governo Regional pode fazer aos açorianos e à nossa economia é pagar o que deve.

Deputados Luís Garcia e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas vamos a exemplo concretos, evidentes e irrefutáveis desta verdadeira calamidade que representam os pagamentos em atraso das finanças regionais.

Na Saúde já começam a faltar palavras para descrever o que tem vindo a acontecer. Os hospitais açorianos devem mais de 130 milhões de euros a fornecedores, nalguns casos desde 2010.

Na SATA, é verdade que, no final de 2012, segundo os relatórios e contas da empresa, o Governo da Republica devia 16 milhões de euros, mas o nosso

Governo Regional devia nessa mesma altura 36 milhões, alguns dos quais desde 2009.

Entretanto o Governo da Republica já pagou 11,5 milhões de euros e o Governo Regional (o nosso Governo Regional) só pagou 7,4 milhões, pelo que Lisboa deve neste momento à SATA cerca de 5 milhões e o Governo Regional cerca de 28 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já percebi por que é que não votaram!

O Orador: O IROA é uma nebulosa deste governo. Não se sabe quanto deve, mas imagina-se que deva muito. Foi o próprio Governo que o referiu quando admitiu problemas nos pagamentos.

E a SINAGA? Ou a Lotaçor? Quanto devem estas empresas? E quando começarão a pagar?

E os empresários da construção civil e as IPSSs e os agricultores, quando verão as suas dívidas pagas?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A realidade pode ser pintada de cor-de-rosa pelo Governo do Partido Socialista, mas tem, infelizmente, cores bem mais sombrias para muitos milhares de açorianos.

A alegada boa gestão das finanças públicas regionais foi feita, numa fase inicial, à custa da desorçamentação e do endividamento bancário.

Agora que os memorandos bloqueiam esses mecanismos, são os atrasos aos fornecedores o expediente para manter a aparência de que tudo vai bem.

Deputados João Bruto da Costa e António Marinho (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Minhas Senhoras, Meus Senhores:

A todas as muitas dúvidas colocadas sobre os pagamentos em atraso, o Governo Regional tem vindo a fingir que o problema não existe.

Muitas vezes, inventando desculpas, ou atirando as responsabilidades para outros.

O novo Governo Regional velho nunca hesita em sacudir água do capote.

Deputados Cláudio Almeida e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: De facto, este é o Governo Regional que acorda às 3 da manhã para fazer um comunicado contra o Governo da República.

Mas este é o Governo Regional que, mesmo acordando às três da manhã para dizer mal dos outros não tem, no mesmo dia, uma palavra para os trabalhadores da Casa de Saúde de S. Miguel que se encontravam com salários em atraso apenas por culpa do próprio Governo Regional dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pior, este Governo Regional paga pela calada para não reconhecer os atrasos, mas já se percebeu que só paga quando as dívidas se tornam públicas.

Quantas Casas de Saúde de S. Miguel existirão nos nossos Açores? Quantas entidades das nossas ilhas estarão à beira do colapso só porque o Governo não paga?

Minhas Senhoras, meus Senhores:

Como temos dito, o PSD/Açores cá está para tentar ajudar as açorianas e os açorianos.

(Risos do Deputado Berto Messias)

É por isso que quero anunciar aqui que vamos apresentar neste Parlamento uma proposta para a transposição para o direito regional da diretiva comunitária de luta contra os atrasos de pagamentos nas transações comerciais, fixando no máximo de 30 dias o prazo para as entidades públicas regionais procederem ao pagamento a fornecedores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Terminou no dia 16 do passado mês de março o prazo para que esta Diretiva fosse transposta. Não tendo o Governo feito qualquer proposta neste sentido, o PSD/Açores, na defesa dos açorianos, no primeiro Plenário após a data limite para a transposição, assume, na oposição, aquilo que habitualmente cabe aos governos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A nossa proposta é uma medida justa e que permite devolver a confiança aos fornecedores da Região.

Aqui estamos para denunciar, para dar a voz aos açorianos, mas também para apresentar propostas.

A nossa disponibilidade, mais uma vez se prova, não é mera retórica.

Abstivemo-nos no Plano e Orçamento, não obstaculizamos, mas não seremos desculpa para a ineficiências do Governo Regional.

Pelo contrário, esperamos que o Partido Socialista esteja ele próprio preparado para responder ao desafio da disponibilidade para o diálogo.

Em Lisboa, onde o Partido Socialista é responsável pela crise, demite-se das soluções e faz a guerra.

Aqui, onde o PSD/Açores não tem qualquer culpa na crise em que vivemos, estamos ao lado das soluções, numa postura de diálogo e colaboração.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sempre junto dos açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores continua assim a dar provas da sua total disponibilidade para ajudar as açorianas e os açorianos neste momento tão difícil para todos.

Estamos ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta de criação de medidas complementares ao subsídio de desemprego!

Estamos ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta para a criação de um programa de autoemprego jovem.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos de novo ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta para que todos possam, em tempo útil, receber o dinheiro que o Governo Regional lhes deve.

Aqui estaremos, sempre, mas sempre, ao lado dos açorianos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Como sabem o artigo 74.º do nosso Regimento define que cada partido e o governo podem intervir de seguida usando da palavra uma única vez e o declarante pode, se o quiser fazer, encerrar o debate.

Estão assim abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vou passar então a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Posso continuar?

O Sr. Deputado Berto Messias pediu para se inscrever, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Serei breve até porque a declaração que acabámos de ouvir não acrescenta nada de novo...

(Risos do Deputado Luís Garcia)

...àquilo que tem sido a narrativa do PSD/Açores na nossa Região, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sócrates não diria melhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Narrativa, Sr. Deputado! Narrativa!...

O Orador: ...mas parece também importante e este foi mais um momento em que se clarifica aquilo que nos tem apresentado este novo PSD/Açores.

Tenta em frente às câmaras de televisão, tenta em frente às máquinas fotográficas manifestar-se disponível para o diálogo e manifestar-se pronto para ajudar, mas sempre que tem uma oportunidade são inúmeras as críticas destrutivas que faz ao Governo dos Açores...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Destrutivas? Isso é para vocês não adormecerem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que dizia Mário Soares? “Quem não tem dinheiro não paga dívidas!”

O Orador: ...e ao Partido Socialista.

Portanto, mais uma vez cai a máscara ao PSD quando vem aqui à tribuna do nosso Parlamento com um rol de críticas destrutivas ao Governo dos Açores e ao Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga lá: não tem dinheiro, não paga!

O Orador: Mas Sr. Deputado Duarte Freitas deixe-me dizer-lhe que dramático é aquilo que o seu partido e o Governo da República estão a fazer ao nosso país; dramática é a austeridade que o Governo do seu partido tem lançado sobre os portugueses e conseqüentemente também sobre os açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa é que é a narrativa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é que é narrativa! Quase cassette!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que diziam os fundadores do seu partido na República?

O Orador: Essa é que é uma situação dramática. Essa é que é uma situação dramática para muitas famílias portuguesas e conseqüentemente para muitas famílias açorianas.

V. Exa. não admite ou não quer admitir que um dos maiores contributos para a crise que hoje se vive, talvez o mais relevante no último ano e meio, é única e exclusivamente das políticas adotadas pelo Governo da República do PSD e do CDS-PP.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que o senhor não tem dinheiro para pagar aqui!

O Orador: Registamos aquilo que ouvimos por parte do Sr. Deputado Duarte Freitas e que julgamos que adensa e aprofunda um pouco aquela que tem sido a postura do maior partido da oposição dos Açores apoiada (permita-me a expressão e não me leve a mal) numa espécie de esquizofrenia política.

De manhã diz que quer ajudar e que está disponível para ajudar; à tarde está sempre disponível para apoucar, para falar mal, para diagnosticar problemas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E à noite?

O Orador: ...sem apresentar soluções relevantes.

E não pense o Sr. Deputado Duarte Freitas, não pense o PSD/Açores que consegue disfarçar a fragilidade ou a falta do seu projeto político com propostas pouco consistentes...

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

...e que em muitos casos não acrescentam nada àquilo que já é desenvolvido na nossa Região e que não acrescentam nada àquilo que já é desenvolvido nos Açores.

Para terminar, não posso também deixar de me referir a outra situação que aprofunda também esta esquizofrenia político-partidária desta nova liderança do PSD/Açores a quem reconheço também algum empenho e determinação em mudar a imagem do PSD/Açores e a imagem da sua história recente.

O Sr. Deputado Duarte Freitas referia-se e manifestava-se ligeiramente discordante (sem grande entusiasmo, diga-se!) com a política de austeridade que está a ser seguida no Governo da República. Fazia-o sem grande

entusiasmo. Julgo que fica mais uma vez claro que o PSD preocupa-se em aparecer na televisão com um registo e no concreto faz exatamente o contrário. Também usando as suas palavras dou-lhe um exemplo concreto e irrefutável desta esquizofrenia política do PSD/Açores.

No passado fim-de-semana, no sábado, como sabem ocorreu o Conselho Nacional do PSD e um dos momentos desse Conselho Nacional (imagine-se!) foi a apresentação de um voto de saudação ao ex-Ministro Miguel Relvas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso faz parte do tema da declaração política?

O Orador: E pasme-se que a primeira subscritora desse voto de saudação faz parte da Comissão Política Regional do PSD/Açores, a Dra. Sabrina Coutinho Furtado. Foi uma dirigente destacada do PSD/Açores que apresentou, foi a principal proponente e a principal entusiasta, de um voto de saudação ao ex-Ministro Miguel Relvas no Conselho Nacional do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com isso o senhor vai pagar as dívidas nos Açores!

O Orador: Das duas, uma: ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é que é o grande problema dos Açores! Sim senhor!

O Orador: ...ou o Sr. Deputado Duarte Freitas não sabia e, portanto, permita-me recomendar que reforce a coordenação e a articulação política da Comissão Política Regional do PSD/Açores; ou mais grave ainda o Sr. Deputado Duarte Freitas sabia desse voto e foi conivente com o voto de saudação a um ex-Ministro que muito mal fez aos Açores pelas suas afirmações públicas e pelas medidas que tomou no atual Governo da República.

Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Dou este exemplo concreto e irrefutável...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem mais nada para dizer! Só isso!

O Orador: ...(para usar as palavras do Sr. Deputado Duarte Freitas) de que o PSD na tribuna do Parlamento e em frente às câmaras de televisão diz uma coisa...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é a política que os senhores fazem!

O Orador: ...e por trás, nos corredores do seu partido, faz exatamente o contrário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas pode-se dividir em 3 vetores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não é mau!

O Orador: O primeiro: referir e insistir na ideia da dupla austeridade, ou seja, que a austeridade nos Açores é reforçada em relação à austeridade do país. Relembro que a argumentação em que assentou esta defesa foi aqui explanada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas aquando da discussão do Orçamento da Região e tinha como exemplo concreto de que tinha razão a questão que tinha a ver com o facto da receita do IVA nos Açores ter tido uma quebra superior àquela que se verificou a nível nacional e com isso demonstrar que o PSD tinha razão.

Portanto, hoje é a altura, se calhar com os dados que são conhecidos recentemente, para desmontar essa questão.

Não Sr. Deputado Duarte Freitas, não tinha razão! Se era essa a argumentação para haver dupla austeridade nos Açores, essa não é a verdade pelo simples facto que o Sr. Deputado cometeu um erro grave, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as dívidas?

O Orador: ...que foi comparar as receitas de IVA da Região de 2011 com as receitas de IVA de Estado em 2012...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as dívidas?!

O Orador: ...e o valor que o senhor estava a referir era a comparar anos diferentes e realidades diferentes. A verdade vem sempre ao de cima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as dívidas?

O Orador: Recentemente recebemos da Autoridade Tributária os dados referentes à cobrança do primeiro semestre de 2012 e ao contrário daquilo que fazia crer o Sr. Deputado Duarte Freitas o IVA na Região não desceu, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as dívidas?

O Orador: ... teve, isso sim, um aumento de 32%.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O que quer dizer que se o argumento que o senhor tinha para demonstrar a dupla austeridade, a verdade dos factos veio demonstrar precisamente o contrário, que nessa matéria também os Açores reagiram melhor do que o país, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E as dívidas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pagaram IVA das dívidas!

O Orador: ... vindo a verdade sempre ao de cima. Não vale a pena utilizar dados errados e dados que não podem ser comparados para tentar demonstrar uma realidade que não aconteceu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pagaram o IVA das dívidas, é isso?

O Orador: Mas também a verdade vem sempre ao de cima Sr. Deputado Duarte Freitas.

A 28 de março de 2013 duas instituições idóneas (e não é o Governo Regional), o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística, publicaram as contas finais dos défices orçamentais do país para 2012.

Esses dados, que é a realidade da Região, que é a realidade do país, são os dados que (Portugal e o Governo da República têm imposto um esforço muito grande a todos os portugueses – é este o resultado da austeridade) demonstraram que o défice orçamental nos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que paga as dívidas?

O Orador: ... reduziu 50% em relação a 2011 e 70% em relação a 2010 e o défice orçamental nos Açores em 2012, de acordo com o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística, é 0,4% do nosso PIB, ou seja,

comparativamente 16 vezes menos do que aquilo que se verifica a nível nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que paga o que deve?

O Orador: É esta a realidade total e absoluta dos dados das finanças públicas regionais que tem uma situação, do ponto de vista orçamental comparativamente àquilo que produz, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Esta é que é uma narrativa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que o senhor não vai pagar as dívidas!

O Orador: ... 16 vezes melhor do que aquilo que em 2012 o país atingiu e que o total da dívida pública da Região no âmbito da administração pública também é 19% do nosso PIB, ou seja, 6 vezes menos daquilo que se verifica no país. São esses os dados globais.

Evidentemente, Sr. Deputado Duarte Freitas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos falar da dívida agora!

O Orador: ... como tudo na vida, há sempre situações que podemos pegar, há sempre situações que podem ser melhores, há sempre situações que correm mal, há sempre situações que falham.

Agora o que interessa, Sr. Deputado, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O que interessa é pagar as dívidas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso quer dizer que o senhor vai pagar?!

O Orador: ...se quer efetivamente contribuir para o futuro dos Açores é: se quer olhar apenas para uma árvore ou se quer ver a globalidade da floresta. Se quer contribuir efetivamente para o futuro dos Açores o que importa é ter a capacidade de analisar a realidade na sua globalidade e não encontrar uma coisa que corra mal para dizer: “Vê, esta coisa é igual à totalidade da nossa Região”.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Evidentemente que nós temos dificuldade, como assumimos, na saúde. Grandes dificuldades!

Teríamos menos se o Governo da República pagasse aquilo que deve ao Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Esse argumento é velho, Sr. Vice-Presidente. Já ninguém acredita nisso!

Deputado Luís Garcia (PSD): Nem o senhor acredita nisso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que paga a dívida?

O Orador: ...mas temos essas dificuldades.

Como tem dificuldade o Serviço Nacional de Saúde, como tem dificuldades do ponto de vista estrutural de financiamento toda a realidade da saúde na própria Europa. Isto é um facto.

Mas agora dizer que os atrasos e as dificuldades que se vivem no âmbito dos 3 hospitais é uma realidade que se generaliza a toda a administração pública regional, isso foi claramente desmentido não por mim, mas pelo Banco de Portugal e pelo Instituto Nacional de Estatística.

O que nós voltamos a dizer é que essa situação que está confinada felizmente à questão dos 3 hospitais, é uma questão que estamos a fazer todos os esforços e que vamos conseguir regularizar essa situação também nos hospitais este ano e vamos fazer esse enorme esforço de acordo com o que está previsto.

Evidentemente que esse esforço seria menor, traria menos exigências aos açorianos se também a República assumisse com a Região as suas responsabilidades, mas mesmo não assumindo não vamos usar isso como desculpa, vamos também no âmbito dos três hospitais fazer um enorme esforço para regularizar essa mesma situação.

Agora por respeito também a este Parlamento, não vale a pena, e para todos os partidos deste Parlamento, fazermos aqui números e fotografias.

Aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas tentou anunciar como uma inovação e uma medida é um profundo desrespeito para com o seu próprio partido, para com o PS, para com o CDS-PP e para com o PPM, que a 20 de março na Comissão de Economia, deram parecer positivo à aplicação do Decreto-Lei que impõe efetivamente essa norma.

Ou seja, o que o Sr. Deputado Duarte Freitas tentou anunciar aos açorianos foi uma mão cheia de nada e uma mão cheia de coisa nenhuma, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque aquilo que ele tentou anunciar, é aquilo que já resulta não só do trabalho do Governo da República, com o Decreto-Lei que implementará essa Diretiva Comunitária, que será imediatamente aplicada no mesmo dia aos Açores, de acordo com a proposta desta mesma Assembleia.

Deputado Francisco César (PS): O senhor vai aplicar uma coisa que já existe?

O Orador: Portanto, se é esse o vosso contributo, é um contributo que se limita a cabular aquilo que já está feito e a desprestigiar o trabalho de todos os partidos que nesta casa já tinham encontrado esta solução, no âmbito da Comissão de Economia e no âmbito do Decreto-Lei do próprio Governo da República.

Nós precisamos do contributo do PSD para melhorar os Açores, para puxar os Açores para cima, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande lata! E a nossa autonomia serve para quê? Para copiar aquilo que já existe na República!

O Orador: ... mas contribuir não pode ser duas coisas: iludir a realidade, tentando que uma situação que possa ser melhorada corresponda a todo o resto da realidade da Região e essencialmente não pode dizer, quando anunciam contributos, que não são cópias daquilo que já está feito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para que é que existe o Estatuto Político-Administrativo?

Deputado Francisco César (PS): Já existe!

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, pergunto ao Sr. Deputado Duarte Freitas se pretende encerrar o debate?

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deixe-me dizer-lhe uma coisa Sr. Vice-Presidente do Governo Regional: o senhor sabe bem, e melhor do que ninguém, as dificuldades que muitas empresas, muitas instituições dos Açores, estão a passar relativamente aos atrasos e por consequência de uns atrasos das autoridades regionais. O senhor sabe isso bem.

Aquilo que eu lhe peço, mais uma vez, a si, ao Governo e ao partido que o suporta é que saiam do estado de negação em que se encontram, assumam as dificuldades e paguem, pelo amor de Deus, o que devem às pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores sabem bem, também, que a Diretiva que está em causa relativamente aos trinta dias de pagamento, não está transposta para a realidade nacional.

Deputado Francisco César (PS): Está! É um decreto-lei!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É bom que os açorianos todos saibam que além do estado de negação em que o Governo está, está a tentar mistificar as pessoas e aquilo que vos posso garantir, por mais que o Governo, do alto da sua pseudo autoridade da verdade, está a tentar dizer, é que essa Diretiva não está transposta para o direito português. Não está transposta para o direito português! É mentira que essa Diretiva esteja transposta para o direito português!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade é que não está. A verdade é que no dia 16 de março passado, terminou o prazo para ela ser transposta e o Governo Regional nunca a transpôs.

Aqui, tem oportunidade de dizer, se quer ser coerente, se quer ser honesto, aprovando quando nós apresentarmos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, para que possa pagar a quem deve, no máximo, a 30 dias.

Deputados António Marinho e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem tiver dúvidas vá ver nas publicações do Diário da República, vá ver nas notícias, vá procurar onde entender, porque essa Diretiva não está transposta para o direito português e portanto é mentira aquilo que o Sr. Vice-Presidente tentou fazer e tentou iludir de novo os açorianos.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quero dizer-lhe Sr. Vice-Presidente, que não é só na área da saúde que se passa: são os agricultores que têm verbas em atraso; são as IPSS que têm verbas em atraso; são até aqueles que têm direito a apoios às rendas que têm verbas em atraso, como está hoje num jornal da nossa Região.

É muita gente e muitas instituições que estão com verbas em atraso.

Aqui mesmo nesta cidade, sabe o Sr. Vice-Presidente que há fornecedores a quem o Governo deve mais de um milhão de euros! Há empresas nos Açores a quem o Governo deve mais de uma dezena de milhões de euros e o Governo continua em estado de negação.

Por favor, o melhor que o Governo tem a fazer para a economia dos Açores é pagar o que deve e pagando o que deve está a dar um melhor contributo para que se salvem muitos empregos, para que se resolvam muitas situações de pagamento em atraso, porque a responsabilidade, no fundo é do Governo Regional.

A primeira coisa para alguém resolver um problema é assumi-lo. Assumir que tem um problema. Deixem de estar em estado de negação. É o primeiro.

A seguir, e para terminar, gostaria de dizer o seguinte: o que é habitual, no PS, nomeadamente nesta casa e também sem ser nesta casa, é tentar num primeiro momento político, a sua inclinação, a sua pulsão é disfarçar, atacar os outros, seja o Governo da República, sejam as oposições.

Depois, a segunda pulsão é tentar misturar os interesses dos Açores, confundirlos com os interesses do Governo, como se quem ataca o Governo, estivesse a atacar os açorianos. Não! Quem ataca o Governo não está a atacar os açorianos. Quem ataca o Governo, pelas dívidas que o Governo tem, está a defender e a ajudar os açorianos. Essa é que é a verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Termino, dizendo-lhes que de novo, e por muito que o PS o diga, o PSD está a provar que não só denuncia, não só dá a voz aos açorianos, como também apresenta propostas.

Apresentámos já nesta casa, como os senhores sabem muito bem, algumas propostas que têm a ver com medidas complementares ao fundo de desemprego...

Deputado Francisco César (PS): Cópia!

O Orador: ... com a criação de um programa de auto emprego jovem....

Deputado Francisco César (PS): Cópia!

O Orador: ... agora com uma tentativa de obrigar o Governo a pagar o que deve a 30 dias.

Deputado Francisco César (PS): Mais uma cópia!

O Orador: Portanto, da nossa parte, há toda a responsabilidade, não só a acompanhar os açorianos, a denunciar as suas dificuldades, ao estar ao lado deles, mas também a apresentar soluções em concreto por muito que isso custe ao PS e ao Governo dos Açores.

Não nos vamos desviar desta postura: sempre ao lado dos açorianos e sempre a tentar ajudar os açorianos, mesmo que, muitas vezes, o Governo não se deixe

ajudar e ao fim e ao cabo o que nós estamos a tentar fazer é estar sempre disponíveis para o diálogo e para a propositura.

Deputado Berto Messias (PS): É o partido do ziguezague!

O Orador: É o que fazemos de novo, vamos ver se de facto o PS quando desafia para o diálogo, se a esse desafio, ele próprio sabe respondê-lo positivamente.

Da nossa parte a postura é esta e os açorianos a pouco e pouco vão compreendendo.

Deputado Berto Messias (PS): Não basta falar! É preciso fazer!

O Orador: A terminar uma última palavra: por favor, renovo, saiam do estado de negação e paguem o que devem aos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Vice-Presidente pediu a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Uma interpelação à mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu gostaria de interpelar a mesa neste sentido: se a Sra. Presidente confirma ou não, nas declarações que fiz no dia 20 de março de 2013, onde foi elaborado um relatório sobre o parecer relativamente ao Projeto de Decreto-Lei que estabelece as medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais, e transpõe a Diretiva 2011/7/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, aquilo que eu disse.

É ou não verdade que a Comissão Permanente de Economia da Assembleia Regional, e conseqüentemente a Assembleia Regional, deu parecer sobre essa matéria?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas...

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Uma interpelação para colocar à mesa duas questões.

Em primeiro lugar, se a mesa tem conhecimento de alguma lei já ter sido aprovada no sentido de transpor para o direito português esta diretiva em questão?

Deputado Francisco César (PS): Não foi publicada ainda, Sr. Deputado!

O Orador: Em segundo lugar, gostaria de colocar a seguinte questão, Sra. Presidente:

É verdade ou não que desde a última revisão constitucional a Assembleia Legislativa dos Açores pode transpor diretamente diretivas comunitárias para a nossa Região?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Estão a copiar uma coisa que existe?

Presidente: Sr. Vice-Presidente, Sr. Deputado, as questões foram colocadas à mesa. A mesa naturalmente irá recolher a informação necessária e depois entregará a cada um as respetivas respostas.

Penso que estamos em condições de continuar com os nossos trabalhos.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A qualidade do sistema educativo está diretamente relacionada com o desempenho económico, a produtividade, a inovação, a mobilidade social, a igualdade de oportunidades, a qualidade da vida cívica e a vitalidade das práticas democráticas.

Não existe nenhum futuro para as sociedades que não conseguem desenvolver um sistema educativo humanista e de qualidade. A verdade é que os Açores exibem hoje, em termos de resultados, um dos piores sistemas educativos da OCDE. Os resultados dos testes intermédios realizados recentemente revelam que somos os piores do país. Ficámos atrás de todos e todos ficaram à nossa frente.

Meus senhores, eu não posso aceitar isto. Não posso aceitar a mediocridade do nosso sistema educativo. Não posso aceitar que os nossos jovens sejam remetidos para o fundo da lista no âmbito do acesso às melhores universidades nacionais. Não posso aceitar que o nosso sistema educativo mate, todos os anos, os sonhos de afirmação de milhares de jovens açorianos.

Não posso aceitar estes níveis de abandono escolar. Não posso aceitar que o lugar dos nossos jovens seja o fundo de uma tabela com trinta regiões.

Não posso aceitar este presente. Recuso-me a aceitar esse futuro.

Meus Senhores!

Um jovem que tenha nascido no início da governação socialista tem hoje 17 anos. Ou seja, é o produto educativo de quase duas décadas de políticas socialistas neste sector. Os socialistas dirão que têm muito cimento para somar e exhibir. É verdade que sim, com os sacrifícios de todos. Mas este facto não ajuda a explicar nada. Pelo contrário, soma ainda mais perplexidade. Temos melhores escolas, mas afundamo-nos nos resultados escolares.

Dirão, também, os que aqui praticam a apologia do regime que temos um quadro docente estabilizado. É verdade que sim, mas esse facto soma ainda mais perplexidade à explicação da questão que temos entre mãos: por que razão os nossos resultados escolares são os piores do país?

Finalmente, alguns deputados da situação dirão que tudo isto é inevitável. Que somos nove ilhas. Que nos encontramos a 2 mil quilómetros do território continental. Que no tempo do Viriato e do D. Sebastião ainda era pior. Dirão que esta é uma condição intrínseca da nossa condição insular. Não aceito isso! Estas ilhas e este povo merecem e justificam toda a ambição. A nossa aspiração tem de ser a excelência. O nosso lugar, o primeiro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que temos então de fazer para resgatar os nossos jovens do contexto de mediocridade do nosso sistema educativo?

A primeira coisa a fazer é problematizar os representantes da chamada “academia da lagoa”, que produziu os diretores regionais de educação dos últimos cinco anos.

Esta corrente caracteriza-se, entre muitas outras coisas, por confundir uma escola com um quartel. O acessório com o estruturante. O talento para burocracia inútil com a eficácia. O batom com a caneta. O favoritismo e a bajulação com a competência. A inspeção regional com a PIDE. A inteligência com a esperteza saloia. A conspiração e a traição com a lealdade.

Nas circunstâncias tão difíceis que enfrentamos no âmbito do sistema educativo, é necessário que os que têm capacidade para pensar não se tornem reféns da inércia e da mediocridade de uma qualquer mestre-escola prisioneira das suas próprias limitações e maquinações. O caminho não é este, mas é este o trilho que se percorre atualmente.

A segunda questão reside na necessidade de rever o regulamento de concursos. Os finlandeses têm, reconhecidamente, o melhor sistema educativo do mundo. A explicação é simples: recrutam os melhores para o seu sistema educativo.

Nos Açores, as coisas foram invertidas. Transformámos o sistema educativo regional numa espécie de bunker. Recrutamos, quase tão só e apenas, os alunos da Universidade dos Açores. O resultado é que alguém que terminou um curso na área da educação com 20 valores, e em qualquer outra universidade do país, fica sempre atrás de quem obteve um mísero 10 na Universidade dos Açores. Desta forma não se atraem os melhores. O resultado de 15 anos de concursos docentes realizados nestes moldes é o que se vê.

A terceira questão que é necessário atacar é a recentragem de toda a organização do sistema educativo nas necessidades do aluno e a erradicação da floresta de burocracia pedagógica e administrativa inútil.

Tudo tem de ser organizado em torno do aluno. Não se trata apenas de dar um teto de 8 horas e uma refeição quente aos mais desfavorecidos. Temos de saber, diariamente, motivá-lo. Temos de partilhar a alegria pelos seus progressos e auxiliá-lo nas suas dificuldades.

Temos acalentar os seus sonhos e fornecer-lhe o caminho de acesso à sua vocação profissional.

Temos de fazer tudo isto mais cedo e de forma mais empenhada. No fundo, temos de humanizar o nosso sistema de ensino. Quebrar as barreiras entre a secretária do professor e a carteira do aluno. Não se trata de alterar muito a legislação. Trata-se, acima de tudo, de mudar de atitude e de metodologia.

Hoje, um professor pode alcançar, no sistema educativo regional, a classificação de excelente, apesar de todos os alunos das suas turmas terem reprovado no exame nacional. Meus senhores, isto é inaceitável e tem de ser alterado.

Em suma, os resultados obtidos pelo nosso sistema educativo constituem uma catástrofe. Temos de inverter esta situação. Não temos, enquanto povo, futuro sem outro futuro para a educação. A mudança é necessária. A mudança é urgente.

Disse!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E disse muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas umas palavras para lamentar de certa forma a intervenção que o Sr. Deputado Paulo Estêvão hoje traz aqui, uma vez que no Plenário passado aquando da discussão do Plano e Orçamento, não o ouvi intervir na parte da educação, expressamente, pelo menos quando falei e quando falou a Sra. Deputada Judite Parreira.

Lembrar o Sr. Deputado que abstando-me de fazer qualquer comentário às suas analogias, useiras e vezeiras, de alguma quase brejeirice, eu apenas diria ao Sr. Deputado que têm sido mais de mil jovens que têm entrado para a Universidade nos últimos dois, três anos, do nosso sistema educativo, a nível das nossas universidades do País.

Portanto se o senhor acha que isto é falta de acesso não sei como pode contrapor isso.

Também dizer que o Sr. Deputado falou nas prioridades e uma das prioridades para si é exatamente o concurso de pessoal docente. Não deixa de ser engraçado que deixe para o fim aquilo que a OCDE defende, e que já digo há mais de um ano, que tem sido no sistema educativo regional o centro do sistema, os alunos.

Portanto o nosso ensino quando criou, nos últimos governos do PS, a diversificação curricular, quando combateu de forma irrepreensível a abstenção, o absentismo escolar e o abandono escolar precoce, o Sr. Deputado esquece-se do que é que se conseguiu com isso: conseguiu-se com isso centrar e trazer para o sistema educativo todas as crianças e jovens que não estavam dentro do sistema.

O Sr. Deputado fala nos piores resultados, esquece-se de dizer, o que eu já tinha dito no Plenário passado, de que nós temos e alcançámos excelentes resultados muito mais depressa do que os últimos países, agora partimos de facto de patamares demasiado baixos e é verdade que temos que alcançar de futuro, mais e melhor em menos tempo.

Mas não precisamos que o Sr. Deputado venha aqui fazer a apologia dos resultados dos intermédios, para sabermos o que é que falta fazer e o que muito foi feito, tendo em conta os jovens, o nosso orgulho.

Ainda hoje foi aqui lido um voto de congratulação a uma participação internacional, que já não é a primeira vez, e isso sim são notícias que também provam o que muito foi feito e o muito alcançado pelo nosso sistema educativo regional.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se pretende encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Catarina Furtado acusa-me de não ter falado na educação.

Pois, eu como os outros Deputados da Representações Parlamentares temos 15 minutos para falar em três dias, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É demasiado!

O Orador: ... o que dá mais ou menos um minuto para falar.

Obviamente se a Sra. Deputada tivesse seriedade na sua análise nem sequer abordava esse assunto, porque sabe perfeitamente que nós tivemos 15 minutos para falar da educação, da agricultura, das pescas, da infraestrutura, da saúde, etc., etc., etc.

Nem sequer tenho tempo, pelo tempo que me deram, para enumerar todas as áreas da governação do PS, quanto mais fazer qualquer tipo de análise.

Deputado Berto Messias (PS): Chama-se democracia!

O Orador: Agora, o que eu aproveito é para desafiar aqui o PS a dar-nos tempo para podermos desenvolver o contraditório em relação ao vosso orçamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Deixo este desafio aqui que nos dêem pelo menos 10 minutos em cada área, na agricultura, na saúde, na educação para podermos desenvolver oposição política, poder desenvolver o contraditório e para não ser como na Madeira em que Governo fala sozinho.

Portanto dêem-nos oportunidade de podermos desenvolver o contraditório. Não é vir agora aqui a Sra. Deputada dizer que eu não falei. Se eu não tenho tempo como é que vou falar (eu e os outros deputados da oposição)?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está a gastar o tempo, como é que quer falar?

O Orador: Quero dizer também o seguinte sobre este assunto: em relação à enumeração que fiz foi uma enumeração perfeitamente aleatória. Disse, ao longo do discurso que o objetivo do PPM é centrar todo o ensino nos alunos e dei aqui um exemplo que nos devia chocar a todos nós: hoje em dia de acordo

com as grelhas de avaliação, eu conheço casos de professores que tiveram excelente, em que 80 a 90% dos alunos das turmas chumbaram.

Eu pergunto: como é que um professor pode ser excelente se 90% dos seus alunos não atingem uma avaliação positiva? Eu pergunto isto? Como é que é possível? Como é que é possível que um professor possa ser excelente, se nenhum dos seus alunos passou de ano? Como é que é possível?

É esta a falência total do sistema que nós temos no nosso sistema educativo e que não funciona. Um professor nunca pode ser excelente se os seus alunos não têm bons resultados.

Esta é apenas uma contradição.

Poderia dar aqui muitas outras em relação ao funcionamento objetivo do nosso sistema educativo.

Quero ainda dizer o seguinte: para falar bem do Governo já temos muitos assessores, um gabinete de imprensa enorme e a comunicação social cada vez mais fragilizada.

Portanto, há pouco contraditório. Ao menos permitam a oposição poder aqui neste Parlamento desenvolver o seu contraditório.

Não digam que venho aqui dizer o menos bem, porque eu teria o maior prazer em dizer bem do sistema educativo, mas não posso com estes resultados.

Vou começar a enumerar nos testes intermédios:

Filosofia do Ensino Secundário: em 30 regiões, qual é a última região? Açores.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Biologia, geologia do 10 e 11.º anos: em 30 regiões, os Açores são a penúltima.

Matemática, 3.º ciclo do ensino básico: qual é a posição dos Açores, em 30 regiões? Última.

Língua portuguesa, 3.º ciclo do ensino básico: qual é a posição dos Açores? Última. Em 30 regiões.

Geografia 3.º ciclo: qual é a posição dos Açores? Última.

Ciências naturais, 3.º ciclo do ensino básico: qual é a posição dos Açores? Último lugar, em 30 regiões.

Português do ensino secundário: qual é a posição dos Açores? Último lugar.

Presidente: Sr. Deputado tem mesmo que terminar.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está contente com isso?

O Orador: Meus senhores, o que é que querem que eu venha aqui dizer sobre educação dos Açores, a não ser dizer que isto é uma catástrofe, uma vergonha e que de facto temos que alterar estes resultados.

Os nossos alunos têm capacidade, o povo açoriano tem capacidade, nós temos que ter organização para melhorar estes resultados. Isto é uma catástrofe! Estamos atrás de toda a gente de 30 regiões, ...

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: ...estamos atrás de outras regiões insulares, estamos atrás de regiões do interior do País, estamos atrás de toda a gente.

Portanto, os senhores querem outro nome, outra designação, outro adjetivo? Não. Isto é uma catástrofe!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Encerrámos assim o período referente às declarações políticas.

A mesa ao abrigo no artigo 76º. do nosso Regimento, abre agora um período de inscrições para o Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante, caso alguma Sra. ou Sr. Deputado entenda fazer intervenção.

Está inscrito o Sr. Deputado José Ávila.

Tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria dar os parabéns à Senhora Presidente da Assembleia pela realização do Concerto Solidário na Ilha Graciosa, no passado sábado. Esta iniciativa de V. Exa. teve subjacente o nobre objetivo de ajudar os que mais precisam e contou com a solidariedade de mais de uma centena de participantes que, de uma forma graciosa, deram também o seu contributo a esta causa. Com a plateia repleta, aquele espetáculo provou mais uma vez que a Ilha Graciosa é rica em termos culturais e que é possível organizar eventos de qualidade apenas com a “prata da casa”.

Mas hoje o que me traz aqui a esta tribuna é a primeira Visita Estatutária que o atual Governo dos Açores fez à Ilha Graciosa nos dias 8 e 9 do corrente mês.

Numa altura em que os efeitos da enorme crise provocada pelo Governo da República de Passos Coelho chegam aos Açores é muito natural que a Ilha Graciosa seja também afetada. E está a sê-lo, não tenho dúvidas.

A escassez de crédito bancário e a drástica redução do investimento privado devido às medidas severas impostas por um Governo que se orgulha de ir muito mais além do que é exigido pela *troika*, tem feito as suas vítimas, nomeadamente com a paralisação das pequenas empresas de construção civil, aumentando, por essa via, o desemprego.

A obrigação do Governo dos Açores é tomar medidas para contrariar estes efeitos nefastos e é isso que tem acontecido.

A abordagem decidida logo no início do mandato, com a criação da Agenda para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, a preparação de uma nova geração de incentivos para o novo quadro comunitário 2014-2020 e a ambição de transformar o tecido produtivo com a aposta em novos sectores de atividade em que a inovação seja um fator fundamental, determinarão a sustentabilidade económica no futuro próximo.

Nesta visita do Governo dos Açores à Graciosa, a primeira nesta legislatura, foram aprovadas em Conselho de Governo 21 medidas destinadas àquela ilha, algumas das quais vão de encontro as estas pretensões, nomeadamente a aprovação de 100 candidaturas distribuídas pelos programas Prosa, Estagiar L, Estagiar T, CTTS, Integra + e CPE-Premium.

Ainda neste âmbito o Governo inaugurou um centro tecnológico onde serão criados, para já, 12 postos de trabalho, com mão-de-obra jovem e qualificada, havendo a possibilidade de aí serem instalados outros projetos inovadores que, certamente, criarão novas oportunidades capazes de dinamizar a economia da Ilha Graciosa.

O direcionamento para aquela ilha destes investimentos está ligado às majorações nos incentivos para as ilhas da coesão, que em boa hora foram criadas, para, deste modo, discriminar positivamente as economias mais frágeis. Esta estratégia pode ter demorado a dar frutos, mas já valeu a pena.

O Governo dos Açores inaugurou também o furo de abastecimento de água das Fontes e a rampa *roll-on roll-off* que irá trazer uma maior eficiência ao novo sistema de transportes de carga rodada.

Tendo em conta a necessidade de um novo Matadouro pelo impacto positivo que poderá ter na economia Graciosense, o Governo está a completar as peças processuais para lançar o concurso internacional para a sua construção. Recordo, porque é sempre bom lembrar os factos, que as obras de beneficiação no atual Matadouro foram abandonadas a pedido do Conselho de Ilha que, numa atitude lúcida e com visão de futuro, optou por reclamar a construção de uma nova estrutura fora da malha urbana mesmo assumindo o risco dessa alteração protelar por mais algum tempo a sua execução. Sobre esta questão, por muito que queiram inventar, é isso mesmo que está a acontecer. Nada mais.

Ainda no âmbito da agricultura o Governo deliberou proceder à limpeza de 15 Km de caminhos agrícolas e mandar fazer o projeto para prolongar a rede de distribuição de água à lavoura no perímetro agrícola Santa Cruz / Guadalupe.

O Governo decidiu reforçar o número de médicos de família para estabilizar o quadro destes profissionais e ainda contratar um novo fisioterapeuta.

No área do turismo foi tomada a iniciativa de proceder à reparação das piscinas naturais do Carapacho, apoiar ações de promoção do destino Graciosa, lançar um necessário programa de promoção da Reserva da Biosfera e melhorar o sistema de monitorização da Furna do Enxofre.

No âmbito das pescas foi tomada a decisão de reparar os pontões flutuantes danificados pelos temporais e instalar um posto de abastecimento para embarcações no Porto de Pescas e ainda mandar elaborar o projeto de requalificação do Porto Afonso que terá valências nas áreas do turismo e de outras atividades lúdicas.

No primeiro ano desta legislatura o Governo dos Açores inaugurou um novo formato de interação com a população ao disponibilizar-se para receber todos os interessados. Apesar do acesso aos membros dos executivos do Partido Socialista ter sido sempre fácil, este gesto, num momento de grandes dificuldades, demonstra que o Governo dos Açores está com as pessoas, ao contrário do que acontece lá fora onde o Governo da República vive amedrontado e a esquivar-se constantemente da ira popular.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Ávila trouxe-nos o tema da visita estatutária do Governo Regional à ilha Graciosa.

Começou a falar do Governo da República e depois terminou a falar do Governo da República, como se o Governo da República fosse responsável por este Governo Regional apresentar um plano para 2013, em que corta 30% o investimento para a ilha Graciosa.

Esse corte de 30% foi certamente, como aliás ficou demonstrado, a maior preocupação que o Concelho de Ilha trouxe ao Governo Regional, nesta visita estatutária, o que foi uma reunião estranha. O Governo parecia mais preocupado em fazer-se ouvir do que preocupado em ouvir as preocupações do Concelho de Ilha.

Explicou a sua estratégia, mas não explicou como é que pretende fazer face ao desinvestimento e à preocupação que o Concelho de Ilha demonstrou, que esse desinvestimento traz à ilha Graciosa.

Acho lamentável continuar-se a insistir que a culpa e a responsabilidade das obras do matadouro, obra estruturante para a Graciosa, não avançarem é responsabilidade do Concelho de Ilha, que em 2009 propôs que o Governo Regional do PS, e que eu saiba ainda estamos perante um Governo Regional do PS (apesar dos protagonistas serem diferentes parece-me que o Governo é o mesmo, ou pelo menos apoiado pelo mesmo partido), optou por pedir que fosse

feito um novo matadouro, atendendo às condições que não eram as melhores na atual casa de matança que existe na Graciosa.

Essa proposta levou a que fosse feito um novo projeto, levou a que fosse apresentado esse novo projeto e levou ao compromisso eleitoral do PS da passada legislatura, em ter um novo matadouro pronto.

Primeiro era culpa da Câmara Municipal que não tinha o parque industrial resolvido;

Depois, era a culpa dos projetos levarem o seu tempo a fazer;

Depois, fizeram uma apresentação semi-pública do projeto, em que convidaram alguns interessados, desde logo as associações agrícolas, para estarem presentes na apresentação de um projeto, numa clara situação de campanha eleitoral, mesmo antes dela começar;

E depois, disseram que iam fazer esse matadouro na passada Legislatura e continuam a vir a esta casa dizer que a culpa do matadouro não estar em construção, agora, é do Concelho de Ilha.

O Concelho de Ilha é que foi o responsável por este matadouro não existir.

Depois vêm dizer que tem que ser no próximo Quadro Comunitário de Apoio, mas na campanha eleitoral não o disseram. Não disseram que era no próximo Quadro Comunitário de Apoio que este matadouro podia ser construído.

Portanto, há sempre uma desculpa qualquer, nesta via açoriana de desculpas por parte do Governo Regional. Há sempre alguém que é responsável. São todos, menos o Governo Regional.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, se o matadouro é para avançar só no próximo QCA, parece que ainda não estão as peças processuais todas feitas. Ainda há que fazer mais desenhos e elaborar mais projetos.

O que esperamos é que no início de 2014, efetivamente, com o novo QCA, essa obra avance porque para a Graciosa é uma obra estruturante.

O Sr. Deputado falou também da promoção do turismo. Eu lembro-me que o atual Presidente do Governo, enquanto Secretário Regional da Economia, que não foi assim há tanto tempo como isso, foi à Graciosa inaugurar o quartel de

bombeiros do aeroporto e prometeu que iria dar início a uma campanha de promoção da Ilha Graciosa.

Pois, bem, certamente que não será por responsabilidade do anterior Secretário da Economia, que a Graciosa é a ilha que mais turistas perdeu desde esse anúncio para cá.

Espero que este anúncio da promoção do destino Graciosa, não se fique por manter as termas do Carapacho fechadas, porque fizeram uma obra há pouco mais de dois anos, que custou 3 milhões de euros e as termas estão fechadas por deficiências técnicas dessa obra.

De quem é a responsabilidade? Certamente que segundo a via açoriana de desculpas do Governo Regional, a responsabilidade não é sua.

Quanto a obras e à dificuldade dos particulares recorrerem ao crédito, todos nós sabemos destas dificuldades, todos nós sabemos o período de austeridade por que estamos a passar, mas se calhar se houvesse menos serviços públicos a fazer obras particulares, talvez esse problema não se pusesse com tanta premência.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão do matadouro o Sr. Deputado João Costa sabe exatamente aquilo que aconteceu, estava presente no Concelho de Ilha (embora não pudesse votar, tal como eu não pude votar) e também terá concordado com a solução.

Toda a gente sabia que esta solução iria implicar mais algum tempo e é isso exatamente que está a acontecer.

É um facto, o matadouro não foi construído na legislatura anterior. Assumimos essa responsabilidade, porque eu não tenho a pretensão de dizer que está tudo bem. Não está!

Mas uma coisa é certa: o matadouro vai ser construído nesta Legislatura...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora vai!

O Orador: ... e o senhor de certeza que vai ser convidado para a sua inauguração.

Relativamente ao facto do senhor nunca gostar de nenhuma visita do Governo Regional à Graciosa, isso é histórico, já faz parte dos nossos pergaminhos, desde que eu conheço o senhor com a sua atividade política.

O senhor nunca gostou, mesmo quando o plano para a Graciosa contemplava quase 5% do valor do Plano Regional, que não é assim há muito tempo, o senhor mesmo assim não gostava.

O senhor também nunca gostou quando o Governo foi à Graciosa, por exemplo, apresentar obras, lançar obras, como o Centro de Saúde, o porto de pescas, central elétrica, o hotel...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor nunca gostou de nenhuma das visitas, o senhor nunca gostou de nenhum dos planos que foram feitos para a Graciosa, mesmo que isso implicasse cerca de 5% do valor total do investimento na Região.

O senhor sabe que de facto, este ano, nós tivemos um decréscimo no nosso plano. Tivemos sim senhor!

O senhor falou aí na percentagem, a percentagem está correta, nós temos 3,35% do total investido na Região. Somos uma das ilhas com maior investimento *per capita*.

Mas há outra coisa (só queria lembrá-lo, não gosto de estar a falar do passado), nós temos 3,35%, mas em 1996 os governos do PSD reservavam à ilha branca, 0,9%, o que é uma diferença substancial. Não sei se aí o senhor gostava.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Deputado, há quanto tempo isso foi!

O Orador: Sr. Deputado, relativamente a essa questão eu sinceramente já perdi a esperança do Governo do PS algum dia fazer uma visita estatutária à Graciosa e mesmo levando os bolsos cheios de dinheiro, se o senhor iria gostar ou não. Suponho que não. Nunca vai gostar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Os graciosenses também não gostaram!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu esperava que na sua segunda intervenção, Sr. Deputado, o senhor não se preocupasse em falar de mim e preocupasse-se em falar dos problemas da Graciosa.

É uma pena que o senhor continue com esse seu registo de fazer disto um debate sobre questões pessoais...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Narrativa!

Deputado José Ávila (PS): Pessoais, foi aquilo que o senhor fez em julho!

O Orador: ... do que propriamente questões sobre a Ilha Graciosa.

Do que eu gosto ou não, não deveria ser a sua preocupação.

Do que os graciosenses precisam ou não, é que deveria ser a sua preocupação.

Depois acho estranho que o senhor continue no registo de falar de 1996, quando o seu Presidente do Governo não quer que se fale de 2012, porque era outro Governo que estava em funções, quer agora dizer que é um governo novo, mas o senhor quer continuar a falar de 1996.

Sabe o que é que eu queria? Queria que o senhor justificasse este manifesto eleitoral que apresentou aos graciosenses e que agora o Governo Regional parece que quer ignorar.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado eu, felizmente, fui educado de uma maneira que a minha participação em debates não é para ofender ninguém. Não sei se o senhor se sentiu ofendido por ter tratado o senhor com respeito, mas é evidente que o senhor está vinculado às posições do PSD. É isso que acontece. Quando falo consigo, estou a falar da sua posição que mantém publicamente na Ilha Graciosa, relativamente a várias questões, uma delas tem a ver com a visita estatutária.

Como o senhor sabe o senhor não pode estar descolado do PSD da Graciosa, por isso eu tenho que responder a si por aquilo que o senhor também costuma fazer relativamente ao Governo. É exatamente a mesma coisa.

Em termos pessoais, Sr. Deputado João Costa, não vamos por aí. Não vamos por aí porque teríamos que recordar um infeliz incidente aqui do mês de julho e não quero fazer isso.

Relativamente às questões das promessas eleitorais, o senhor fala muitas vezes na falta de cumprimento das promessas eleitorais, mas o senhor talvez nunca fez a contabilidade, (se o senhor não quer que eu fale consigo desta maneira), o PSD da Graciosa nunca fez essa contabilidade, porque aliás está habituado a programas eleitorais que são chamados 50%, são programas que nunca chegam aos 50%, mas vou dizer-lhe Sr. Deputado: 2000-2004 faltaram cumprir três promessas eleitorais; 2004-2008, de 57 faltaram 5; 2008-2012, de 69 faltaram 7. Portanto, nós tivemos uma taxa de execução de 89,86%.

Sr. Deputado, diga-me sinceramente, isto é bom ou mau?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora vamos ver a tua contabilidade!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas dizer não em jeito de resposta, mas em jeito de pergunta: o senhor está satisfeito?

Presidente: Julgo não haver mais inscrições.

A mesa não recebeu também mais nenhuma inscrição para intervenções sobre esta matéria.

Pedia então aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente que se aproximassem da mesa, por favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, considerando a hora e para não interrompermos o primeiro ponto da nossa agenda, fazemos agora o nosso intervalo para o almoço.

Regressamos às 15 horas. Um bom almoço para todos.

Eram 12 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares, para reiniciarmos os trabalhos.

Eram 15 horas e 28 minutos.

Vamos entrar na agenda da reunião com a apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/X – “Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional (quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional 8/2002/A de 10 de abril)”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos foram definidos em conferência de líderes e são os seguintes:

O partido proponente, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos;

O PSD, 20 minutos;

O CDS-PP, 13 minutos;

O BE e o PPM, 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje a cumprir um dos compromissos eleitorais da CDU e que fazia parte de um conjunto de 11 medidas de emergência para relançar a economia regional aliviar os sacrifícios impostos aos açorianos e melhorar o rendimento das famílias. O aumento do acréscimo regional ao salário mínimo é uma medida essencial para esses objetivos.

É essencial tendo em conta que é uma medida que enfrenta três dos aspetos centrais da crise que atravessamos.

Primeira faceta: É uma proposta essencial para o relançamento da economia da Região, ao melhorar, ainda que de forma ligeira, o poder de compra das famílias, dinamizando o consumo e as vendas. Esta, sim, é que é a melhor ajuda que podemos dar às nossas empresas, de forma sustentável!

A opção do Governo Regional de financiar a sobrevivência das empresas com os fundos públicos não só não gera um único emprego como é completamente insustentável para as finanças públicas no curto e médio-prazos. Essa política radica numa miopia ideológica que, quando olha para a economia e para a sociedade, só vê um dos muitos lados que a compõem.

É tempo de se olhar também para o outro lado da economia, tempo de olhar para as pessoas. Se o Governo está disponível para financiar as despesas de funcionamento das empresas, parece-nos de elementar equidade, que esteja também disponível para financiar as despesas de funcionamento dos trabalhadores!

De igual maneira, se o Governo tem sucessivamente ampliado e aumentado os apoios e incentivos às empresas, é mais do que tempo de ampliar também o apoio aos trabalhadores!

Este vai ser certamente um bom apoio a toda a economia regional, aos vários “lados” e componentes da economia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma segunda faceta da crise que esta medida contribui para minimizar é a do próprio desemprego.

Já sabemos que a ultrapassada cartilha escolar da economia marginalista diz que quando aumentamos o preço de um dos fatores, o ponto ótimo (no qual é suposto estarmos) altera-se, reduzindo o consumo desse fator. Uma bonita fórmula. Pena é que a realidade nada tenha a ver com isto.

Porque na realidade, o que mantém e cria emprego são as vendas das empresas. É a criação de riqueza realizada no consumo. É justamente pelo dinamismo que conseguirmos imprimir à economia da nossa região que vamos travar a destruição de emprego e a perda de riqueza (que fica por produzir e por vender), que é inerente ao desemprego.

Aumentar o acréscimo regional ao salário mínimo é contribuir para manter e criar emprego nos Açores, de forma sustentável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A terceira faceta da crise que a nossa proposta enfrenta é, porventura, a mais importante.

Com o aumento que propomos estamos também a combater a desigualdade social que a austeridade acentua, a lutar contra a pobreza que alastra na nossa Região.

E falamos de um tipo de pobreza que é ainda mais chocante e inaceitável: a pobreza de quem trabalha, de quem tem um emprego, a tempo inteiro, só que não recebe o suficiente para garantir uma sobrevivência condigna.

São muitos, infelizmente mesmo muitos, os trabalhadores do nosso arquipélago que vivem nesta situação e cada um deles torna este pequeno aumento que propomos mais essencial, mais irrecusável.

Só no ano de 2012, o preço dos produtos alimentares subiu 4,53% e a habitação, água e eletricidade subiram 6,9%, para mencionar apenas duas das que são as rubricas básicas do orçamento das famílias.

Com estes aumentos e o congelamento do salário mínimo que PS, PSD e CDS acordaram com a troika, está-se a empurrar cada vez mais trabalhadores do mal

remedeio para a pobreza e da pobreza para a miséria! Aumenta-se a pressão sobre os sistemas de apoio social que, nalgumas ilhas, já não conseguem dar resposta a todas as solicitações. Sacrifica-se, cada vez mais, os mais pobres dos açorianos.

Precisamos absolutamente de aligeirar essa carga, de aliviar esses sacrifícios, de contribuir para que quem trabalha volte a ter direito a uma vida digna. É um imperativo político e económico da nossa sociedade, mas também um imperativo humano que se coloca a cada um de nós.

Aumentar o complemento ao salário mínimo de 5 para 7,5% não vai certamente fazer milagres, não vai fazer desaparecer a pobreza, nem dar a estes trabalhadores a vida digna a que têm direito. Mas é um contributo importante, um sinal positivo de que neste Parlamento têm um aliado, têm deputados eleitos que sentem os seus problemas e trabalham para os minorar. Essa é a nossa responsabilidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No plano político, a nossa proposta para aumentar de 5% para 7,5% o acréscimo regional ao Salário Mínimo, coloca uma questão que se torna cada vez mais fundamental e a que todas as forças políticas aqui representadas terão de dar resposta:

Estão ou não estão disponíveis para usar os mecanismos da nossa Autonomia para proteger os açorianos e construir o futuro dos Açores?

Estão dispostos a exercer a Autonomia Açoriana para o fim para que foi criada ou limitam-se a entrega-la como penhor e moeda de troca perante os credores nacionais e estrangeiros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem dita!

O Orador: Estamos com os que nos querem cada vez mais pobres, ou estamos com quem trabalha e vê negado o seu direito a uma vida digna?

Senhoras e senhores deputados, estamos com a troika ou estamos com os Açores?

No final deste debate veremos de que lado está cada um de nós.

Disse.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Silva.

(*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, dizer que é com bons olhos que vemos a apresentação de uma proposta para compensar a agudização das situações económicas e sociais das famílias dos Açores. Somos de facto sensíveis, à degradação das condições económicas e sociais referidas pelo proponente da alteração do Decreto Legislativo Regional.

Penso que é aliás objetivo de todos nós, dentro desta sala, reduzir a pobreza, reduzir o desemprego.

Contudo, estamos preocupados com efeitos negativos que esta medida poderá trazer na criação de emprego na Região e é aqui que entramos em divergência com o Sr. Deputado.

O custo do fator trabalho poderá levar à diminuição da procura pelo fator trabalho e à perda de competitividade das empresas regionais, o que acabará por provocar a procura do trabalho e portanto a diminuição do emprego e dificuldades no combate ao desemprego.

Existem incertezas em economia, muitas medidas são tomadas com risco, há riscos mais elevados e riscos mais reduzidos.

Nós pensamos que esta medida é uma medida com risco elevado, a não ser que seja acompanhada por medidas de estímulo à competitividade das empresas regionais. Estamos a correr aqui um grande risco.

É esta a nossa opinião sobre esta proposta.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui, de alguma forma, a repetir aquilo que aconteceu em 21 de outubro de 2011, se não me falha a memória, quando discutimos uma iniciativa semelhante, ou mesmo igual, diria eu, que foi apresentada pelo PCP a esta Assembleia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Igual!

O Orador: As posições assumidas pelos diversos partidos são conhecidas, desde essa altura, e teríamos que ver neste momento se se alteraram substancialmente as condições que levaram à posição assumida por cada um dos partidos, portanto se há elementos novos que justifiquem agora que aquilo que não teve vencimento em outubro de 2011, tenha agora um ano e meio depois, sensivelmente.

Relembrando o que dissemos na altura, aliás uma questão prévia, aquando da audição do Sr. Vice-Presidente do Governo, que fizemos a propósito desta iniciativa, foi esta mesma questão que o PSD colocou ao Sr. Vice-Presidente do Governo. Se entendia que havia verificado uma alteração de circunstância, que levasse a passar o acréscimo ao salário mínimo nacional de 5 para 7,5%. O Sr. Vice-Presidente do Governo entendeu na altura que não havia alteração ao enquadramento verificado um ano antes e as questões que no fundo acabariam por ser colocadas eram as mesmas.

Relembremos aquilo que o PSD afirmou em outubro de 2011 em relação a esta matéria.

Há uma coisa que é clara, que existia na altura e continua a existir neste momento que são as preocupações que existem por parte, julgo eu de todos os partidos representados nesta Assembleia, relativamente à situação das pessoas que auferem menores rendimentos.

Portanto, essas preocupações são comuns a todos nós e naturalmente que é um bom propósito melhorar as condições de vida dessas pessoas e melhorar os seus rendimentos para que tenham também melhores níveis de qualidade de vida.

Isso é aquilo que nos faz estar aqui a conduzir a nossa atividade em termos políticos nesta Assembleia. Todos temos essa preocupação, todos queremos que

toda a gente tenha a possibilidade de auferir melhores rendimentos e assim melhorar a sua vida pessoal.

Mas há momentos. Há momentos e há mecanismos e aquilo que nós temos neste caso concreto é algo que foi definido no final do século passado, digamos assim, no final dos anos 90, princípios do ano 2000, que foi estipular um acréscimo de 5% ao salário mínimo nacional para vigorar na Região Autónoma dos Açores e havia um porquê desses 5% de aumento.

Aliás, esta questão colocou-se em relação ao diferencial fiscal, não há muitas semanas atrás.

Os Açores pelas suas condições específicas, pela sua condição insular, pela sua condição arquipelágica, tem custos acrescidos relativamente a quem vive no continente e por isso justifica-se para a compensação desses sobrecustos, para a compensação dos chamados custos de insularidade, que o salário mínimo tenha aqui um valor que é 5% superior àquilo que se verifica em termos nacionais. Isso é uma questão manifestamente estrutural. Considerou-se esses 5%, fez-se um conjunto de estudos, fez-se um conjunto de análises nessa altura que justificavam que aqui o salário mínimo nacional fosse 5% superior.

Mas do que é que nós estamos a falar? Os fundamentos da própria iniciativa apresentada pelo PCP são fundamentos de índole essencialmente conjuntural, ou seja, há uma conjuntura difícil, as famílias vivem um momento aflitivo, temos que, de alguma forma, melhorar ou tentar amaciar as dificuldades que as pessoas estão a sentir e portanto, estamos a falar de uma questão conjuntural, não nos parecendo, a nós, fazer sentido que se manipule um mecanismo de características essencialmente estruturais para resolver um problema conjuntural.

Há mecanismos alternativos, há a possibilidade de pôr mão a outros mecanismos, a outras medidas que não ataquem algo que é manifestamente estrutural.

Não temos nenhum fundamento para dizer que os custos de insularidade só podem ser agora compensados por algo que é não 5% superior, mas 7,5.

Aliás, nós não sabemos os fundamentos dos 7,5%.

Se algo se tivesse verificado em termos estruturais, bom até poderia ser 8, 5, poderia ser 6%, ou poderiam ser 13 ou 14%.

Portanto, não estamos na posse dos elementos que nos permitam aferir se esses 7,5 correspondem ou não a algo que se modificou em termos estruturais, isso em termos de mecanismo e depois há momentos.

No momento em que efetivamente as famílias vivem uma situação complexa, difícil, dramática, em muitos casos, nós temos também empresas a viver uma situação manifestamente difícil.

Parece-nos que provocar o aumento, pressionar o aumento dos custos de pessoal nas empresas, pressionar uma componente importante na estrutura de custos das empresas, significaria pôr as empresas numa situação mais aflitiva, mais difícil do que aquela que têm vivido até agora. Qual é que seria o efeito? As empresas tenderiam naturalmente a pôr mão dos seus próprios instrumentos e a um fenómeno que é aquele que andamos a combater e com o qual todos nos preocupamos sobremaneira, que é o nível de emprego na sociedade açoriana, que iria sofrer um agravamento ainda muito maior, ou seja, se pressionarmos as empresas a tendência é para que o desemprego aumente.

Parece-nos mais importante neste momento do que aumentar os custos com pessoal, ou aumentar os rendimentos das pessoas por essa via (como já referi não é a via adequada) será algo que deve ser suplantado por algo que é muito mais importante que é assegurar o emprego às pessoas.

O desemprego é sem dúvida alguma o maior problema transversal a toda a sociedade açoriana e devemos ter como preocupação essencial a manutenção do nível de emprego, travar o crescimento do desemprego, como sabemos, que tem sido substancial.

É interessante recordar que há um ano e meio atrás o PSD manifestou essa preocupação e dizia na altura que o desemprego estava a um nível elevado, concretamente na altura o número que era conhecido era 11,6% de desemprego, correspondia a 12 000 desempregados. Toda a gente, ou quase toda a gente, antevia que o problema se iria agravar, havia uma pessoa cheia de fé, nessa altura.

No dia anterior à discussão aqui neste Parlamento dizia essa pessoa que: “Isto para o ano vai melhorar. Está mau. Há muito desemprego mas isto para o ano vai resolver-se e a partir do primeiro trimestre o desemprego vai começar em descida”.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata para dizer isso!

O Orador: Era uma pessoa cheia de fé contra todos os outros que pensavam exatamente o contrário.

Essa pessoa era o Sr. Presidente do Governo que tem agora como resposta um aumento de 12 mil para 20 mil desempregados e o aumento da taxa de desemprego de 11,6% para 16,2%.

Nós não queremos que daqui por mais um ano o problema possa ser ainda substancialmente mais agravado.

Por isso se, perante as condições na altura, que eram difíceis, bem o sabemos, mas que agora são muito piores, se nós nessa altura entendemos que não era razoável, quer do ponto de vista do mecanismo utilizado, quer em função do momento dramático que vivem as empresas, considerávamos que não podíamos acolher a proposta do PCP, neste momento e perante a gravidade, perante os 20 mil desempregados que temos na nossa Região, muito menos agora podemos acolher a proposta do PCP e por isso votaremos desfavoravelmente.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado é economista. Sabe melhor do que ninguém o impacto que isso tem! Sabe o que aconteceria à taxa de desemprego!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por contestar aqui uma afirmação que foi feita e que tem a ver com o seguinte: que o aumento dos custos do trabalho reduzem a competitividade das economias.

Não me parece que isso possa ser afirmado da forma como o foi feito, até porque nós sabemos que países com economias competitivas como seja, por

exemplo, o caso da Alemanha, os custos com o trabalho são substantivamente superiores aos custos com o trabalho em Portugal.

Aliás, lembro-me que a última vez que fizemos aqui esta discussão até me socorri de alguns dados estatísticos para demonstrar à câmara de que só em dois ou três países do conjunto dos países da União Europeia é que tinha havido uma diminuição dos custos do trabalho e que nos restantes tinha havido um aumento. Portanto, isto não é linear. Basear a competitividade da economia, de qualquer economia, designadamente da nossa economia, na redução dos custos de trabalho, é uma premissa, em nossa opinião, errada.

Aliás, se bem me lembro, o ano passado a Sra. Merkel, na Alemanha, tomou algumas decisões, relativamente a alguns problemas que a economia alemã estava a enfrentar, um pouco decorrente daquilo que tem sido o desenvolvimento da crise na União Europeia e que passou por um aumento dos salários e uma diminuição dos impostos.

Isto para quê? O objetivo da Sra. Merkel é aumentar a procura interna, minimizar o consumo interno na Alemanha.

Portanto, isto não é linear, Sr. Deputado e esta questão era para V. Exa., essa premissa profundamente errada e os dados demonstram que assim é.

Relativamente às questões que o Sr. Deputado António Marinho, do PSD, nos colocou aqui, enfim, as dúvidas que tem sobre esta questão, parte daquilo que eu disse julgo que também se pode adequar à intervenção, mas eu queria lembrar aqui o seguinte: há de facto aqui algumas alterações relativamente ao período em que fizemos esta discussão, designadamente a nível nacional, a questão do aumento do salário mínimo, que está a colocar-se com muita acuidade. Está a colocar-se em termos políticos e está a colocar-se também ao nível dos agentes económicos.

Portanto, não é uma questão que seja unânime, não é uma questão que seja pacífica, mas há muitos empresários nacionais a dizer e a afirmar publicamente que há necessidade de elevar os rendimentos do trabalho porque têm consciência que isso com certeza terá repercussões positivas na economia nacional.

Mas há também, a nível político, designadamente por parte do PS, uma evolução relativamente a esta questão, isto é da necessidade de aumentar o salário mínimo nacional.

Portanto, há aqui algumas diferenças, mas estas são ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Mas não é só essa a questão Sr. Deputado que eu lhe queria colocar, ou que eu lhe queria procurar esclarecer.

De facto há aqui situações diferentes. Os custos de insularidade mantêm-se, mas as condições de trabalho e a diferença entre os rendimentos de quem trabalha na RAA e de quem depende dos rendimentos do trabalho no continente português, no conjunto do País, começa a agravar-se.

Portanto, daí a necessidade de que nós façamos aqui alguma correção.

Já agora gostaria de justificar porquê os 7,5%.

Os 7,5% não aparecem por acaso. Aparecem pelo seguinte: porque houve um acordo feito na concertação social, ainda no tempo do Eng^o. José Sócrates, em que foi acordado entre todos os parceiros sociais de que o salário mínimo nacional, no fim de 2011, atingiria os 500 euros. Esse acordo foi quebrado.

Portanto, quando nós estamos aqui a propor os 7,5%, até só temos em consideração esse aspeto. Não temos em consideração, que o diferencial entre aquilo que é o salário médio, o ganho médio, dos trabalhadores no País, aumentou relativamente aos ganhos médios na RAA.

Aliás em 2009, esse valor, o ganho médio no continente era de 1.036,44€ e na RAA era de 946,61€, sendo que se olharmos para os concelhos há aqui diferenças substantivas, quer nos concelhos da ilha de S. Miguel, onde os trabalhadores do concelho de Ponta Delgada têm de facto um valor, que até é superior à média do continente, mas depois temos dentro da própria ilha de S. Miguel valores muito inferiores, como seja por exemplo a Povoação, onde o salário médio, o ganho médio mensal dos trabalhadores é apenas 750€ mensais.

Portanto, é disto que estamos a falar, desta diferenciação que tem vindo a ser acentuada.

Por um lado há a questão do não cumprimento do acordo da concertação social, por outro lado há aqui estas diferenças relativamente aos ganhos médios mensais dos trabalhadores que dentro da Região é muito variável e é substancialmente inferior àquilo que são os ganhos médios no restante território nacional.

Percebo que Vs. Exas. tenham essa posição de não aprovação desta proposta do PCP, até porque a nível nacional e pela boca do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, ouvimos dizer claramente que a haver alguma alteração, teria de ser no sentido de diminuir o salário mínimo nacional e nunca de o aumentar.

Portanto, julgo que isto justifica perfeitamente a posição do PSD aqui nos Açores.

Mas a verdade Sr. Deputado é que em nossa opinião se as medidas que foram apresentadas na Agenda para o Emprego, pelo Governo Regional, têm medidas positivas, com certeza, e farão algum efeito sobretudo na manutenção dos postos de trabalho, mas falta lá na Agenda para o Emprego esta questão do rendimento, que valeria certamente por muitas daquelas 60 medidas, se de facto houvesse aqui um aumento do rendimento.

Contrariamente àquilo que V. Exa. afirmou, Deputado António Marinho, é nossa convicção que se houver um aumento do salário mínimo regional, com as repercussões que isso tem ao nível das carreiras nos trabalhadores do setor privado, isso só pode levar ao seguinte: a mais rendimento disponível das famílias o que corresponderá efetivamente à dinamização da economia regional por via do aumento do consumo e por essa via certamente que não só se mantêm postos de trabalho, como sobretudo se abre as portas à criação de novos postos de trabalho.

Portanto, aquilo que nos separa são de facto visões políticas, diferentes, porque diferente é a matriz ideológica que nos separa.

Vs. Exas. olham para a economia apenas para um dos lados desta. Mas o trabalho faz parte dela e é preciso valorizar o trabalho.

O PCP cá estará para defender sempre a valorização do trabalho e dos trabalhadores, na certeza de que esta medida contribuiria, certamente, não só para a manutenção de emprego, mas também para a criação de emprego.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos em mãos uma iniciativa legislativa do PCP que não é inédita porque já veio a esta casa e agora vem, e bem, do nosso ponto de vista, cujo objetivo é garantir um acréscimo de 7,5% e não de 5% como é agora o caso, na Região, ao montante da retribuição mínima mensal garantida, estabelecida a nível nacional e para os trabalhadores por contra de outrém.

A este propósito vale a pena, se calhar, fazermos uma pequenina contextualização dos tais elementos conjunturais que impendem sobre a Região e portanto sobre quem nela trabalha.

Nós temos quase 19% dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, nesta Região, a trabalhar oito horas por dia, no mínimo, ou seja, a cumprir um horário de trabalho, a obedecer a uma hierarquia, a ter funções claramente impostas, obedecendo a um horário de trabalho, como outro trabalhador qualquer. 19% das pessoas que trabalham e que são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, necessitam de juntar ao salário o apoio do Rendimento Social de Inserção para terem uma vida minimamente digna e

minimamente digna quer normalmente dizer um bocadinho muito pouco acima do limiar da pobreza. Isto faz parte do nosso contexto regional.

Segundo dados do Observatório do Emprego e da Formação Profissional dos Açores, em 2011, mais de 12 500 trabalhadores da nossa Região auferiam salário mínimo regional.

Sr. Vice-Presidente permita-me que lhe dê esta informação, em primeira mão, porque em sede de Comissão de Economia eu fiz-lhe a pergunta diretamente, de quantos trabalhadores auferiam na nossa Região o salário mínimo regional. O Sr. Vice-Presidente não soube responder, eu pedi-lhe e ficou em ata da comissão que o Sr. Vice-Presidente tivesse a bondade de disponibilizar essa informação aos membros da comissão. Até hoje o Sr. Vice-Presidente não o fez. Eu disponibilizo-lhe a informação agora.

Portanto, são mais de 12 500 trabalhadores e é incontável o número de trabalhadores que recebem abaixo do salário mínimo regional e são incontáveis por uma razão muito simples: porque a economia ilegal ou paralela na nossa Região tem uma dimensão tão avassaladora que é absolutamente impossível saber quantos é que auferem abaixo do salário mínimo regional.

Acresce ainda a esta pequena contextualização que quase 15 000 trabalhadores e trabalhadoras, que são a esmagadora maioria, auferem salários entre 510 e 649 euros – repito – entre 510 e 649 euros.

Sabemos também que o salário médio privado na nossa Região é quase 100 euros mais baixo do que o salário médio privado no continente.

Conhecemos todas as substanciais medidas de apoio às empresas aprovadas nesta casa, pela generalidade, se não pela totalidade, dos partidos aqui representados.

Sabemos também que a nossa economia, a economia regional, vive fundamentalmente do nosso mercado interno.

Face a esta pequena contextualização que argumentos tem apresentado o Governo Regional e para o caso o PS, para rejeitar liminarmente o aumento do salário mínimo regional na Região?

Do nosso ponto de vista tem-lo feito através de um discurso absolutamente desastroso e perigoso, Sras. e Sra. Deputados, porque levado até às últimas consequências acabará no célebre apelo, ameaça, ou desejo, enunciado pelo Primeiro-Ministro, Passos Coelho, quando disse que bom, bom, não era subir o salário mínimo nacional, era mesmo descê-lo para benefício da competitividade das empresas.

Nesta Região o Governo Regional e o PS têm dito:

Primeiro, ensaiou um discurso mimético do Primeiro-Ministro de Portugal e do patronato mais atrasado do nosso País, onde disse que não podia aumentar o salário mínimo regional porque as nossas empresas não aguentariam o aumento de cerca de 12 euros por trabalhador.

Tendo percebido, eventualmente, o perigo e a camisa de sete varas em que se estava a meter, mudou o discurso e ultimamente tem evocado a perda de competitividade das empresas regionais, face às do continente para não aumentar o salário mínimo regional.

Nós perguntamos: mas então esta competitividade das empresas regionais não está assegurada pelos salários médios mais baixos do nosso País? Isto não é um fator de competitividade?

As medidas de apoio, as inúmeras, as diversas medidas de apoio às empresas, que existem nesta Região, não é um fator acrescido de competitividade relativamente às empresas do continente? Mas quando é que o PS e o Governo Regional se preocuparam com isso? Só se preocupam com estes fatores de competitividade quando aquilo que está em causa é quem trabalha (são os trabalhadores e as trabalhadoras)?

Mais, não serão os custos de energia, de transportes, não serão os custos, por exemplo, dos encargos financeiros, muito mais relevantes para a competitividade das empresas, do que os custos de um aumento de cerca de 12 euros por trabalhador, na nossa Região? Mas, quanto à energia, quanto aos transportes e quanto à fatura financeira o Governo Regional e o PS dos Açores não dizem coisíssima nenhuma, nem tomam nenhuma medida.

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

A Oradora: E tudo isto, é dito e é defendido por um Governo e por um Partido Socialista que, neste caso concreto, prefere penalizar os mais fracos e aqueles que menos têm. Quem são? São os trabalhadores da nossa Região que auferem o salário mínimo regional.

Na única região do país onde o PS é Governo, não aplica e não cumpre aquilo que tem vindo a defender a nível nacional ou seja, o que é bom, justo e urgente para os trabalhadores do continente, que é o aumento do salário mínimo nacional, defendido pelo PS, e bem, no continente, não é justo, nem urgente, nem necessário para os trabalhadores da Região Autónoma dos Açores, o que é uma coisa extraordinária.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, isso é uma desonestidade!

A senhora está a misturar o acréscimo regional com o salário mínimo nacional!

A Oradora: Não é desonestidade! Não é não, Sr. Deputado está enganado. Isto é a pura das verdades.

Segunda questão: como é que o Governo Regional e o PS pretendem fazer da Região uma região tecnológica?

Hão de explicar-me, se fizerem o favor, onde é que região tecnológica ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também é desonesto?

A Oradora: ... rima com salários tangentes ao limiar da pobreza e rima com uma política que assenta numa economia atrasada e que está longe de trazer a tecnologia para aumentar os tais fatores de competitividade: a inovação, o *marketing*, a procura de novos mercados, a informatização, o uso das novas tecnologias?

Mas se toda a economia, toda a rentabilidade e competitividade é baseada em baixos salários, não há tecnologia para ninguém.

Finalmente, um discurso de esquerda, como aquele que o PS e o Governo Regional se reivindicam nesta Região, tanto que eu e o BE gostaríamos de dizer: na RAA faz-se uma política de esquerda, um discurso de esquerda, que é aquele que o PS e o Governo Regional têm tido na Região, não tem nada a ver com as medidas objetivas que nesta Região são implementadas e todas elas mimetizam as medidas do Governo da República.

Ou seja, eu desafio o Governo Regional e o PS a darem aqui um exemplo, nesta casa, de uma única medida anti-recessiva, anti-cíclica, que de uma forma imediata, eficaz, corajosa, (não é no final deste ano, não é no primeiro semestre de 2014, é já)...

Deputado Berto Messias (PS): Está desatenta, Sra. Deputada.

Basta ler a Agenda Açoriana para a Competitividade Regional!

Antes de adormecer devia ler umas passagens da Agenda Açoriana!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah sim, sim!

A Oradora: ... seja diferente daquelas que a troika impõe e que o PS e o Governo Regional na Região cumprem (não sei se com gosto, mas suspeito que sim).

Finalmente, e para terminar, disse o Sr. Deputado António Marinho, que todos temos a preocupação de melhorar as condições de vida das pessoas, mas há momentos. Pois há Sr. Deputado! Estamos de acordo, há momento. Para nós, BE, este é o momento, porque este é que é o momento conjuntural, onde as empresas vão à falência e os empregados vão para a rua, porque as empresas não vendem e as empresas não vendem porque as pessoas não têm dinheiro no bolso para comprar.

Este é que é o momento.

A segunda razão, para que este seja o momento, é que aos tais fatores estruturais, estruturantes da nossa Região insular, arquipelágica que justificaram o aumento de 5% no salário mínimo nacional, a estas razões estruturais, juntam-se as condições conjunturais das quais não vemos fim à vista, graças ao Governo que o senhor apoia e o seu partido no Governo da República e graças também à falta de coragem do PS na RAA de fazer diferente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Silva.

(*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Alguns breves apontamentos ao que foi dito pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Primeiro, parece-me que é um exercício pouco interessante comparar as empresas dos Açores, com as empresas da Alemanha, dada a sua dimensão, dada a tecnologia, dadas as diferenças de produtividade dessas empresas.

As empresas com que estamos a competir basicamente são as empresas portuguesas.

Quanto à relação entre o preço e a procura de um fator o que eu disse foi apenas um princípio base de economia: aumenta o preço, diminui a procura.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Economista marginalista?

O Orador: O que me pode dizer é que isso pode não ter efeito na competitividade, mas por isso eu tive o cuidado de dizer que há sempre incerteza na economia e há riscos que se tomam.

O que eu pergunto é: numa área tão delicada como esta que é o emprego, não será grave assumir riscos de política económica a este nível?

Era apenas isto.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Percebo esta iniciativa do PCP, que é uma iniciativa que o PCP apresenta há perto de 40 anos, independentemente da conjuntura.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há 92! Se quiser, Sr. Deputado, há 92 anos!

O Orador: Se estivermos em crise, apresenta; se estivermos em expansão, apresenta; se estivermos estabilizados, apresenta.

Portanto, é uma medida que nunca depende de conjuntura nenhuma. É sempre uma medida do PCP.

Aliás como o PCP nunca governou também não se preocupa com as consequências que isso poderá ter no tecido económico da Região ou do País.

Devo dizer que, em relação a esta posição, a posição do PPM em relação a esta questão, é uma posição de responsabilidade. Nós consideramos que neste momento com o desemprego a crescer desta forma, com a pressão fiscal que existe sobre as nossas empresas, as dificuldades tremendas em que se encontram as empresas dos Açores, nós não podemos, de forma nenhuma, lançar as empresas numa situação deste tipo, mas dizemo-lo abertamente, com coragem e com frontalidade.

A mesma coisa não acontece com o Governo e com o PS que lançam esta questão para a alteração do contexto nacional e das decisões do Governo da República, o que é, digamos, pouco sério...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, ainda não falámos!

O Orador: ... em relação à análise e à posição que se tem que tomar com frontalidade nesta questão.

Por isso Sr. Deputado Aníbal Pires, eu não posso apoiá-lo nesta sua iniciativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estranho seria se V. Exa. apoiasse!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É bom clarificar aquilo que estamos aqui a discutir e o que estamos aqui a abordar, neste debate, é o aumento do salário mínimo. Isto não é uma competência da Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O acréscimo!

O Orador: O que estamos aqui a discutir é a diferença que deve haver entre o salário mínimo na Região e na República. Não confundam os açorianos!

Quem tem que definir o valor do salário mínimo na Região e no País é o Governo da República. O que está aqui em discussão é, em primeiro lugar, a diferença entre os Açores e a República.

Sejamos também muito claros, é património do Governo do Partido Socialista, é património desta maioria, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É património mas não é exclusivo!

O Orador: ... a existência de um diferencial claro e objetivo entre o salário mínimo nos Açores e o salário mínimo a nível nacional. É este o nosso património.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esse não é o vosso património! É o nosso património!

O Orador: Em segundo lugar é bom que também se clarifique o que é que está aqui em causa, uma decisão que quem irá pagar o resultado dessa decisão de acréscimo de custos, são as empresas, não é o Governo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas o orçamento regional é que paga a diferença!

O Orador: Portanto, é uma decisão que tem implicações nos custos das empresas e o que nós defendemos e reafirmamos é que o salário mínimo nacional deve ser aumentado e não a diferença entre o salário mínimo entre os Açores e o continente, porque isso poderia pôr em causa a competitividade das empresas açorianas.

Isso é que é essencial.

Permita-me que reafirme esta posição da necessidade de aumento do salário mínimo nacional e que contrarie uma declaração de 6 de março, do Primeiro-Ministro e do líder do Governo da República, que disse claramente e passo a citar: “Passos Coelho criticou fortemente a sugestão de Seguro, de subir o salário mínimo, sustentando que o que deveria ser feito era baixar o salário mínimo”.

É esta a posição que nos distancia claramente em relação ao Governo da República e em relação à maioria da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a maioria!

O Orador: Está bem, se calhar uma divergência por parte do PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: ... em relação ao Primeiro-Ministro, mas isso é um problema que tem que se entender, ao nível da República.

Mas a posição do Primeiro-Ministro que lidera um Governo, é de que o salário mínimo nacional deve baixar e não aumentar. Foi reafirmado a 6 de março.

Segunda questão essencial, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Agenda compensatória, medidas compensatórias, para além de todas aquelas que já estão implementadas, a senhora quer mais um exemplo claro disso, daquilo que vamos discutir ainda hoje nesta Assembleia.

Deputada Zuraida Soares (BE): Anti-recessiva! Concreta! Já!

O Orador: Concreta. Já. Aprovar hoje a alteração do complemento regional de pensão, para que aqueles pensionistas que são penalizados pelo aumento de impostos, imposto pelo Governo da República, possam continuar a ter o direito ao complemento regional de pensão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Vice-Presidente, falaremos nisso na altura certa!

O Orador: Quer mais um exemplo de uma política compensatória?

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa não vale!

O Orador: Ao contrário do que a senhora disse e do que os senhores Deputados dizem com esta medida, nós provamos que afinal tínhamos razão, que afinal com o Memorando de Entendimento que assinámos com a República, é possível criar novas medidas compensatórias, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Novas?! Novas?!

O Orador: ... é possível continuar a compensar os açorianos que mais precisam das medidas que são de insensibilidade social do Governo da República.

Temos aqui mais um exemplo concreto que hoje teremos oportunidade de discutir nesta Assembleia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas mais uma nota relativamente ao assunto que estamos aqui a discutir e que há pouco eu acabei por não referir.

Desde logo o facto desta ser uma medida conjuntural.

Ela pode assim ser considerada, mas nós não a apresentamos apenas como uma medida conjuntural. Embora seja uma resposta no imediato, mas a verdade é que ela pretende ser uma medida estruturante, uma medida estrutural, porque aquilo que tem acontecido na RAA, como eu há pouco referi, é que os custos do trabalho na RAA têm baixado relativamente àquilo que são os custos do trabalho no continente e os ganhos médios mensais dos trabalhadores no continente.

Mas queria aqui referir ainda uma outra coisa e que tem a ver com o seguinte: na RAA existe um conjunto alargado de apoios às empresas que não existe no continente. Isso mesmo foi reconhecido em sede ...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores têm que se decidir!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não! A Região é que tem que se decidir!

O Orador: Relativamente a isso não tenho nenhuma indecisão. Eu tenho consciência e até tenho provado que na RAA existe um conjunto largado de apoios às empresas que não existe no restante território nacional. Isso não é mau, Isso é bom.

Mas existe ainda uma outra coisa. Existe um diferencial fiscal que no caso do IRC é de 30%, coisa que não se verifica para todos os escalões do IRS, onde nalguns casos se fixou nos 20%.

Portanto, quando se coloca aqui a questão de que nós com esta medida vamos penalizar as empresas, isso é falacioso, esse argumento é falacioso porque nós temos criado aqui um vasto conjunto de medidas de apoio às empresas.

Portanto, aquilo que se pretende aqui é olhar para as componentes da economia como um todo e não apenas como uma parte, aliás como eu disse na minha intervenção da tribuna.

Já agora gostaria de lembrar uma outra questão, isto até para se ver da importância que tem a contribuição do trabalho até para a formação da receita pública.

Aliás, eu tive oportunidade de em sede de comissão perguntar ao Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vice-Presidente respondeu, e muito bem, certamente, qual era a contribuição para a formação da receita pública em termos dos impostos.

O Sr. Vice-Presidente respondeu e naquilo que concerne àquilo que são as contribuições do trabalho e as contribuições do setor empresarial, verifica-se o seguinte, segundo as palavras do Sr. Vice-Presidente, das quais eu não tenho nenhuma razão para duvidar, antes pelo contrário, visto que é uma pessoa que muito respeito como toda a gente sabe.

Dizia então o Sr. Vice-Presidente que a contribuição para a receita pública, por via do IRS, isto é por via da taxação dos rendimentos do trabalho era de 15% e que a contribuição do IRC era de 3%, isto é, o trabalho contribui cinco vezes mais para a formação da receita pública do que as empresas. Foi isso que V. Exa. disse a partir de Angra e que eu ouvi muito bem em S. Miguel, o que não deixa de ser importante também para esta discussão, porque de facto cobra-se cinco vezes mais ao trabalho do que ao capital, mas depois na redistribuição da receita, isto é, quando se efetua a despesa e quando se fazem as opções orçamentais, a maior parte do bolo vai para o capital e não vai para o trabalho.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E quem é que paga o salário?

O Orador: São destes desequilíbrios que estamos a falar Sr. Vice-Presidente.

Portanto, a questão é a seguinte: o argumento que V. Exa. está a utilizar relativamente ao facto da necessidade de haver um aumento ao salário mínimo nacional, certamente. Certamente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estamos de acordo!

O Orador: Certamente Sr. Vice-Presidente.

Mas então esse acordo foi quebrado e esse acordo foi quebrado por um Governo do PS no continente, quando quebraram o Acordo da Concertação Social.

Esta câmara, a autonomia açoriana tem competência para legislar sobre essa matéria.

Até posso assumir aqui o compromisso e eventualmente apresentar uma proposta de alteração para que este aumento seja apenas de conjuntura, embora

eu considere que ele deve ser de facto alargado para os 7,5%, porque o diferencial entre aquilo que é o ganho médio mensal dos trabalhadores no continente tem vindo a aumentar relativamente ao ganho médio mensal dos trabalhadores açorianos.

Mas eu até posso assumir esse compromisso, que é introduzir uma proposta de alteração em que o diferencial de 7,5% seja até que o salário mínimo nacional venha a aumentar e o valor será então idêntico.

Quanto à questão deste acréscimo regional ao salário mínimo nacional ser um património do PS, eu gostaria apenas de fazer uma correção. Esse é um património desta câmara. É um património da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e é um património dos partidos que propuseram e aprovaram este Decreto Legislativo Regional que me parece que não foi exclusivamente o PS.

Portanto, o património não é do PS.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permita que lhe diga Sra. Deputada Zuraída Soares e Sr. Deputado Aníbal Pires, que a Sra. e o Sr. Deputado estão a cometer exatamente o mesmo erro do Governo da República.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a falar para quem?

O Orador: Tal como Vítor Gaspar, estão a basear-se em modelos que muitas vezes não têm constância com a realidade.

Se aquilo que está a dizer em relação à subida do salário mínimo que tem efeito quase igual ao nível do consumo, Sr. Deputado Aníbal Pires se isto fosse totalmente verdade, aquilo que se verificaria era que o senhor poderia não aumentar de 5 para 7,5%, mas poderia aumentar para 10% o diferencial, que isto motivaria um crescimento económico nesta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, trate disto seriamente! Trate do assunto com seriedade!

O Orador: Portanto, nós devemos analisar as coisas tendo em conta a realidade e as nossas respostas devem estar adequadas na mesma à realidade.

Nós, na República, aquilo que consideramos é que um aumento do salário mínimo teria um efeito ao nível do consumo interno e esse consumo interno seria absorvido na sua maioria por empresas portuguesas, porque no consumo interno nós não teríamos, nem temos, uma concorrência muito grande ao nível de empresas estrangeiras, sobretudo quando temos pequenos acréscimos ao nível dos rendimentos.

Todos nós sabemos a situação do continente. Todos nós sabemos que o País está numa grande recessão económica, quase numa desgraça económica: as exportações estão estagnadas em recessão; o consumo está completamente numa situação de paralisia; o desemprego é ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): As famílias não têm dinheiro, não é Sr. Deputado?

O Orador: Exatamente!

... uma epidemia sem controlo; as insolvências são a rotina do dia a dia ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais dinheiro nas mãos das famílias, mais dinheiro nas mãos dos trabalhadores!

Presidente: Sr. Deputado pode continuar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Francisco César esta muito sensível!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu gostaria de fazer a minha intervenção. Se o Sr. Deputado quer fazer uma intervenção eu posso calar-me, sentar-me e o senhor faz a sua intervenção à vontade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não posso fazer um aparte ao Sr. Vice-Presidente?!

Presidente: Srs. Deputados não entrem em diálogo!

Sr. Deputado Francisco César faça favor de continuar.

O Orador: Sei que isto o incomoda Sr. Deputado, mas a verdade é esta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Incomodado está V. Exa!

O Orador: O desemprego é uma epidemia sem controlo. A banca penhora, a banca não empresta e a banca recebe dinheiro dos contribuintes.

A economia está colapsada e nem por isso o défice está a melhorar.

Aquilo que o Governo da República tem vindo a defender é mais austeridade, mais austeridade, mais austeridade.

Aquilo que ainda hoje tivemos acesso foi que se houve País na União Europeia que destruiu mais emprego, no último trimestre de 2012, foi Portugal.

As políticas de austeridade nacional e a intransigência em ter políticas de incentivo à atividade económica têm levado a que o nosso País tenha sido aquele que pior se comporta em termos de crescimento económico e em termos de dinâmica das suas finanças públicas.

Temos portanto um governo que não governa. Temos um Governo que obedece. Obedece aos credores e esquece os seus eleitores.

A verdade é que este Governo poderia seguir o conselho e a proposta do PS: ajudar as famílias e ajudar as empresas. Mexer no salário mínimo aumentando-o e este aumento no salário mínimo a nível nacional, teria exatamente o aumento na mesma proporção nos Açores, porque o nosso salário está indexado ao salário a nível nacional, com isso havendo igualdade de competitividade entre as empresas, nós conseguíamos aumentar o consumo interno.

Nós, nos Açores, não estamos quietos, nós não cometemos o erro da inação. Nós temos criado todo um conjunto de medidas de apoio às empresas, de sustento às famílias, nós trabalhamos na valorização do emprego, nós trabalhamos no fornecimento de crédito às empresas. Nós temos trabalhado ao nível daquilo que é o fomento da economia, no incentivo às empresas. Nós sabemos das dificuldades por que atravessamos.

Por isso os açorianos sabem que com o Governo dos Açores e com o PS podem contar como parceiro para ultrapassar estas dificuldades e para que ninguém fique para trás.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem um minuto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Francisco César veio com a sua intervenção, no fundo, dar razão à justeza desta iniciativa do PCP.

Não posso estar mais de acordo com aquilo que V. Exa. disse. Portugal foi o País que destruiu mais emprego, porquê? Porque reduziu e tem vindo a reduzir constantemente os custos do trabalho, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Então se é verdade Vs. Exas. estão aqui a seguir esse mau exemplo que vem da República.

Aquilo que se pede é exatamente o contrário. De facto V. Exa. vem dar-me razão.

É verdade. Aquilo que está a ser feito no País é destruidor e de facto o Ministro Vítor Gaspar e Passos Coelho obedecem a quem os colocou no poder.

Aliás, eu não reconheço nem ao Ministro Vítor Gaspar, nem a Pedro Passos Coelho, a qualidade de governantes deste País. Prefiro designá-los como administradores da troika em Portugal.

Agora há aqui uma questão que eu gostaria, para terminar, de dizer o seguinte e que aliás esse argumento que o Sr. Deputado Francisco César utilizou, relativamente ao facto de haver igualdade na competitividade entre as empresas regionais e as nacionais, como sabe isso não é verdade, porque todos os apoios que são dados aqui na Região às empresas é que provoca, eventualmente, algum distúrbio, com o qual eu concordo. Aliás, quem não concorda é o Governo do PSD e do CDS-PP que querem reduzir o diferencial fiscal, designadamente do IRC, para 20%.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Já reparou Sr. Deputado Francisco César? O Sr. Deputado e a sua bancada estão exatamente a fazer o jogo do PSD e do CDS-PP. Por isso não posso deixar de adjetivar Vs. Exas. como os partidos troikistas, que hoje vão ter mais um apêndice que é o PPM.

Obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até para consubstanciar, eu sei que o Sr. Deputado não tem tempo.

Aquilo que tem sido a nossa posição é, a meu ver, relativamente clara.

O Governo da República e o País sofrem uma situação em que um aumento do salário mínimo motivaria o respetivo aumento do consumo interno.

Esse aumento do consumo interno seria absorvido pelas empresas portuguesas, sobretudo pelas empresas portuguesas.

No caso dos Açores, as nossas empresas competem inclusive no seu consumo interno com empresas do continente. Aumentar a diferença do salário mínimo nos Açores, em relação ao continente, motivaria que empresas do continente no nosso consumo interno tivessem vantagens competitivas sobre as nossas empresas.

A nossa posição é muito clara. É sobretudo de proteger as empresas dos Açores e protegendo as empresas dos Açores proteger o emprego que nós tanto procuramos manter.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

A Sra. Deputada Zuraída Soares já não tem tempo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não tenho? Obrigada!

Presidente: Sendo assim penso que estamos em condições de passar à votação do diploma.

Vamos votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PCP.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar ao ponto 2 da nossa agenda.

Para apresentar o relatório referente à **Petição n.º16/2011 – “Manifesto contra a inceneração nos Açores”**, apresentada por **Sérgio Diogo Caetano**, na **qualidade de 1.º subscritor**, dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO no âmbito da apreciação da petição n.º 16/2011 – “manifesto contra a incineração nos açores”

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 10 de Fevereiro de 2012, na Delegação do Pico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Vila da Madalena.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º 16/2011 – “Manifesto contra a incineração nos Açores”, que tem como primeiro subscritor o Senhor Sérgio Diogo dos Santos Caetano.

A mencionada Petição, contendo 291 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 29 de agosto de 2011, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, na sua reunião de 23 de setembro de 2011, solicitar ao primeiro subscritor a indicação do seu endereço postal, a fim de dar cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 9º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Na reunião de 14 de outubro de 2011, a Comissão deliberou, por unanimidade, admitir a petição por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objeto da petição e caracterização da situação atual

Os peticionários pretendem:

- A adoção dos princípios da precaução e da incerteza, no que respeita à introdução da incineração nos Açores;
- A proibição da instalação de incineradoras nos Açores, bem como a queima de resíduos sólidos urbanos para produção de energia;
- A eliminação da incineração;
- O desenvolvimento de políticas governamentais que tenham por objetivo a prevenção e a redução de resíduos.

c) Diligências efetuadas

Admitida a Petição, e ainda na reunião de 14 de outubro de 2011, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor;
- Audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar;
- Solicitação de parecer escrito à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;
- Solicitação de parecer escrito à Universidade dos Açores;
- Solicitação de parecer escrito às organizações não-governamentais de ambiente e às associações que desenvolvem atividade nesta matéria.

1. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

A Comissão procedeu à audição do primeiro subscritor da petição, Senhor Sérgio Diogo Santos Caetano, na sua reunião do passado dia 14 de outubro.

O **Presidente da Comissão** enquadrou a audição e relevou a participação dos cidadãos e a manifestação de opinião sobre a matéria. Seguidamente, deu a palavra ao peticionário para expor a sua pretensão e respetivas motivações.

O **Peticionário** começou por agradecer a sua audição, que considerou gratificante e responsabilizadora de quem representa os cidadãos. Informou que, nesta data, a petição conta, *on-line*, com 435 assinaturas. Quanto ao objeto, disse que contraria a opção de queima de resíduos, por não ser solução para a produção cada vez maior de resíduos. Considerou que o ponto de partida para a

discussão não pode ser comparar um aterro mal gerido com uma incineradora, pois que tal será redutor.

Para o Peticionário, a incineração é tida como geradora de vários poluentes e de eventos acidentais que comprometem, irremediavelmente, esta solução.

Considera, também, que esta solução não é compatível com a imagem ambiental da Região e irá competir com a política dos 3 R. Para o Peticionário, é necessário evitar a produção de determinados resíduos e consumir mais produtos locais, que permitem reduzir as embalagens.

Considerou que a produção de energia leva à desvalorização dos resíduos e que é um investimento caro, pois ter-se-á que importar nova matéria-prima. Acrescentou que a solução em causa aumentará a autonomia energética de S. Miguel, mas que não consubstancia a utilização de recursos endógenos. Exemplificou com a Região da Madeira, onde a solução se revelou pouco vantajosa e com custos económicos e sociais.

Prosseguindo, o Peticionário defendeu o desenvolvimento de políticas ambientais no âmbito da prevenção de resíduos, melhor reutilização, a adoção dos princípios da precaução e da incerteza e a proibição da queima de resíduos sólidos urbanos na Região, à semelhança de alguns municípios e de outros países, que se declararam livres de incineração.

Considera que o projeto não está especificamente legitimado pelo programa do Governo e que, tratando-se de um projeto multigeracional, com significativo impacte ambiental, deveria ser mais debatido.

O Peticionário lembrou o projeto apresentado em 2004 pela AMISM (Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel) e que o mesmo não foi viabilizado pelo Governo Regional. Para o Peticionário, de acordo com o PEGRAA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores), a incineração deverá ser das últimas estratégias a adotar.

Ao terminar a sua intervenção inicial o Peticionário defendeu a promoção de comportamentos que reduzam os resíduos a colocar em aterro.

O Deputado **Paulo Ribeiro**, do **PSD**, considerou consensual a afirmação do Peticionário quanto ao objeto último da petição, ressaltou a existência de fluxos

de resíduos aos quais não pode ser aplicada a política dos 3 R e pretendeu saber qual a solução preconizada, nomeadamente se o depósito em aterro.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, disse comungar das preocupações trazidas pelo Peticionário quanto a um eventual mau dimensionamento das soluções técnicas e manifestou o seu acordo relativamente à hierarquia das operações de gestão de resíduos, sendo a última e a menos adequada a deposição em aterro. Para o Deputado, a estratégia da Região define uma lógica integrada e a política dos 3 R, não podendo a questão ser reduzida à dicotomia incineração / aterro. Considerou um péssimo exemplo a solução adotada pela Madeira, uma vez que se tratou da opção pela queima generalizada de resíduos e por uma estrutura sobredimensionada. Para o Deputado, maus exemplos e problemas associados não podem ser confundidos com lógica de valorização integrada e com soluções bem-dimensionadas e esclareceu que em 2004 o que estava em causa era a réplica da solução da Madeira e a queima pura e simples de resíduos.

Prosseguiu considerando que pode fazer sentido que resíduos contaminados e rejeitados no processo de seleção sejam enquadrados numa solução de valorização energética, porque no tratamento de resíduos podem existir metas de valorização energética. Assim, o Deputado pretendeu saber se os Peticionários, nesta perspetiva, rejeitam liminarmente uma lógica de valorização ou se consideram que, para estes resíduos, o destino final deve ser o aterro.

O Deputado **Luis Silveira**, do **CDS-PP**, disse perceber as questões trazidas pelos Peticionários e concordar com as questões levantadas, exceto com o entendimento de que o aterro é uma solução melhor do que a incineração, quando estão em causa resíduos que não são suscetíveis de tratamento. O Deputado pretendeu saber qual, na opinião do Peticionário, a solução para esse tipo de resíduos, que tenha menos impacte ambiental e contemple a relação custo-benefício.

O Deputado **Aníbal Pires**, do **PCP**, saudou a iniciativa dos Peticionários e considerou fundamental a participação ativa dos cidadãos. Para o Deputado, a explanação feita foi suficientemente clara e demonstra que a incineração não é a

solução mais adequada pelos riscos ambientais, custos associados e volume de resíduos. Considerou, também, que há necessidade de promover um debate público alargado sobre a matéria e de a Comissão promover um debate público mais alargado sobre a matéria, promovido por iniciativa da CAPAT.

Respondendo às questões dos Deputados, o **Peticionário** disse não defender a deposição em aterro por oposição à incineração mas, antes, pretender alertar para a existências de outras soluções não podendo, contudo, pronunciar-se em nome dos Peticionários por soluções que não constam do texto da petição.

Para o Peticionário, se o contributo de matéria orgânica por reduzida, pode evitar-se o acrescento dessa matéria aos resíduos, pelo que defende a compostagem comunitária e de rua, à disposição de juntas de freguesias e moradores. Considera que se acrescentam constantemente fileiras que não deviam ir nem para lixeira nem para aterro. A petição manifesta princípios contra a incineração de resíduos sólidos urbanos, não estando em causa a queima de resíduos perigosos. De acordo com a Lista Europeia de Resíduos (LER), a generalidade dos resíduos sólidos urbanos não são perigosos.

O Peticionário considerou que, no âmbito da petição, são assume uma qualidade que lhe permita falar sobre soluções para esta questão, e que a oposição que fazem é em relação à política escolhida. Entende que a incineração será mais cara do que as soluções que os Peticionários preconizam e, quanto à produção de energia, questiona que tal se reflita em eletricidade mais barata para os consumidores e considera que não se trata de uma energia limpa, uma vez que os recursos não são endógenos. Acredita que pode existir conflitualidade da política dos 3 R, quando se usa uma solução mais fácil, considerando que só com o funcionamento da incineradora se poderá ter conhecimento desse conflito.

A Deputada **Zuraida Soares**, do **BE**, o debate desta questão está por fazer. Considera que há falta de alternativas e que é necessária uma solução para os resíduos que não se enquadram nos resíduos sólidos urbanos.

A Deputada **Isabel Almeida Rodrigues**, do **PS**, referiu a aprovação recente do regime de prevenção e gestão de resíduos e a estipulação, no âmbito desse

regime, de uma hierarquia de operações de gestão e de metas para essas operações, nomeadamente para a reciclagem, a criação do mercado regional de resíduos e a construção de centros de processamentos de resíduos no arquipélago. Considerando a existência de resíduos que não são suscetíveis reutilização ou reciclagem, a Deputada pretendeu saber se o Peticionário acha preferível a exportação desses mesmos resíduos em vez da sua valorização energética.

Respondendo às Deputadas, o Peticionário começou por referir que já existe a queima de resíduos perigosos e que a petição é contra a incineração massiva. Quanto às sobras de resíduos provenientes do circuito de triagem, disse desejar que fosse estudada uma forma de valorização alternativa à queima, considerando que alguns dos resíduos que produzimos na Região são incinerados no Continente, com sobrecustos para a Região. Para o Peticionário, numa lógica de boa gestão, sobrando uma pequena parte de resíduos, os mesmos deverão ser incorporados numa realidade maior e considerou que a exportação de resíduos não comporta sobrecustos, uma vez que somos importadores.

O Deputado **Francisco Vaz**, do **PS**, pretendeu saber se a petição é mais pedagógica do que contra a incineração.

O Peticionário respondeu que a discordância é filosófica pois entendem que a incineração não é uma solução para a problemática social dos resíduos. Quanto à petição, considerou que não sendo necessariamente pedagógica, é mais pela redução e pela prevenção.

Ao terminar a audição, a Deputada **Zuraida Soares**, do **BE**, pretendeu saber se a incineradora, por si própria, subverte a pedagogia que é necessário fazer pela política dos 3 R, ao que o **Peticionário** respondeu que haverá, certamente, uma orientação pedagógica para a separação do vidro, que não tem valor calórico.

2. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar na sua reunião de 12 de Janeiro de 2012.

O Secretário Regional começou por referir conhecer a petição, a qual foi enviada à SRAM, tendo o assunto sido discutido com alguns dos promotores e no âmbito do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, pelo que a matéria foi objeto de debate e acrescentou que o Governo concorda com boa parte dessas questões, o que é demonstrado pela aprovação do Regime Jurídico da Prevenção e da Gestão de Resíduos, iniciativa do Governo, que estabelece metas de reciclagem e reutilização, que constituem uma prioridade.

Para o Secretário Regional, há questões de natureza técnica que não podem ser resolvidas pela reciclagem, pela natureza dos resíduos, os quais vão para aterro ou têm outro tipo de solução.

Quanto ao aterro, chamou a atenção para a libertação de gases, cujo efeito na atmosfera é pior, para os riscos que representam para as águas subterrâneas e para a ausência de utilidade desses resíduos, concluindo que, sobretudo em sistemas insulares, o aterro é a pior solução.

Segundo o governante, não se pretende incinerar os resíduos, mas sim proceder à sua valorização energética, usando tecnologia que está muito testada. As quantidades de resíduos disponíveis são significativas e é possível, com segurança, produzir energia aproveitando materiais que, de outro modo, iriam para aterro, com a vantagem da gratuitidade do material disponível, face à queima de *fuel* que tem que ser adquirido.

Para o governante, trata-se apenas de utilizar os resíduos que não podem ser reutilizados nem reciclados.

O Deputado Paulo Ribeiro, do PSD, quis saber qual o ponto de situação e a tecnologia que será aplicada nos centros de valorização energética.

Respondendo ao Deputado, o Secretário Regional referiu que se trata de aproveitamento energético com tecnologia de leito fluidizado, em que ocorre a transferência de materiais sólidos em fluidos, antes da queima. Acrescentou que na Terceira será instalada uma variante dessa tecnologia, porque a quantidade

de resíduos disponíveis não permite o uso da mesma. Aqui os resíduos serão gaseificados antes da queima.

Quanto à situação em S. Miguel, o projeto e o licenciamento estão completos e aguarda-se a aprovação da candidatura, cujo atraso tem a ver com a não participação da empresa Águas de Portugal, S.A..

Quanto à Terceira, o projeto está mais avançado. O primeiro estudo de impacto ambiental detetou insuficiências que estão a ser supridas. A candidatura não está aprovada pelo atraso na aprovação do orçamento da Câmara Municipal de Angra de Heroísmo.

3. PARECERES SOLICITADOS

Foram solicitados pareceres às associações não-governamentais de ambiente e associações cívicas com intervenção nesta área, à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA) e à Universidade dos Açores. Apenas responderam a Quercus e a AMRAA.

Os pareceres recebidos são juntos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.

Capítulo IV CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição e efectuada a respectiva apreciação, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. Prevê-se a instalação em São Miguel, de um Ecoparque o qual, segundo o Relatório Técnico do Estudo de Impacte Ambiental, comporta uma instalação de tratamento de resíduos por valorização energética, com produção de energia elétrica, uma estação de triagem de resíduos valorizáveis, uma central de valorização orgânica para resíduos verdes, um aterro para deposição, em separado, de cinzas, escórias e resíduos não incineráveis (informação acedida, nesta data, em

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sram/doc>

[Discussao/consulta+AIA+ecoparque+s+miguel.htm?lang=pt&area=ct;](http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sram/doc/Discussao/consulta+AIA+ecoparque+s+miguel.htm?lang=pt&area=ct)

2. O Ecoparque de São Miguel não visa a simples incineração de resíduos, ou seja, a sua queima como processo de redução de volume, mas antes a valorização energética com produção de energia, que consiste no tratamento de resíduos através da sua combustão, em que a energia calorífica resultante é transformada em energia elétrica;
3. A gestão de resíduos nos Açores rege-se pelo disposto no Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de Novembro, que enuncia, no artigo 11.º, como princípio geral da política de prevenção e gestão de resíduos, a seguinte hierarquia das operações de gestão: *a)* prevenção e redução; *b)* preparação para a reutilização; *c)* reciclagem; *d)* outras formas de valorização, incluindo a valorização energética; *e)* eliminação;
4. O Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos estabelece metas relativas ao aumento em peso relativamente à preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de valorização material;
5. Há resíduos que pelo tipo, natureza e condições em que se apresentam não são passíveis de reutilização ou reciclagem;
6. Cumpridas as regras relativas à hierarquia das operações de gestão e atingidas as metas impostas, a valorização energética é uma alternativa que deve ser privilegiada à deposição em aterro;
7. Os promotores do Ecoparque de São Miguel e de outros projectos semelhantes que se venham a desenvolver na Região devem, no dimensionamento das infraestruturas de gestão dos resíduos, assegurar o cumprimento das metas referidas no ponto 4.

Não obstante a Petição não cumprir com o disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 192.º do Regimento, já que foi subscrita apenas por 291 cidadãos, a Comissão deliberou, nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do mesmo artigo 192.º e por unanimidade, emitir parecer favorável a que a presente Petição seja apreciada

em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, atendendo os interesses em questão e à respectiva relevância social e económica.

Madalena, 12 de janeiro de 2012

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

Presidente: Obrigada Sra. Relatora

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é hábito, gostaria de começar por saudar os peticionários pela sua actuação directa na política Regional, através desta forma de expressão da democracia participativa, que é a Petição Pública.

Em segundo lugar, gostaria de salientar a qualidade do relatório que foi produzido pelos membros da anterior Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, já que este assunto transita da anterior legislatura e só agora veio a discussão em Plenário.

Julgo que o manifesto que dá origem a esta petição parte de um equívoco. E o equívoco é simples: não é de incineração pura e dura, do que quer que seja, o que se pretende implementar na Região (neste caso em São Miguel), mas sim a valorização energética daqueles resíduos que, de mais nenhuma outra forma, poderão ser aproveitados para outra qualquer finalidade.

O objectivo que aqui está presente é o de produzir electricidade utilizando, também, a queima daqueles resíduos sem outra qualquer hipótese de valorização e não a da incineração de resíduos só por si.

Por muito que algumas pessoas queiram fazer passar essa mensagem, incineração e valorização energética de resíduos não são sinónimos.

Sem pruridos, assumimos que o tema é complexo e que há interesses conflitantes, que envolvem grupos que defendem as mais variadas formas de abordagem à temática do tratamento dos resíduos e relação com o ambiente. Todas essas partes podendo ter também interesses económicos e capacidade para fazer “lobby” com o tema em debate...

Do mesmo modo, temos que, sem rodeios, assumir que a não implementação dos centros, que são diferentes, de valorização energética de resíduos em São Miguel e na Terceira, colocam em causa a implementação e cumprimento do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, mais conhecido pela sigla PEGRA, o qual que até já deveria estar concluído.

Importa também explicar que a Valorização Energética dos Resíduos é uma opção apenas na fase final do tratamento dos resíduos, por contraponto com a respectiva deposição em aterro.

É a fase final de um processo que inclui a política dos já não 3 “R”s: Reduzir, Reutilizar e Reciclar, mas sim 4 “R”s que agora incluem o “recuperar”, sem deixar de reconhecer e assumir que há fluxos de resíduos aos quais, pela sua natureza e características, não se pode aplicar a política dos agora 4 “R”s. Há, de facto, resíduos impossíveis de valorizar de outra forma que não seja a da valorização energética. Não são recicláveis nem reutilizáveis de nenhuma outra forma.

A deposição em aterro destes materiais revela-se mais nociva para o ambiente do que a respectiva valorização energética, uma vez que acarreta perigos maiores no que concerne à contaminação de solos e de águas subterrâneas. E este é que é o ponto-chave. A situação actual é a pior possível e é essa que se quer resolver com a valorização energética dos resíduos. Mas apenas daqueles que não tiverem outro tipo de uso ou aproveitamento gerador de valor. Quem achar que esta solução é um mal, será, sem dúvida, um mal imensamente menor que a manutenção da situação actual.

Os Açores têm mesmo que ter uma política própria para a gestão e tratamento dos resíduos, sob pena de os mesmos se acumularem indefinidamente, até que, por exagero, as 9 ilhas acabassem por se tornar em 9 grandes aterros sanitários.

Os peticionários, no seu manifesto, elencaram um conjunto de maus exemplos e más práticas que a Região não deve importar para as nossas ilhas. Isso é um dado importante a ter em conta. No entanto, houve também alguma falta de rigor e de suporte científico actualizado ao nível da argumentação utilizada.

Em vez de se olhar e apontar apenas para os exemplos mal sucedidos, podemos “copiar bem” o que de bom e de melhor se faz por esse mundo fora na área da valorização energética dos resíduos.

Há que saber fazer uma correcta hierarquização das operações de gestão de resíduos, tendo presente que a valorização energética dos mesmos é um processo de fim-de-linha, compatível com a utilização simultânea de outras formas de tratamento como a compostagem ou a biometanização, entre outros, referidos no relatório da CAPAT.

A simples exportação dos resíduos para o exterior da Região é economicamente inviável.

Para além disso, mesmo dentro da Região, o transporte marítimo de resíduos inter-ilhas é oneroso, ao ponto de ter de ser fortemente subsidiado e colocar em risco a viabilidade económica de todo o PEGRA. O tempo o dirá.

A Valorização Energética de Resíduos irá permitir a redução de outras “queimas” que são caras, também poluentes e importadas, cujo exemplo maior é o dos combustíveis fósseis, dos quais a nossa Região é ainda altamente dependente. Tal dependência onera o Orçamento Regional e pesa ao contribuinte açoriano, facto que torna imprescindível toda a redução que for possível nos gastos com derivados do petróleo.

No final de contas e de todo este processo, o que se pretende é produzir electricidade, utilizando recursos que estejam disponíveis na Região, reduzindo despesas, diminuindo importações, eliminando passivos ambientais e fazendo-o de forma segura e eficiente.

Mudaram os paradigmas. Hoje, os resíduos já não são apenas despojos mas sim recursos, que têm mercado, valor e utilidade. Saibamos nós caminhar no sentido correcto.

Relembro a hierarquia no tratamento das operações de resíduos:

- prevenção e redução;
- reutilização;
- recuperação/ restauro;
- reciclagem;
- valorização (incluindo a energética)
- e, só no fim e como último recurso, a deposição em aterro próprio dos materiais sem possibilidade de mais qualquer outro uso.

Os pareceres constantes do relatório da CAPAT elaborado no âmbito desta petição são muito elucidativos e, mesmo nos casos em que as opiniões são divergentes, importantes pontos são trazidos para o debate.

O Professor Victor Hugo Forjaz, tal como outras personalidades ligadas à área do ambiente que, entretanto, o PSD-Açores teve oportunidade de consultar, confirmam que, actualmente, existe tecnologia disponível que é segura, de alta eficiência e amiga do ambiente, na valorização energética de resíduos.

O Parecer da AMISM (Associação de Municípios da Ilha de São Miguel), é o mais completo e abrangente, parecendo-nos ser aquele que está conforme os dados científicos mais recentes que estão disponíveis acerca da temática em questão.

Este parecer garante que os níveis de poluição resultantes da valorização energética de resíduos são inferiores aos causados pelos escapes dos automóveis e os riscos para a população inferiores aos do tabagismo.

Ficámos ainda a saber que os países que mais reciclam e que mais reutilizam resíduos, são também aqueles que mais recorrem à valorização energética dos resíduos para os quais não se encontra outra finalidade.

Quanto a possíveis efeitos no turismo, acreditamos que é melhor que haja um adequado tratamento e valorização de resíduos (incluindo a valorização energética) nos Açores, em unidades próprias e modernas, do que uma proliferação de lixeiras e aterros como a que temos hoje nas nossas ilhas.

O parecer da Quercus, embora contrário à adopção, nos Açores, de métodos e tecnologias de valorização energética dos resíduos, coloca importantes questões relativas à necessidade de se escolher as melhores, mais seguras e mais

modernas tecnologias para este processo, bem como garantir um adequado dimensionamento de quaisquer instalações a construir, à realidade Açoriana e ao nosso nível de produção de resíduos.

Como em tudo, há que saber fazer contas e aplicar bem o dinheiro dos contribuintes, tal como os fundos comunitários de que pudermos dispor.

Julgo que a Região tem bons recursos humanos nesta área, que são bons técnicos, responsáveis, conhecedores e que poderão também ser responsabilizáveis, tal como os decisores políticos, pelas decisões que optarem por tomar.

Uma nota para o caso particular da Biomassa.

As centrais de aproveitamento da Biomassa vegetal para produção de energia, têm, de facto, custos de instalação e funcionamento muito mais baixos se forem encaradas só por si. No entanto, parece-nos importante que as instalações a construir na Região, dados os valores envolvidos e as participações comunitárias disponíveis, possam utilizar, de forma complementar, também a biomassa vegetal no seu funcionamento.

Esta opção, não impede que possam surgir, em complementaridade, outras unidades de produção de energia, que trabalhem exclusivamente com biomassa vegetal. Segundo o que chegou ao nosso conhecimento, até já deram entrada na Direcção Regional da Energia pedidos de instalação de duas unidades deste tipo para a ilha Terceira, uma a localizar na freguesia de São Bento e outra na freguesia do Porto Judeu.

Gostaria de terminar salientando que todo o projecto de valorização energética de resíduos nos Açores (unidades de valorização de São Miguel e Terceira) só é possível porque em Dezembro de 2012 pela mão do atual Governo da Republica a dotação inicial do Fundo de Coesão de 70 milhões de euros foi reprogramada e aumentada para 175 milhões de euros ou seja teve um aumento de 150%.

É natural que se critique o Governo da Republica sempre que toma medidas contrárias aos interesses dos Açores, nós somos os primeiros a fazê-lo, mas é igualmente justo e correto que se refira a forma diligente e eficaz como o

Governo da Republica canalizou mais 105 milhões de euros para os Açores, para o tratamento desta matéria.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais saudar os peticionários por nos trazerem a esta casa esta Petição, por demonstrarem a sua preocupação com as questões ambientais na Região e dizer que se por um lado concordamos com estes peticionários por não quererem que seja feita incineração nos Açores, por outro lado não podemos também reafirmar com seriedade intelectual e como oposição construtiva que somos, que há resíduos que têm que ter um fim, resíduos esses que não são passíveis de serem reciclados, como são alguns que têm que ter esse fim e aquele que é dado, neste momento, é o chamado aterro sanitário.

Se por um lado nós entendemos que o Governo Regional deve diligenciar todos os esforços para que sejam seleccionados, ao máximo, aqueles que são os resíduos passíveis de ser reciclados, por outro lado entendemos que não é boa política continuar com os aterros sanitários.

Não é, porque numa Região como a nossa, nós sabemos que temos um historial, até aqui, desses aterros nas diversas ilhas dos Açores e sabemos que temos, infelizmente, alguns casos em que esses aterros já vêm a provocar danos muito graves naqueles que são os lençóis freáticos na nossa Região.

Portanto, aquela que é a nossa posição muito clara em relação à incineração nos Açores, é que não devemos, nem deve o Governo Regional, de forma alguma, fazer aquilo que por exemplo fez o Governo Regional da Madeira, que foi partir para uma incineração pura e dura.

Nós devemos sim, e é esse o nosso pedido ao Governo Regional para que selecione ao máximo esses resíduos e em contrapartida manter os aterros

sanitários, avançar para a incineração dos Açores, que por sua vez até nos trará algumas mais valias em termos de rentabilidade energética para a Região.

Portanto, aquela que é a nossa posição, e em suma, em relação a esta Petição, é que o ideal seria não termos incineração nos Açores, é óbvio, como era o ideal em qualquer parte do planeta, mas também não é menos óbvio que temos que dar um fim a alguns dos resíduos que não são passíveis de reciclar.

E a esses, só a esses, nós não vemos problemática nenhuma em que se parta para a incineração como o destino final e que nos traga algum retorno em termos de energia elétrica.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar a minha intervenção saudando a participação dos cidadãos e o exercício dos direitos de cidadania e gostaria de endereçar uma saudação particular às organizações não governamentais de ambiente, cuja participação nos processos de decisão é sempre enriquecedora pela pertinência dos elementos que trazem à reflexão e pela discussão que proporcionam em torno das questões que coloco.

Queria também dizer que o PS comunga das preocupações que subjazem à elaboração da Petição naquilo que elas se referem à necessidade de cumprir o princípio estratégico de respeitar a prevenção e a redução de resíduos, a hierarquia de operações de gestão e cumprir as metas de reciclagem e outras formas de valorização.

Para o PS a gestão de resíduos é um dos eixos fundamentais da nossa estratégia de desenvolvimento sustentável, que determinou, aliás, a elaboração do Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos da RAA, que já foi aqui referido pelo Sr. Deputado, Luís Rendeiro do PSD e que como sabe está prestes a entrar completamente em operacionalização, um importante instrumento de gestão territorial desta política setorial.

Nós entendemos que no domínio dos resíduos, a primeira linha das políticas públicas tem que se situar, efetivamente, ao nível da prevenção e da redução da produção de resíduos e aí concordamos em absoluto com a questão, tal como ela é colocada pelos peticionários.

Uma segunda linha deverá ser dedicada à operacionalização dos técnico sistemas, destinados ao tratamento, valorização ou eliminação das diversas tipologias de resíduos.

Como sabemos a operacionalização do PEGRAA exigiu a criação de centros de processamento de resíduos nas ilhas do Corvo, Flores, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Santa Maria.

Nas ilhas de S. Miguel e Terceira a implementação desse plano passou pela construção de unidades de tratamento e valorização de resíduos que incluem, além da valorização energética, e é importante sublinhar isto, a valorização orgânica de verdes e outras componentes que constam aliás das conclusões do relatório, que foi apresentado.

Importa referir que no âmbito da implementação desta estratégia de gestão de resíduos está previsto o incineramento, a selagem e a requalificação dos atuais aterros e lixeiras do Corvo, Flores, Faial, S. Jorge, Graciosa e Santa Maria.

Deve ainda referir-se pela sua importância a aprovação nesta câmara do Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos e do Regime de Gestão de Fluxos de Resíduos.

Quero referir ainda, porque importa para a análise da Petição, a aprovação do Regime Jurídico da Qualidade do Ar e da Proteção da Atmosfera.

Ora, destes três diplomas resultou um conjunto de princípios e de regras que formaram uma malha muito apertada para salvaguarda da sustentabilidade ambiental e que dão corpo a uma estratégia de gestão de resíduos que assenta em primeiro lugar, como já se referiu, na prevenção e na redução, na recolha seletiva e triagem, na valorização orgânica por compostagem e, só aí por fim, na valorização energética.

Ora traçado este quadro geral importa agora abordar a questão da valorização energética que já foi aqui aliás, muito bem explicada, pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro do PSD.

Mesmo assim volto a lembrar que o que está em causa no ecoparque de S. Miguel e na ilha Terceira, não é a incineração, enquanto processo de eliminação pura de resíduos que visa a redução do seu valor, mas sim a valorização energética.

Sublinhe-se que no desenvolvimento de operações de valorização energética não podem ser utilizados resíduos passíveis de reutilização ou reciclagem.

É por isso que as soluções apresentadas pelos municípios de S. Miguel e da Terceira, incluem a instalação de ecocentros, central de triagem e centro de valorização orgânica.

É por isso também que as respetivas declarações de impacto ambiental que impõem um conjunto de condicionantes à implementação dos projetos, impõem o cumprimento das metas de reciclagem e de valorização.

Portanto, não vale a pena vir dizer que se trata de incineração de resíduos puro e simples, porque não é isso, como também não vale a pena tentar vender-se a ideia de que com a implementação destes projetos deixaremos de cumprir as nossas metas de reciclagem, porque isso não corresponde à verdade.

A hierarquia das operações de gestão não está em causa.

Uma preocupação muito pertinente, manifestada pelos peticionários prende-se com a emissão de substâncias poluentes para a atmosfera, água e solo, com consequentes riscos para o ambiente e para a saúde humana.

Esses riscos existem, é verdade, mas importa dar-lhes a devida configuração.

A União Europeia, Portugal e os Açores, através de legislação aprovada nesta Assembleia e que já referi, impõem regras rigorosas quanto às condições de exploração, requisitos técnicos, valores limites de emissão e condições de monitorização para este tipo de instalação e impõe ainda que estas instalações sejam dotadas de sistemas de tratamento de gases e afluentes adequados.

O mesmo se verifica quanto ao tratamento dos subprodutos, como é o caso das cinzas e das escórias, ou seja, e como também já foi aqui referido, a utilização

das melhores técnicas disponíveis, que é aliás imposta por lei e garante o cumprimento das condições exigidas pela legislação europeia, nacional e regional.

No que se refere às emissões de gases com efeito de estufa é de notar e sublinhar, que a não construção do ecoparque de S. Miguel obrigaria à ampliação do atual aterro.

Ora, o balanço entre uma e outra situação, permite verificar um decréscimo de mais de 40% nas emissões de gases com efeito de estufa, com a construção do ecoparque, ou seja, se fossemos, como defendem alguns, pelas soluções da deposição em aterro de resíduos que não são susceptíveis de reciclagem, nem de reutilização, teríamos só em S. Miguel, um aumento de 40% nas emissões de GEE.

Outra questão muito importante é o adequado dimensionamento das infraestruturas, o exemplo da Madeira foi largamente referido.

Ora, após a emissão da declaração de impacto ambiental e em fase de estudo prévio os promotores do projeto de S. Miguel reduziram a capacidade de tratamento da central em 40% e no caso da Terceira em 27%. Ficam assim afastados os receios legítimos, diga-se, de que um sobredimensionamento destes sistemas colocaria em crise as metas de reciclagem.

Partilhando as preocupações subjacentes à apresentação desta Petição, como já referi, o PS entende que os projetos apresentados pelos municípios de S. Miguel e da Terceira, enquadram-se numa estratégia de desenvolvimento sustentável e cumprem a hierarquia das operações de gestão de resíduos.

É nossa convicção que a valorização energética é uma alternativa melhor do que a deposição em aterro, ou exportação de resíduos não reutilizáveis, nem recicláveis, em que neste caso não temos qualquer pudor em produzir os resíduos e mandá-los para fora, para que outros os tratem. Nós não concordamos com essa solução.

Acresce ainda que se trata de projetos geradores de riqueza e de emprego e que aumentam a autonomia energética da Região.

Com a entrada em funcionamento do ecocentro de S. Miguel, estima-se, por exemplo, que esta autonomia energética ascenda aos 75%.

O PS está, portanto, em concordância com esta abordagem que foi feita pelos municípios de S. Miguel e da Terceira, acha que ela se enquadra no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de uma melhor política de gestão dos resíduos e compreendendo embora as preocupações manifestadas pelos peticionários e concordando até com as preocupações que subjazem à elaboração da Petição, entende que elas não se verificam e que a análise que a Comissão teve oportunidade de fazer, permite dizer a todas as açorianas e açorianos que temos projetos que não só estão de acordo com uma boa política ambiental, como proporcionarão ainda ganhos económicos muito importantes e que não se podem menosprezar.

Obrigada.

Deputados Francisco Coelho e Duarte Moreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os peticionários e peticionárias deste manifesto contra a incineração nos Açores pretendem lançar o debate público sobre a intenção do Governo Regional, em conjunto com as autarquias de S. Miguel e da Terceira, de instalar duas incineradoras nestas ilhas.

A pretensão dos peticionários e peticionárias incomoda quantos desejam passar entre os pingos desta chuva de dioxinas, imaculados, mas comprometidos com uma decisão política que definirá a gestão dos resíduos na nossa Região.

Esta é mais uma decisão política marcada pela lógica da inevitabilidade.

Contudo, mais uma vez à semelhança de outras alegadas inevitabilidades, existem alternativas. Uma dessas alternativas já faz parte do atual plano estratégico para a gestão de resíduos dos Açores, o já aqui mencionado PEGRAA, no qual está previsto a compostagem dos resíduos orgânicos e o

aproveitamento do biogás produzido por estes resíduos, através da biometanização.

O atual PEGRAA que está em vigor até ao final deste ano, prevê uma solução de valorização muito mais sustentável do que a instalação de incineradoras.

Portanto, não será por ausência de outros caminhos alternativos que se impõe a incineração.

A construção de centrais de tratamento mecânico e biológico e de centrais de valorização orgânica, quer em S. Miguel, quer na Terceira, é de longe um caminho mais adequado, dada a dimensão e a descontinuidade geográfica dos Açores.

Trata-se de uma solução que aproveita do lixo indiferenciado, o vidro, o papel e os metais e que para além disso permite a transformação da parte orgânica em composto, facilmente utilizado na atividade agrícola, na floricultura ou na jardinagem, por exemplo, e na produção de biogás, através de centrais de biometanização.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E os outros resíduos para onde é que vão?

A Oradora: Ora, esta solução permitiria reciclar mais de 50% dos resíduos em peso que são atualmente depositados nos aterros das ilhas Terceira e S. Miguel, percentagem essa que cresce para os 80%, se contemplar a possibilidade de verme e compostagem, prolongando dessa forma a vida útil dos aterros.

O exemplo da central de verme e compostagem, da responsabilidade da Câmara Municipal do Nordeste, a qual consegue atingir uma taxa de reciclagem que ronda os 80%, prova a qualidade desta solução à Região.

Esta é uma solução que não só é mais barata para os açorianos e açorianas, como é também a que permitirá criar mais postos de trabalho.

Só a instalação do ecoparque de S. Miguel, poderá atingir os 94 milhões de euros, ao passo que a instalação do sistema previsto no PEGRA, espalhado por todas as ilhas, custará 86 milhões de euros.

O investimento em incineradoras não termina com a sua instalação, longe disso. Há que considerar uma série de custos associados ao controlo das emissões com

partículas perigosas para a saúde e a gestão de aterros para resíduos perigosos, simultaneamente ao tratamento de lixiviados gerados nesses aterros.

O anterior Secretário Regional do Ambiente e do Mar, Álamo Menezes, com o objetivo de defender o investimento na incineração chegou a alertar para os custos financeiros e ambientais da reciclagem, o que deixa adivinhar que num futuro mais ou menos próximo, e devido à necessidade imperiosa de abastecer as incineradoras com resíduos, se siga uma política de desincentivo à separação de lixo, pois sabemos que a rentabilidade das incineradoras depende da sua alimentação contínua, pelo que será necessário assegurar uma produção e um fornecimento contínuo de lixo.

Antecipa-se assim que todas as ilhas estão convocadas para este esforço, se não como se justifica a inclusão do transporte de resíduos provenientes de outras ilhas para a Terceira e para S. Miguel?

Nós, BE/Açores, já assumimos, claramente, que não queremos que ilhas como o Corvo, as Flores, a Graciosa ou Santa Maria, tornem o seu lixo no seu principal produto de exportação.

Felizmente, não estamos sozinhos.

Muito obrigada.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Demagogia, de tal maneira!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Poupo esta câmara ao desenvolvimento da argumentação que aqui está, uma vez que eu próprio sou um dos peticionários.

Lembro apenas aqueles que são os quatro grandes objetivos que o PPM, neste caso, tem uma total conceção e convergência com estas solicitações: ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Sr. Deputado quer falar, inscreva-se!

Deputado Francisco César (PS): Não posso!

O Orador: Se não pode, cale-se!

Deputado Francisco César (PS): Oh Sra. Presidente, que linguagem é esta? É mal-educado!

O Orador: ... a adoção dos princípios da precaução da incerteza no que respeita à introdução da incineração nos Açores; a proibição da instalação de incineradoras nos Açores, bem como a queima de resíduos sólidos urbanos para a produção de energia; eliminação da incineração por constituir prática altamente comprometedora e incerta quanto aos riscos ambientais, para as gerações presentes e futuras; desenvolvimento de políticas governamentais que tenham por objetivo a prevenção e a redução de resíduos.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O senhor quer melhor que o centro de processamento?

O Orador: Portanto, estas são fundamentalmente aquelas que são as pretensões. Nós em relação a estas questões, ao contrário do PS, não elaboramos nenhum contexto específico, estamos totalmente a favor, somos totalmente solidários, o PPM é totalmente solidário com estas questões que são aqui levantadas pelos peticionários.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão a Representação Parlamentar do PCP queria também tecer algumas considerações.

Desde logo, julgamos que este processo da decisão da incineração foi mal conduzido.

Desde logo, porque não foi estudada nenhuma outra alternativa se não a incineração *versus* aterro.

Portanto, julgo que até no contexto geográfico em que vivemos, deviam ter-se estudado outras alternativas que não a incineração ou apenas somente a incineração ou em alternativa, o aterro.

Por outro lado, estão ainda mal conhecidos os efeitos da co-incineração, que têm em termos da poluição atmosférica e sobretudo a monitorização que está prevista incide apenas sobre determinados parâmetros e parece-me insuficiente.

Por outro lado, do ponto de vista económico julgamos que este projeto não terá viabilidade económica, uma vez que a nossa produção de resíduos é muito reduzida e para de facto ser devidamente valorizada e ter viabilidade económica terá a Região de recorrer à importação de resíduos o que também...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não é verdade!

O Orador: Como é que não é verdade Sra. Deputada!?

A quantidade de resíduos que nós produzimos não é suficiente para que as incineradoras sejam viáveis economicamente e teremos de importar lixo. A verdade é essa!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O senhor prefere exportar os seus resíduos para que outros tratem deles!

O Orador: Passaremos a ser uma Região que importa resíduos. Para quê? Para viabilizar um projeto que em si mesmo já é um avultado investimento.

Até, face ao contexto em que vivemos, parece-me que as prioridades deveriam ser outras que não estas.

Portanto, isto da RAA agora começar a importar lixo para alimentar as suas incineradoras, parece-me que de facto é uma coisa que não aceitável.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Oh Sr. Deputado, o senhor verifique a quantidade!

O Orador: É a sério Sra. Deputada. V. Exa. sabe muito bem que as co-incineradoras para serem viáveis economicamente, temos que importar resíduos para alimentar as incineradoras.

Portanto, parece-me que isso é de facto uma opção profundamente errada.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Isso é demagogia!

O Orador: Pronto, V. Exa. acha que é demagogia, eu não posso fazer nada.

Certamente que as açorianas e açorianos que nos estão a ouvir, não compreenderão muito bem porque é que se vai fazer um investimento de dezenas e dezenas de milhões de euros, para depois termos de importar resíduos, importarmos lixo.

Isto é quando nós oferecemos o destino Açores com uma qualidade ambiental excepcional ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E vai continuar a ter essa condição!

O Orador: ... importamos resíduos para os queimar e para poluir o nosso ambiente.

Parece-me que há aqui um paradoxo para resolvermos Sra. Deputada.

De facto o PS ao fazer esta opção pela co-incineração está a cometer um profundo erro.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Oh senhor, valorização energética!

O Orador: Eu sei que a senhora prefere essa terminologia, mas a que eu estou a utilizar não é a de toda errada, o que se vai fazer é a queima de lixo e as incineradoras para serem viáveis V. Exa. vai ter de importar lixo para viabilizá-las.

Isto parece-me que é um paradoxo numa região que se oferece e se mostra ao mundo como ambientalmente limpa e a senhora vai poluí-la.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Eu?

O Orador: É isso que o Grupo Parlamentar do PS está a defender. É isso que o Governo Regional dos Açores está a defender e não me parece que isso seja bom para a Região.

Não é bom a diferentes níveis, designadamente do turismo que continua a ser uma aposta muito forte e que nós apoiamos com certeza, desde que isso não retire investimento ao setor produtivo nem minorize o setor produtivo. A verdade é que V. Exa. está a queimar parte do potencial do destino Açores, com esta opção.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Que disparate!

O Orador: Acha que sim?

Pergunte às açorianas e açorianos que nos estão a ouvir se isto é um disparate ou se alguém entende isto. Só mesmo V. Exa. é que entende isto, porque mais ninguém entende.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Estou sozinha!

O Orador: V. Exa. e o grupo de seguidores que estão consigo nessa bancada entendem isto, uns mal, uns entendem mal.

A senhora acha mal que nós façamos a exportação dos nossos resíduos para serem co-incinerados noutros locais, ou para serem valorizados noutros locais, mas V. Exa. aquilo que pretende é importar o lixo para aqui.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Verifique numa fórmula pragmática de cálculo!

O Orador: A quantidade de resíduos que a Região vai ter de importar para viabilizar economicamente aquele investimento é muito menos do que os resíduos que nós teríamos de enviar para o exterior da Região para serem valorizados.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Fiquei sem saber a sua fórmula de cálculo!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Encerramos assim o ponto dois da nossa agenda.

Faremos agora um pequeno intervalo.

Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 20 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 01 minutos.

Sras. e Srs. Deputados entramos no ponto três da agenda com o **Projeto de DLR n.º 4/X – “Alteração ao anexo (Fundo de Compensação Salarial dos**

Profissionais da Pesca - FUNDOPESCA) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para a apresentação do diploma.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O BE apresenta a esta casa pela quarta vez nos últimos quatro anos um Projeto de Decreto Legislativo Regional que propõe alterações ao FUNDOPESCA. FUNDOPESCA ou Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca e insiste neste segundo título (Fundo de Compensação Salarial) para que fique clara a sua natureza de compensação salarial, ou seja, de reposição ou compensação dos profissionais da pesca pela perda das suas retribuições.

É bom insistir porque há uma confusão na cabeça de muita gente, aliás de pessoas que têm responsabilidades ligadas à pesca, até institucionais e que não sabem que o FUNDOPESCA é na realidade uma compensação salarial. Não é um apoiozinho, não é uma caridadezinha, é uma retribuição salarial. É isto que está no Decreto Legislativo Regional.

Não é o BE que diz. Está lá escrito em letra bem clara.

A este propósito e porque eu comecei por dizer que nos últimos quatro anos é a quarta vez que o BE faz uma proposta semelhante a esta, talvez valha a pena, ganhamos todos, todas as Sras. e Srs. Deputados com isso, fazer uma pequena resenha histórica.

Deputado Francisco César (PS): Já é a segunda!

A Oradora: Este Fundo de Compensação Salarial de natureza social dos profissionais da pesca, pescadores, trabalhadores em terra e armadores cujas embarcações estejam imobilizadas por razões excepcionais, nas quais estão incluídas o mau tempo, a falta de segurança no mar, razões de preservação de recursos e defesa do ambiente, foi instituído por Decreto-Lei em agosto de 1999. Em maio de 2002 há um Decreto Legislativo Regional que veio adaptar o referido diploma à Região Autónoma dos Açores, com algumas alterações relacionadas com a especificidade regional. Isto em 2002.

Em 2006, foi o próprio Governo Regional a reconhecer que o montante da compensação salarial, do FUNDOPESCA, se revelava insuficiente e necessitaria de ser alterado, dadas as circunstâncias específicas da Região e da sua comunidade piscatória, mas os pescadores continuaram à espera desta alteração.

Posteriormente, em junho de 2009, em abril de 2011, em fevereiro de 2012 e mais uma vez em dezembro de 2012, ou seja, no início desta atual legislatura, o BE propôs nesta casa alterações ao Decreto Legislativo Regional que regula o FUNDOPESCA, todas elas reprovadas pelo PS. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que os pescadores desta Região continuam à espera.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PS elaborou um relatório sobre a situação das pescas nos Açores, em fevereiro de 2012 que é, quanto a nós, pela sua qualidade e já o dissemos mais do que uma vez, simultaneamente um diagnóstico indispensável deste setor, do setor das pescas, pelas conclusões desse relatório, como é também o verdadeiro programa político para a pesca nos Açores pelas suas recomendações, isto em fevereiro de 2012, Sras. e Srs. Deputados. Mas os pescadores dos Açores continuam à espera.

Em fevereiro de 2013, no início deste ano, em sede da Comissão de Economia, foi analisado o nosso último Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre o FUNDOPESCA, apresentado em dezembro de 2012, que grosso modo insiste nas principais alterações que há 4 anos temos vindo a propor a este diploma, sendo que elas são:

1 – Alargar o âmbito de aplicação dos destinatários do FUNDOPESCA.

Por exemplo, Sras. e Srs. Deputados, não faz sentido nem é minimamente aceitável, que um pescador por que recebe o RSI, porque a sua família depende dele para a sua sobrevivência, não o possa acumular com o FUNDOPESCA, quando ele deixa de ganhar seja o que for pela sua atividade profissional. Alargar, portanto, o âmbito de aplicação do FUNDOPESCA.

2 – Inscrever em letra de lei o montante mínimo a atribuir anualmente (anualmente, é bom repetir isto várias vezes, porque há muitas pessoas que pensam que o FUNDOPESCA é para atribuir quando se quiser e que é para os

pescadores quando o Governo entender, não é esse o caso, é em princípio uma vez por ano) fazendo-o corresponder ao salário mínimo regional, porque o salário mínimo regional é o mínimo em termos de retribuição, que no nosso País e nesta Região, em termos regionais, reconhece dignidade e capacidade de retribuição mínima. É o mínimo para sobreviver com a mínima capacidade de sobrevivência. Não há nenhuma razão para que esta filosofia mínima, não seja aplicada aos pescadores da nossa Região.

3 – Diminuir o peso da governamentalização do Conselho de Administração do FUNDOPESCA.

Finalmente, garantir neste Conselho de Administração, a presença de um representante do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, indo aliás ao encontro de uma recomendação do relatório do Grupo Parlamentar do PS, já aqui mencionado, que nas suas recomendações, ponto 19.4, diz assim: “reforçar a aplicação da importante investigação científica, desenvolvida pelo Departamento de Oceanografia e Pescas à componente prática das pescas, aplicando o vasto conhecimento produzido por este departamento da Universidade dos Açores”.

Ora, que melhor sítio para estar o DOP se não exatamente num organismo que decide da necessidade de interromper o esforço de pesca, pelo mau tempo, por condições de preservação dos recursos? Tudo isto está lá escrito. Está escrito no Decreto Legislativo Regional. Não é só pelo mau tempo, são várias as razões.

Nós não entendemos porque é que o Departamento de Oceanografia e Pescas não está há muito tempo neste Conselho de Administração.

Nesta altura, ou seja em fevereiro deste ano, o Sr. Secretário dos Recursos Naturais, reconheceu a sua concordância, logo portanto a concordância do Governo Regional, com alguns pontos da proposta legislativa do BE, tendo-se comprometido a apresentar uma proposta do Governo, mais abrangente, melhor elaborada, mais trabalhada, até ao final do primeiro trimestre deste ano.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos em meados de abril e os pescadores da RAA continuam à espera e não há nenhuma proposta do Governo.

Nós, BE/Açores, aguardámos pacientemente, talvez até com demasiada paciência, que a tal iniciativa legislativa visse a luz do dia, mas até hoje nada aconteceu e os pescadores continuam à espera.

Assim sendo o Governo Regional tem no Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo BE, agora em análise, um bom ponto de partida para resolver de uma vez por todas na nossa Região, as hesitações, as omissões e as más opções no que diz respeito à pesca e ao FUNDOPESCA na nossa Região e o PS tem a oportunidade de fazer propostas de alteração ao nosso diploma, uma vez que ao contrário daquilo que foi prometido, mais uma vez, o Governo não cumpriu os *timings* que a si próprio se impôs.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não ser sempre os mesmos, não podem ser sempre os mais frágeis, os mais desprotegidos, os mais carentes a ficarem à espera sempre e indefinidamente pela iniciativa do Governo.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Silva.

(*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria manifestar a nossa concordância com vários aspetos da proposta que nos é apresentada pelo BE, mas queria ressaltar um em especial, que é a inclusão de um membro do Departamento de Oceanografia e Pescas no Conselho de Administração do FUNDOPESCA.

De facto, este Departamento encontra-se a realizar estudos sobre os *stoks* de pescado nos Açores, tem estudado o comportamento migratório das espécies e portanto pensamos que é um importante órgão a ouvir, aquando da definição das necessidades da observação dos recursos piscatórios e ecossistemas marinhos.

Além deste ponto concordamos com o alargamento do âmbito do FUNDOPESCA, concordamos também com o montante da fixação mínima a atribuir, anexada ao salário mínimo regional.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já foi dito pela Sra. Deputada Zuraida Soares, o FUNDOPESCA foi instituído na Região acerca de 10 anos, por adaptação à Região de uma iniciativa semelhante a nível nacional e há portanto um histórico sobre esta matéria e há uma avaliação que todos nós devemos fazer sobre a mesma.

Da avaliação que nós fazemos, da avaliação que o PSD faz sobre esta matéria, há questões nesta legislação que precisam efetivamente de ser alteradas e de ser melhoradas.

Esta proposta do BE, tal como as anteriores, tem genericamente o nosso acolhimento em muitos pontos.

Tem o nosso acolhimento porque esta proposta clarifica algumas situações que carecem de ser clarificadas, desde logo o âmbito da sua abrangência, os critérios de atribuição deste apoio e também desde logo o seu montante.

Esta proposta também flexibiliza outras situações que carecem dessa flexibilização, como seja a acumulação desta compensação salarial, com apoios sociais de outra natureza.

Esta proposta ainda altera outras questões que, nosso entendimento, também carecem dessa alteração, como seja, a composição do Conselho Administrativo que gere este fundo.

Essa alteração desta composição deste Conselho Administrativo é uma exigência de uma sociedade democrática, pois ela tem essa composição, tem governo a mais, tem setor e sociedade civil a menos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Urge por isso retirar alguns membros da administração deste Conselho.

A título de exemplo, e comparativo, o Conselho Administrativo que gere um fundo semelhante, a nível nacional, tem um membro da administração e este

fundo, a nível regional, tem cinco membros na administração, o que dá bem nota como o Governo Regional e o PS gostam de estar metidos em todo o lado e controlar tudo e todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A colocação de um representante do DOP também neste Conselho Administrativo faz todo o sentido. O papel que o DOP tem, o conhecimento científico que tem, o contributo que pode dar para a sustentabilidade dos nossos recursos, faz todo o sentido ter aqui um representante e daí também a nossa concordância com essa introdução.

Há pois, Sras. e Srs. Deputados, uma grande necessidade de clarificação e de alteração dos critérios de atribuição do FUNDOPESCA, há uma grande necessidade de dar maior transparência e maior rigor a este mecanismo, alterando erros e alterando práticas e procedimentos do passado, de um passado bem recente, há uma grande necessidade de colocar na legislação o que deve estar na legislação, porque nós estamos num estado de direito e das audições feitas e da avaliação que fizemos a este processo ao longo do tempo, constatamos, por exemplo, que há matérias que sobre esta legislação, que foram alteradas, melhoradas, adaptadas ao nível do tempo, pelo Conselho Administrativo não constam sequer em legislação. Essas coisas, num estado de direito, não é assim que se tratam e tem o seu lugar próprio para estar.

Portanto, deve colocar-se na legislação o que deve estar na legislação e sobretudo numa matéria como esta, da atribuição de apoios públicos, as coisas devem ser claras e transparentes.

A principal razão que no nosso entendimento leva a que precisemos de alterar essa legislação é porque as coisas como têm funcionado até agora não podem continuar. Falta enquadramento legal e adequado, falta maior transparência e rigor, falta maior representatividade do setor e menos governo.

Apesar da nossa concordância genérica com esta proposta, quero também deixar registado a nossa discordância, relativamente a um ponto desta proposta, que tem a ver com o n.º.2 do art.º. 5.

No nosso entendimento e na filosofia que nós entendemos deste mecanismo de compensação salarial, o FUNDOPESCA, deve ser acionado sempre que, e só quando se verificarem as condições para as quais ele foi criado e para as quais constam da legislação.

Hoje, penso que nesta câmara ninguém tem dúvidas de que esta legislação precisa de ser alterada, inclusivamente o PS.

Hoje, por aquilo que expressou na Comissão e depois da concordância e do anúncio do Governo que também ia alterar o FUNDOPESCA, o PS passou também a achar que era necessário alterar essa legislação.

Agora, é preciso termos consciência e deixo este alerta que a alteração desta legislação não resolve os graves problemas sociais e económicos que afetam o setor das pescas na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É verdade que ajuda, é verdade que é um paliativo, mas não punhamos as coisas de que isto é a resolução dos problemas do setor na Região.

O setor de pescas na nossa Região vive de facto um momento dramático em que soma - a todos os outros problemas que afetam a sociedade, que afetam os outros setores - as dificuldades climatéricas que todos nós temos presenciado e soma também uma preocupante diminuição dos recursos haliêuticos que é um problema estrutural que afeta o nosso setor de pescas.

Nesse sentido nós entendemos e deixamos este alerta que é preciso avaliar com rigor e com rapidez, se é preciso adotar algumas medidas excecionais e de emergência para acudir a uma verdadeira emergência social que vive esse setor.

Penso que o Governo Regional, nesta matéria, não pode responder, afirmando como respondeu há dias, que face a um conjunto de alertas feitos por alguns parceiros sociais desta situação do setor, já acionou o FUNDOPESCA, que já acionou uma ou duas vezes.

Portanto, isso parece-nos insuficiente e o momento que vivemos, os problemas que o setor atravessa, merecem medidas provavelmente excecionais e que o Governo Regional deve estar atento, deve avaliar e estudar e esperamos

sinceramente que o Governo já tenha percebido essa realidade e que esteja no terreno a acompanhar esta situação e a agir em conformidade.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer-lhe Sra. Deputada Zuraida Soares que lhe reconheço um histórico apreciável nesta matéria, uma insistência constante nesta matéria e também o PPM tem apoiado sempre a sua iniciativa nesta área.

A nossa opinião sobre este assunto não mudou. As nossas preocupações são ainda maiores devido à conjuntura económica muito difícil e também as dificuldades que são por todos conhecidas do setor, que são ainda maiores este ano.

Portanto, é de facto necessário adequar este instrumento às necessidades dos pescadores.

A Sra. Deputada dizia que tinha três objetivos: alargar o âmbito de aplicação do FUNDOPESCA. Estamos de acordo da forma como o fez.

Segundo objetivo: estabelecer um montante, fazendo-o corresponder ao salário mínimo. Também da nossa parte estamos de acordo.

Tinha um terceiro objetivo que era diminuir o peso da governamentalização do Conselho Administrativo.

Penso que esta matéria também é uma matéria fulcral. No momento em que o sector atravessa graves dificuldades, é importante que as decisões que são tomadas correspondam a uma perspetiva racional e a uma análise racional das questões e que não estão ligadas, como já aconteceu em muitas outras situações, a ciclos eleitorais a opções partidárias.

É de facto necessário e até esta questão da inclusão do DOP, é bastante importante. É necessário que este instrumento seja um instrumento absolutamente claro, que este instrumento tenha também a capacidade de

produzir uma análise científica da situação e portanto nesse sentido dando uma resposta adequada e clara a este problema.

Neste problema da governamentalização temos observado que as decisões têm sido arbitrárias ao longo dos anos e que esta situação de alguma forma descredibiliza a intervenção que o Governo tem feito nesta matéria.

É necessário que a decisão seja racional, científica e que esta decisão seja uma decisão que seja partilhada pelas diversas entidades e que não se esteja na dependência, na arbitrariedade do Governo Regional.

Tendo em conta a nossa perspetiva, Sra. Deputada, nós também estamos de acordo com o terceiro argumento com que avançou.

Portanto, terá o voto favorável do PPM à sua iniciativa.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O FUNDOPESCA, criado em 2002, é um mecanismo importante na proteção dos pescadores, quando estes se encontram impedidos de sair para o mar, em caso de mau tempo prolongado, quando estiver em causa a observação de recursos, a interdição de pesca por motivos de saúde pública ou defesa do ambiente e a impossibilidade do exercício da faina ditada por condicionantes decorrentes do carácter migratório das espécies.

Desde 2002 o fundo já atribuiu cerca de cinco milhões de euros aos pescadores açorianos.

Tal como aconteceu na legislatura passada, com uma proposta praticamente idêntica do BE, o PS não vai apoiar esta pretensão por considerá-la mais redutora do que a legislação atual, nomeadamente no que respeita ao número de descargas exigidas aos beneficiários.

Entende também o PS que o FUNDOPESCA deve ser acionado e pago quando necessário e não em data certa como está nesta proposta.

Desde a algum tempo é assumido pelo PS e por esta bancada que este diploma necessita de ser aperfeiçoado, não só para abranger outras situações não

previstas na atual legislação, mas também para clarificar os direitos e as obrigações dos beneficiários.

Sempre houve disponibilidade para introduzir ajustamentos desde que sirvam para agilizar o seu funcionamento e que não sejam não só equilibrados e justos, mas também exequíveis e devidamente enquadrados no orçamento.

O Governo já afirmou publicamente, nomeadamente na Comissão de Economia, que vai enviar a este Parlamento muito em breve um novo documento que irá acautelar os interesses específicos desta classe, em caso de impedimento de exercer a sua atividade.

Deputado Luís Garcia (PSD): No primeiro trimestre!

O Orador: A par da evolução verificada neste setor com a melhoria das condições em todas as vertentes desta fileira, o Governo está muito empenhado em apoiar os profissionais da pesca, numa altura em que o persistente mau tempo os impede de obterem os seus rendimentos do trabalho. Foi por isso que nesta Legislatura este mecanismo já foi ativado pelo menos duas vezes.

Estivemos com os pescadores quando se iniciou a infraestruturização da Região, ouvindo-os e incentivando-os; estivemos com os pescadores nos anos mais proveitosos, agora nestes tempos de dificuldades, não as rejeitamos, dizemos aos homens e às mulheres do mar, que estamos aqui para os ajudar a passar este momento.

Estivemos com os pescadores nos bons momentos. Posso afirmar também que os pescadores podem contar connosco nos maus.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Grande coisa!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer começar por dizer que vai apoiar esta iniciativa do BE, mas não posso deixar de, para além de falar sobre o

conteúdo das alterações que o proponente faz, tecer aqui algumas considerações sobre este setor, que é um setor muito importante para a economia regional, mas que no seu seio há desequilíbrios profundos e importava que fossem corrigidos, desde logo no que concerne aos pescadores. Há necessidade absoluta de olhar para estes trabalhadores do mesmo modo que se olha para os restantes trabalhadores.

A verdade é que nalgumas situações e nalgumas ilhas da Região a relação laboral entre os armadores e os pescadores tem ainda contornos, digamos, feudais. Julgo que é tempo de se olhar para estes trabalhadores com a mesma preocupação com que se olha para todos os outros.

Na nossa opinião é fundamental que ao olharmos e ao refletirmos sobre esta situação se faça aqui dois parâmetros: desde logo a valorização académica e profissional dos profissionais da pesca, mas também pela valorização do seu rendimento.

É evidente que o objeto desta iniciativa do BE tem a ver apenas com os rendimentos dos trabalhadores e portanto para acionar um mecanismo, a propósito de um mecanismo que compensa a quebra de rendimento dos pescadores, em virtude do mau tempo, o olhar para este setor tem de ser com maior abrangência.

Portanto, estes dois parâmetros, quer o da valorização académica e profissional, quer o da valorização salarial, parece-me que são fundamentais.

De facto, e como dizia o Deputado Luís Garcia, isto é apenas um paliativo, não é a solução para o problema do setor e o setor, na verdade, tem efetivamente uma importância determinante para a economia regional.

Relativamente à proposta que o BE nos traz aqui, nós não podemos deixar de concordar com ela, em diferentes aspetos, desde logo a questão da fixação ou da indexação ao salário mínimo regional, até porque se formos a olhar para as compensações que foram devidas por exemplo em 2011, vemos que a compensação não ultrapassou os 250 euros por cada pescador.

Por outro lado, a questão da desgovernamentalização leva sempre à discricionariedade.

Portanto, cabe-nos também nesta sede introduzir estas alterações.

Aliás, penso que o Deputado Luís Garcia também o referiu, que no continente, o peso da administração é inferior ao peso dos trabalhadores e aqui, de facto, aquilo que nós verificamos é uma governamentalização do Conselho Administrativo e portanto é fundamental que se procure introduzir aqui fatores de equilíbrio onde os próprios interessados possam ser eles a gerir este fundo, até porque em bom rigor e na verdade, este é dinheiro que é cobrado aos pescadores e portanto o fundo é dos pescadores e na nossa opinião ...

Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*): Não é totalmente!

O Orador: Não é totalmente. Mas é! É dinheiro dos pescadores e como tal devia ser gerido pela comunidade piscatória e não pelo Governo Regional, ou pelo menos que houvesse um equilíbrio e não houvesse essa governamentalização que se verifica atualmente.

A introdução neste conselho de um representante do DOP, ao contrário daquilo que foi afirmado pela Federação de Pescas dos Açores, em sede de comissão, a propósito da sua audição, nós julgamos que é fundamental que este departamento esteja também representado no conselho, uma vez que é o departamento que mais informação tem sobre as questões do setor, em todas as vertentes.

Portanto, faz todo o sentido que o representante do Departamento de Oceanografia e Pescas, esteja representado.

Queria ainda dizer, e para terminar esta primeira intervenção, que a opinião que nós temos, relativamente ao apoio que deve ser dado aos pescadores nestas circunstâncias devia ser ainda mais alargado, devia ser um verdadeiro regime previdencial e não apenas um apoio ao rendimento, mas de qualquer forma se tivermos oportunidade para isso, noutra momento, iremos com certeza, ou avançar com a proposta própria ou esperar pela anunciada e tão esperada proposta do Governo Regional, para ver que novidades é que daí vêm.

Para já terminava por aqui esta primeira intervenção.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensei que a Sra. Deputada Graça Silva ia dizer qualquer coisa!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ela ainda vai inscrever-se!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos que estamos aqui a debater e em primeiro lugar para informar que a proposta do Governo está concluída, foi concluída no final do primeiro trimestre. Recordo que o primeiro trimestre acabou há cerca de 15 dias e muito rapidamente será trazido a esta casa para ser debatida em detalhe e aprovada para entrar em vigor. De qualquer forma, alguns reparos àquilo que é a proposta do BE e que já tive oportunidade de referenciar aquando da discussão em comissão dos seus aspetos em detalhe.

Pretendemos rever o seu enquadramento clarificando quais são as pessoas envolvidas: pescadores, armadores, trabalhadores em terra, apanhadores, que neste momento não têm o seu estatuto perfeitamente claro no documento vigente.

Não concordamos, de todo, que a referência seja o salário mínimo nacional atribuído uma vez em cada ano, mas sim um valor estipulado por dia e atribuído em função dos dias que os pescadores ficam impedidos de exercerem a sua atividade, pelas razões que estão também consagradas no diploma, designadamente: mau tempo, questões de natureza ambiental, questões de inoperacionalidade dos portos, etc., etc.

Pretendemos acrescentar sim, que não está consagrado no diploma atual, uma referência às más condições do mar, que neste momento como sabe não estão referenciadas e passarão a estar.

Quanto à composição do Conselho Administrativo, de facto entendemos que é necessário reajustá-la à orgânica atual e às contingências atuais.

Pretendemos, de facto, reduzir o peso da administração colocando um membro ligado à Secretaria Regional dos Recursos Naturais que presidirá e à Secretaria Regional da Solidariedade Social, mantendo a composição dos representantes do setor da pesca, tanto sejam armadores, como pescadores.

Relativamente à questão do DOP não nos parece sinceramente fundamental, porque o DOP pode ser consultado sempre que for necessário, tanto quanto, por exemplo o Instituto da Atmosfera e do Mar. Enquanto se verificarem condições de natureza atmosférica e climática o Conselho Administrativo consultará o Instituto da Atmosfera e do Mar.

Quando forem questões de natureza científica decorrentes de alguma contenção que se tenha que fazer no âmbito da pesca, por deficiência de recursos, será consultado naturalmente o DOP da Universidade dos Açores, não necessariamente fazendo parte do Conselho Administrativo mas como uma organização que pode a todo o momento, sempre que necessário, ser consultada e emitir um parecer que vinculará depois o Conselho Administrativo na sua decisão final.

Devo também referir que a questão da ligação entre o FUNDOPESCA, o montante anual e o salário mínimo nacional nem sequer tem sido respeitada. Ainda o ano passado o FUNDOPESCA atribuiu um salário e meio aos pescadores que se inscreveram e que concorreram e este ano já tivemos mais uma vez.

Portanto, será ativado sempre que as condições que estão consagradas no diploma a isso o exigirem.

Se não for necessário ativar num determinado ano, é bom sinal. É sinal que não houve restrições à pesca e que os pescadores pescaram dentro da normalidade.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Algumas notas e comentários às intervenções que foram feitas sobre este Projeto de Decreto Legislativo Regional, para fechar mais uma vez este assunto, inconclusivamente.

Nós estamos a falar de uma classe de pessoas (de acordo com notícias públicas, não desmentidas, vindas a público e em função e como consequência do inverno extremamente rigoroso que todos sabemos bem a tragédia e as dificuldades que tem provocado na nossa Região) que levam para casa 100 euros por mês. 100 euros por mês, Sras. e Srs. Deputados! Às vezes 200, 250; em meses melhores, 300, mesmo quando não há invernos rigorosos como estes e muitas vezes ao fim de 4 e 5 dias de mar, 7,50 euros para casa para alimentar a família. Ou seja, estamos a falar de um setor que na realidade, precisando de políticas de fundo, não dispensa as medidas paliativas. Dizem as Sras. e Srs. Deputados que o FUNDOPECA é uma medida paliativa. É sim senhor! Mas é a única até agora a que os nossos pescadores têm a possibilidade de deitar mão em situações de aflição e de tragédia social, como é aquela que se vive nesta classe, neste momento, este ano mais concretamente, mais do que em qualquer outro ano, e em qualquer outro período que nos antecedeu.

Por isso sendo mesmo uma medida paliativa vale a pena olhar para ela com olhos bem abertos, sabendo muito bem o que é que queremos que ela disponibilize e possibilite à nossa classe piscatória.

Depois, nós consideramos, e voltamos a insistir, que o FUNDOPECA é um direito conquistado, não é um apoio que o Governo dá ao Conselho de Administração governamentalizado e o FUNDOPECA dá e decide quando bem entende. Não. Não. É um direito conquistado! É conquistado pelos nossos pescadores por diversas razões:

Primeiro, pela particularidade da sua atividade. Não há nenhuma outra atividade que esteja tão dependente da boa ou da má vontade dos deuses da meteorologia como a pesca. Esta particularidade dá-lhes o direito de ter uma compensação. Dá-lhes o direito de ter uma compensação remuneratória, a precariedade laboral com que convivem diariamente. Não há nenhuma classe profissional mais precária nesta Região, do que a classe dos pescadores.

Confere-lhes este direito e não esta ajudazinha, o facto de serem uma classe profissional que não tem um salário garantido ao fim de cada mês; que não tem um contrato de trabalho; que não, nunca teve e a continuar assim, nunca terá, nem mesmo quando o Tribunal Constitucional diz que tem que ser pago, um subsídio de férias, ou um subsídio de Natal. É destas pessoas que nós estamos a falar.

É um direito, em última análise, porque os pescadores descontam para ele. Descontam 0,5% de cada vez que descarregam em lota.

Portanto, descontam para ele, e se descontam para ele têm que ter direito a ele quando precisam dele e é aqui que vamos entroncar numa afirmação aqui feita pelo Sr. Deputado do PSD, Luís Garcia, que disse que o FUNDOPESCA só deve ser acionado sempre que e só quando for necessário.

O problema é que ele é acionado quando o Governo entende. Não é quando é necessário, nem se for necessário. É quando o Governo entende. Entende dá-lo (é esta a expressão que utiliza), ou não dar. Se decidir dar três ou quatro meses depois da situação de carência e de falta de remuneração dos pescadores é assim que será porque o Conselho de Administração decide aquilo que o Governo Regional quiser que se decida.

Deputado Francisco César (PS): E muito bem!

A Oradora: Isto não é, do nosso ponto de vista, consentâneo com um estado de direito.

Um direito tem que ter um mínimo de dignidade e em termos salariais este mínimo tem por referência o salário mínimo regional. Não há volta a dar a isto Sras. e Srs. Deputados. Não há outra situação que não seja, mesmo como referência para pagar os dias a que os pescadores não puderam ir ao mar, só pode ser o salário mínimo regional. Não pode ser outra coisa qualquer nem outro montante qualquer.

Depois, disseram aqui também os Senhores Deputados que é necessário introduzir no Decreto Legislativo Regional, as alterações entretanto feitas, discricionariamente e por imposição da tutela das pescas do anterior Governo Regional, o Sr. Subsecretário das Pescas.

Não é só introduzir lá o que entretanto o Sr. Subsecretário alterou. Não, não. Para alterar num estado de direito, essas alterações tinham que ter vindo a esta casa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Exatamente!

A Oradora: Não podiam ser feitas por auto recriação e arbitrariedade do Sr. Subsecretário, fosse aquele ou outro qualquer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Nós estamos a falar de um diploma desta casa, de um Decreto Legislativo Regional, que não se altera numa sala, numa reunião, seja com a Federação das Pescas, ou seja com outra entidade qualquer. Tem que vir a esta casa.

Portanto, não só têm de ser introduzidas lá as alterações entretanto feitas, como nunca poderiam ter sido feitas sem virem primeiro à aprovação, ou não, desta Assembleia.

Depois, proposta de alteração: eu acho que o PS não sabe o que é uma proposta de alteração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando não lhe convém!

A Oradora: Mas quando desafia os outros partidos das oposições a apresentarem propostas de alteração e dizem que estão abertos a todas as propostas de alteração, que os partidos das oposições apresentem, ...

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: ... fica à espera delas e muitas vezes até reconhece bondade e qualidade nessas propostas de alteração.

Deputado Francisco César (PS): Às vezes até aprovamos!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados do PS, o BE também é muito humilde nesta matéria, aceita todas as propostas de alteração. O que o BE não aceita é que o Governo Regional tenha comprometido até ao final do trimestre deste ano a apresentar uma proposta que não fez e o PS conviva, pacificamente, com essa situação, não aproveitando a possibilidade de apresentar propostas de alteração a um diploma que está em cima da mesa e que merece a concordância de todos os partidos, menos do PS, que proponham, que façam propostas de alteração.

Cá está o BE e os outros partidos para dizerem que não ou que sim e em última análise aí está a maioria absoluta para fazer aquilo que muito bem entender, em termos de propostas de alteração.

Ainda falta o DOP, não posso deixar de referir-me a isso.

Dizia o Sr. Secretário dos Recursos Naturais, que o DOP pode ser sempre consultado.

Oh Sr. Secretário, pois pode, mas as entidades que estão aqui neste Conselho de Administração, todas elas podem ser consultadas por carta.

Deputado Luís Garcia (PSD): Também podem!

A Oradora: Não é preciso haver reuniões do Conselho de Administração do FUNDOPESCA porque toda a gente pode ser contactada por e-mail, por fax, por carta, ou até por telegrama, tal como o DOP pode ser.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está!

A Oradora: Portanto esse tipo de argumentação Sr. Secretário não colhe. O Governo Regional provavelmente não quer é lá o DOP, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora bem!

A Oradora: ... porque se calhar as exigências nas decisões, a exigência de fundamentação, nomeadamente científica, nas decisões e o fim da arbitrariedade seriam o caso e portanto o DOP não interessa.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, aqui estamos mais uma vez ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais uma vez!

A Oradora: ... e os pescadores da RAA continuam à espera e assim continuarão, com sorte e com uma grande boa vontade nas palavras do Sr. Secretário, no mínimo, até ao próximo mês e até ao próximo plenário, única e simplesmente porque o Governo é teimoso porque não quer de maneira nenhuma admitir a razoabilidade e a razão de propostas doutros partidos que não aquele que o suporta e o PS desconhece que existe regimentalmente a possibilidade de fazer propostas de alteração.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Temos um diploma novo aqui!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de reiterar aqui uma questão que na minha opinião ficou mal percebida pela câmara, aliás a Deputada Zuraída Soares, referiu-a agora e eu não posso deixar de solicitar ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais que explique a esta câmara a razão por que o Departamento de Oceanografia e Pescas, não cabe neste Conselho Administrativo, até socorrendo-me do argumento que a Deputada Zuraída Soares utilizou, porque se é para consultar, todos podem ser consultados.

Portanto, eu não percebi há pouco, na intervenção do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais o porquê do Departamento de Oceanografia e Pescas, ficar arredado, ou não ter interesse a sua participação neste Conselho Administrativo.

Já agora, Sr. Secretário, se for possível gostava que explicitasse na sua opinião, qual é que deve ser a composição, quer em termos da representação, quer em termos do número de representantes do Conselho Administrativo do FUNDOPESCA.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado José Ávila.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho aqui reiterar aquilo que disse na minha primeira intervenção porque considero que é uma obrigação do Estado, neste caso da região, proteger aqueles que ficam impedidos de exercer a sua atividade por longos períodos de tempo. É daí que foi criado este fundo de compensação, e eu digo em boa hora, em 2002.

Queria dizer também que pouco importa se é considerado uma retribuição ou uma compensação. O que importa de facto é que os profissionais da pesca, quando tiverem problemas, nomeadamente, e é o que acontece com mais

frequência com as intempéries que assolam a nossa Região possam ser compensados devidamente por estarem impedidos de exercer a sua atividade.

Queria dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares que estive a recapitular o relatório de pescas dos Açores, que foi apresentado aqui há algum tempo, e queria dizer-lhe que, não sei se percebi mal, mas em nenhum dos pontos das recomendações fala nas alterações ao FUNDOPECA.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não falei no FUNDOPECA. Falei do DOP!

O Orador: De qualquer dos modos queria que isso ficasse bem claro porque ficou aqui a dúvida, falei até com alguns colegas meus para aperceber se era isso que tinha dito, assim fica esclarecido.

Relativamente a outra questão e esta acho que tem muita importância a Federação de Pescas dos Açores que representa onze associações por todas essas ilhas, não concorda com esta proposta.

Foi dito claramente, em reunião de Comissão, que estava melhor como está, do que alterando e assumindo esta proposta.

Também na minha intervenção falei, Sra. Deputada, que achava que esta proposta era mais redutora. Queria passar a explicar porque no artº. 3º., no seu nº. 2, a Sra. Deputada fala na obrigação de os pescadores fazerem 40 descargas em lota, para serem beneficiários desta medida, durante os últimos doze meses.

Ora bem, a legislação atual prevê que as embarcações de pesca local façam pelo menos 20 descargas (depois tem também aqui a verba) e as embarcações de pesca costeira, 15 descargas.

(Aparte inaudível do deputado João Costa)

O Orador: Sr. Deputado João Costa se quiser pode inscrever-se, porque diz aqui 20 descargas ou 3 750 euros.

No caso das 15 descargas tem também “ou 12 500 euros”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!

O Orador: Relativamente a outra questão que para mim é importante e também para os pescadores com quem falei durante a análise deste documento, tanto em

Comissão como antes de subir a plenário, este artº. 5º. também causa alguma confusão porque fala só na atribuição “uma vez por ano e pago até à primeira quinzena de Dezembro”.

Nós achamos que o FUNDOPESCA tem que ser ativado e pago sempre que seja necessário e não nesta altura.

A Sra. Deputada diz e tem razão, o fundo é dos pescadores, nós também achamos que sim.

Mas eu queria lembrar à Sra. Deputada que este fundo é constituído também por fundos públicos e se calhar numa percentagem muito maior do que pensa. È constituído por fundos públicos e como tal têm que ser geridos nessa qualidade. Relativamente à questão do conselho administrativo, embora o Sr. Secretário já tenha falado qual será a sua proposta, também fiquei a ter esse conhecimento agora neste plenário, queria dizer à Sra. Deputada que acho que há aqui uma vontade da Sra. Deputada reduzir o peso do Governo, claramente.

Portanto passa dos 4, foram falados 5 contando com a Lotaçor, é assumidamente para reduzir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Assumidamente!

O Orador: Relativamente a isto queria dizer que no funcionamento deste conselho, até agora, nomeadamente nas decisões mais importantes que têm a ver com a ativação do FUNDOPESCA, foram sempre tomadas por unanimidade.

Portanto aqui não houve qualquer tipo de problema.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Não há fantasmas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado quer que lhe explique o que é bolinar?

O Orador: Se tivessem 5 de um lado e 4 do outro, se calhar podia-se pensar numa situação dessas. Mas não é o que se está a passar.

Deputados Benilde Oliveira e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Presidente: Olhe o microfone, Sr. Deputado!

Deputados Francisco César (PS) e Aníbal Pires (PCP): Não é necessário!

O Orador: Não é necessário. É a voz da convicção.

A Sra. Deputada colocou uma questão que considero fulcral, que é o facto, um bocadinho estranho nesta casa, do Governo se apresentar a uma Comissão Parlamentar, chegar lá e dizer: “bom, a proposta... o assunto é interessante, mas nós temos uma melhor e vamos apresentá-la no primeiro trimestre”.

Deputado Francisco César (PS): É promessa eleitoral!

O Orador: De facto em relação a isto o Sr. Secretário apresentou o argumento “nós temos uma coisa melhor”.

Chega-se à discussão aqui em Plenário e a proposta do Governo nem vê-la.

Eu acho que é, nestes 5 anos que estou no Parlamento, uma coisa absolutamente inédita, que é um Governo que diz que uma proposta de determinado partido político é má, ou seja, não é boa porque tem uma melhor e depois a vossa proposta não aparece.

Eu considero que esse é um comportamento grave. É um comportamento grave do ponto de vista político.

Não é só a questão do rigor. Um governante deve assumir um prazo, fundamentalmente se diz em contraponto a uma proposta de um outro partido.

Portanto, deve assumir um prazo. Essa questão é a questão do rigor, mas também é da lealdade no combate político, porque não é sério vir desvalorizar uma proposta, porque se tem uma melhor, que não se mostra.

Afinal essa proposta que é melhor não se mostra.

Portanto, isto é uma deslealdade tremenda do ponto de vista daquele que é o combate político.

Por isso lanço-lhe aqui um desafio Sr. Secretário: será no segundo trimestre deste ano que nós vamos ver essa proposta do Governo Regional?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Quiçá!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas, também, sobre alguns comentários aqui feitos.

Eu sinceramente esperava que não viesse à coação deste debate sobre o FUNDOPESCA, a Federação das Pesca dos Açores. Esperava-o porque na realidade a minha avaliação e a avaliação do BE sobre os pareceres que desde a primeira proposta feita pelo BE da alteração do FUNDOPESCA, tem sido feita pela Federação das Pescas dos Açores, que do nosso ponto de vista é tudo menos a boa maneira de defender os pescadores e de representar os pescadores nesta Região. Digo-o aqui e assumo o que estou a dizer.

Ao contrário do que disse o Sr. Deputado Ávila sobre a Federação das Pescas dos Açores, o problema não foi não concordar com a proposta do BE, Sr. Deputado, nem é isso que está escrito no relatório da Comissão, nem é isso que está escrito nos pareceres da Federação aos nossos diplomas.

A Federação das Pescas dos Açores, e é bom que os açorianos e açorianas e já agora os pescadores desta Região saibam, não concorda com nenhuma proposta de alteração ao FUNDOPESCA, que não seja feita pelo Governo Regional, ou seja, para a Federação das Pescas está tudo bem...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

A Oradora: É verdade e eu vou ler-lhe.

... e só deverá ser alterado quando o Governo entender, se o Governo entender e a Federação não quer alteração nenhuma. Esta é que é a verdade.

Sras. e Srs. Deputados, eu não fiz nenhum tipo de referência, nem à Federação, nem aos pareceres da Federação, por respeito pela instituição e pelos pescadores que aquela instituição representa.

Mas uma vez que o Sr. Deputado Ávila trouxe para esta discussão a Federação eu não posso deixar de dizer aquilo que, exatamente, eu e o BE pensamos sobre esta matéria.

Finalmente e mais uma vez e sempre a discussão permanente: é pago uma vez no ano, é pago várias vezes ao ano... Sras. e Srs. Deputados, enquanto não

houver uma referência clara de quantas vezes é que é pago, não é uma, então são duas; não é duas, então são três. Tudo o que for acima disso é excepcional, não há forma de nós retirarmos da mão da tutela a arbitrariedade e a discricionariedade que tem na decisão. Aciona quando quer.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

A Oradora: Uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes. Não pode ser assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Zero vezes!

A Oradora: É preciso determinar. Aciona, no mínimo, se for necessário, uma vez. Não é necessário, não aciona.

De forma extraordinária tem que acionar mais vezes. Muito bem! Mas agora fica lá em letra de lei quantas vezes é que, do ponto de vista legal, o que deve fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há sempre tempestades!

A Oradora: Enquanto não fizermos isto, por muito que custe e que por muito que nós não cheguemos a nenhuma conclusão com esta discussão, a arbitrariedade, a discricionariedade e em última análise a chantagem, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário tem uma herança pesada!

A Oradora: ... que foi feita pelo FUNDOPECA e com o FUNDOPECA, durante a última legislatura sobre a classe piscatória nesta Região vai continua ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... enquanto nós, esta casa, os Deputados e as Deputadas desta casa, não formos capazes de retirar essa possibilidade de chantagem e essa discricionariedade pondo em letra de lei aquilo a que os nossos pescadores têm direito nesta Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ler aqui uma parte do relatório da Comissão de Economia.

Disse a Federação de Pescas dos Açores: “se o Governo dos Açores pretender alterar o FUNDOPESCA é livre de o fazer, mas a Federação de Pescas dos Açores, nunca o solicitou. Não concorda que o DOP tenha direito seja ao que for para se sentar no Conselho Regional, pois é uma entidade que trabalha nos Açores, faz um bom trabalho, mas não lhe dá o direito de se sentar no Conselho Regional.

Não concordam com a grande alteração porque pensam que os profissionais da pesca (depois tem reticências)”.

Continuam: “ nós nunca fomos consultados pelo BE, mas a Federação de Pescas dos Açores, representa todas as ilhas”.

Mais à frente, ressaltou que “apesar do FUNDOPESCA ter uma representação governamental pesada, nunca houve nada que a parte profissional propusesse e que esta parte governamental recusasse”.

Afirmou que “o FUNDOPESCA tem funcionado razoavelmente e não via necessidade de alteração.

Hoje o FUNDOPESCA abrange uma esmagadora maioria dos profissionais das pescas, alterando da forma que o BE queria alterar, prejudicava aqueles que trabalham no mar em virtude das descargas”.

Era apenas isto para esclarecer.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aguardo ainda os esclarecimentos do Sr. Secretário Regional que muito agradecia, até como o Sr. Secretário Regional está a perceber tem aqui uma pesada herança e é preciso limpar a imagem que o Governo Regional tem relativamente a este setor e eu reconhecidamente julgo que V. Exa. terá essa capacidade de limpar a imagem que há num setor. Pelo menos deposito essa expectativa em V. Exa.

Mas, em função da intervenção do Deputado José Ávila, não posso deixar de dizer o seguinte. O FUNDOPESCA não pode ser entendido como uma medida de proteção e sobretudo da forma como o Governo Regional o tem entendido nos últimos anos, que utilizou o FUNDOPESCA para aquilo que a Deputada Zuraída Soares acabou de adjetivar.

Mas não é só isso. O FUNDOPESCA não pode ser encarado como tem sido encarado nos últimos anos, não como uma medida de proteção, não como um direito, mas como uma espécie de esmola que o Governo Regional dá, quando muito bem entende. Isso tem que acabar de uma vez por todas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Eu estou confiante que o Sr. Secretário Regional vai acabar com isso.

Gostava ainda de dizer ao Deputado José Ávila o seguinte: será que o PS segue sempre a rigor e linearmente todas as opiniões que solicita aos parceiros sociais ou é só quando eles lhes são favoráveis politicamente?

A valorização que o Deputado José Ávila deu aqui à posição da Federação de Pescas, não me parece que seja a mesma valorização que se dá a outros parceiros. Mas porquê? É porque esta serve o objetivo do PS?

Depois tenho ainda uma outra questão para terminar esta minha terceira intervenção, espero ainda vir a debate sobre este assunto caso haja necessidade, e que tem a ver com o seguinte, tem a ver com outra afirmação que foi feita aqui relativamente à unanimidade do Conselho Administrativo nas decisões que toma.

Ora bem, se precisávamos de algum indicador do quão governamentalizado está aquele Conselho melhor não há.

O Governo Regional tem este setor, designadamente ao nível do movimento associativo, completamente condicionado, ...

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: ... daí a unanimidade nas decisões do Conselho de Administração.

Isto que eu estou a dizer Sr. Secretário, não é para o provocar. O Sr. Secretário está a chegar agora. É para o Sr. Secretário perceber quais são as posições das

diferentes oposições, relativamente a esta questão. Não é por sermos oposições que deixamos de ter razão.

Isto Sr. Secretário é um contributo que eu lhe estou a dar para que V. Exa. possa olhar para esse setor de uma forma diferente...

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Tenho Sra. Presidente?

Presidente: Tem.

O Orador: Eu estava tão empolgado, não posso continuar?

(Risos da câmara)

Vou terminar.

Sr. Secretário estou a dizer isto não só com frontalidade mas com seriedade.

De facto a imagem que se tem do setor é muito má e houve uma excessiva governamentalização deste setor.

Portanto, é bom que se olhe para este setor, até pela importância económica que ele tem, não como um instrumento político do PS, mas como um setor demasiado importante para ser tratado da forma como tem sido tratado até agora e eu confio que V. Exa. e o Governo Regional possam de facto pôr mão a algumas arbitrariedades, discricionariedades, todas que têm acontecido no setor.

Obrigado Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria naturalmente de aproveitar esta oportunidade para deixar aqui mais alguns esclarecimentos relativamente às intervenções dos diferentes partidos.

Em primeiro lugar dizer que o FUNDOPESCA não é ativado quando o Governo decide, ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... é sim ativado quando as condições que estão consagradas no diploma a isso o recomendam.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Por que será que o ano passado não aconteceu?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): É quando o Governo decide!

O Orador: Estas condições estão perfeitamente claras, têm a ver com a inoperacionalidade dos portos; tem a ver com períodos longos de mau tempo; tem a ver com a interdição de pesca por razões excecionais de preservação de recursos e tem a ver também com a impossibilidade do exercício da faina por condicionantes decorrentes do carácter migratório das espécies, o qual iremos acrescentar na nossa proposta também, porque achamos que esta carece desta referência: “condições de mau tempo provocados por períodos longos de mau tempo que impeçam os pescadores de irem para o mar”.

Portanto, o que pretendemos é de facto criar um quadro claro, específico, transparente que refira todas as circunstâncias em que o FUNDOPESCA deve ser ativado.

Melhor exemplo do que demos há cerca de 15 dias foi quando por iniciativa própria do Governo, decidimos ativar o FUNDOPESCA ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Por iniciativa própria do Governo! Está a ver? Acabou de dizer uma coisa e agora já diz outra! Por iniciativa própria do Governo!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Já aconteceu e não ativaram!

O Orador: Exato! Porque estavam reunidas as condições para que isto pudesse acontecer. Não foi por mera decisão. Foi porque estavam reunidas as condições de mau tempo que aconselharam essa iniciativa, por isso não é uma decisão desfundamentada, é uma decisão consubstanciada em circunstâncias que de facto ocorreram e que são do conhecimento de todos nós.

Não é pois uma ajudazinha como o BE pretende referir, é sim de facto um direito que os pescadores têm e que está consagrado nos parâmetros que o diploma evidencia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É a maledicência interna!

O Orador: Devo também referir que aquilo que os pescadores descontam é de facto o contributo que eles dão ao FUNDOPESCA, mas é manifestamente insuficiente, e a Sra. Deputada Zuraida Soares certamente saberá isso, para fazer face àquilo que são as verbas envolvidas no pagamento do FUNDOPESCA.

Portanto, o maior contributo é do orçamento regional, para que se possa de facto atribuir essa ajuda sempre que ela é necessária.

Reitero também, mais uma vez, o facto do FUNDOPESCA não dever ser acionado apenas uma vez no ano. Poderá não ser acionado nenhuma vez e oxalá que isto possa acontecer, é sinal que as condições de pesca foram favoráveis e que os pescadores tiveram oportunidade de pescar todo o ano. Poderá ser acionado várias vezes no ano, como tem sido, sempre que as condições a isso o exijam.

Relativamente à composição do Conselho Administrativo aquilo que pretendemos de facto é compô-lo de acordo com a orgânica atual do Governo, desgovernamentalizando a sua composição. Vamos propor apenas dois membros de departamentos ligados ao Governo, conforme já tive oportunidade de referir neste debate e cerca de quatro representantes dos pescadores e dos armadores, bem como mais um elemento da Lotação, porque é necessário para que se possam facilmente agilizar todas as iniciativas necessárias ao cálculo do FUNDOPESCA.

Relativamente à questão do DOP, nada nos move contra o DOP, naturalmente que não. O DOP é uma instituição da nossa universidade que prestigia não só a universidade como os nossos Açores, em termos nacionais e em termos internacionais. Todos sabemos isso, mas sabemos também que a maioria das

vezes, se não a totalidade das vezes em que o FUNDOPESCA foi ativado, teve sempre a ver com condições meteorológicas adversas.

Por isso entendemos que o DOP é sim importante quando se verificam algumas das outras condições que prevê no diploma, designadamente a interdição de pescado por razões de preservação de recursos e a impossibilidade do exercício da faina por condições decorrentes do carácter migratório das espécies, coisas que até à data nunca aconteceram.

Nessa circunstância é perfeitamente possível consultar o DOP que fará o devido enquadramento e proporcionará ao Conselho Administrativo as decisões mais corretas em cada um dos momentos que eventualmente se verifica.

Relativamente à questão do diploma que vamos apresentar, não há aqui nenhuma intenção de fragilizar quem quer que seja. O diploma está concluído, provavelmente virá a Plenário na próxima sessão.

Tivemos oportunidade na comissão também de manifestar alguma concordância relativamente a alguns aspetos que foram colocados nesta proposta de alteração, é verdade. Vamos enriquecê-lo e cá traremos no próximo Plenário para discussão e aprovação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pergunta irresistível Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Se está tudo bem, se é a própria Federação das Pescas que diz que não precisa de nenhuma alteração ao FUNDOPESCA, se o BE tem andado a insistir há quatro anos em fazer alterações e o PS as reprova sempre, mesmo quando não havia nenhuma proposta do Governo no horizonte, a pergunta óbvia só poder ser: então por que é que o Governo Regional vai apresentar uma proposta de alteração ao FUNDOPESCA?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Gostava de ter a resposta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De uma coisa acho que não restam dúvidas nesta casa, nem a ninguém, as dificuldades porque passam muitas famílias que dependem da pesca nos Açores.

Não querendo aqui eternizar uma velha questão discutida no plenário passado nesta casa e a fome que existiu ou não nas escolas, nós temos assistido por diversas vezes nos órgãos de comunicação social desta Região, inúmeros pais a dizerem que não têm condições de dar comida aos seus filhos (profissionais da pesca).

Portanto, quando nós temos um pai que é pescador vir a um telejornal dizer que não tem dinheiro para sustentar a sua família ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... não restam dúvidas da situação que vivem muitas famílias nesta Região e que dependem essencialmente e só da pesca.

Deputado Francisco Silva (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Feito este contexto, que me parece que não restam dúvidas a ninguém, gostaria de colocar uma questão muito concreta ao Sr. Secretário.

A questão prende-se com aqueles pescadores ou aqueles trabalhadores que vivem só da pesca, mas que trabalham em terra, ou seja, nós todos sabemos que para se ir para o mar é preciso fazer um trabalho que é feito em terra.

Se é verdade que as condições de mar durante este inverno não têm permitido dias, semanas, em alguns casos até meses seguidos, não ir para o mar, quando não é possível e quando o mar está bom, eles têm que ir para o mar e alguém tem que estar em terra a fazer esse trabalho.

Como é que o Governo Regional tem conseguido ...

Deputado Francisco César (PS): Verificando!

O Orador: ... verificar se estas famílias têm ou não condições de sustento, porque o diploma que está em vigor não determina apoio a estes trabalhadores que estão em terra?

Mas também sabe-se que alguns desses trabalhadores têm sido apoiados pelo FUNDOPESCA.

A questão que se coloca de fundo, é qual é o critério? Como é que o Governo Regional ou o conselho têm chegado a estes pescadores ou a estes trabalhadores? Por que é que uns recebem e outros não? Qual é o critério? Como é que se define esse apoio?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor foi estragar a intervenção do Sr. Deputado Francisco Silva!

O Orador: Portanto, esta é uma questão que se coloca, que está patente no diploma e no Projeto de Resolução agora aqui em discussão do BE, mas que de facto não está na legislação em vigor.

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

O Orador: Compreendo Sr. Deputado Berto Messias que esta é uma intervenção que o incomoda, lamento mas tem que ouvir.

Deputado Berto Messias (PS): Profundamente! Basta olhar para mim e vê-se que está incomodado!

O Orador: Basta, se não o senhor estava a ouvir e não estava aí com os apartes que está.

A questão que se coloca neste caso em apreço, nem sequer é ao Sr. Deputado Berto Messias, é ao Sr. Secretário.

Portanto, fico a aguardar uma resposta.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): As asneiras que o senhor diz é que me incomodam!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É bom para ficar claro perante esta câmara a razão pela qual o PS não concorda com a Proposta do BE.

O PS não concorda com a Proposta do BE, não porque irá ser apresentada uma nova proposta pelo Governo Regional, esta será apresentada e aliás é uma promessa de campanha eleitoral.

O PS não concorda com a proposta do BE, não porque não se passem dificuldades no setor da pesca, é verdade, todos os setores atravessam dificuldades e o das pescas é um destes setores.

Nós não concordamos com a Proposta do BE, porque ela é pior do que aquela que está em vigor. A Proposta do BE é pior do que aquela que está em vigor.

(Risos da Deputada Zuraida Soares)

A Proposta do BE exclui pescadores de serem elegíveis para receber o FUNDOPESCA.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A proposta do BE faz com que os pescadores só possam receber, uma única vez, o FUNDOPESCA.

Nós temos uma proposta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor tem? Onde é que está a sua proposta, Sr. Deputado?

O Orador: ... e os senhores conseguem fazer a coisa incrível de trazer a esta mesma câmara uma proposta que é pior do que aquela que está e que exclui mais pescadores daquilo que lhes é devido.

Os senhores podem ter a certeza de uma coisa: nós sempre o dissemos e dissemos isto durante a campanha eleitoral, este é um compromisso nosso.

Há necessidade de melhorar o FUNDOPESCA. Este é um comprometimento e uma promessa de campanha e isso será concluído muito brevemente. São essas as palavras do Sr. Secretário.

Não podem é contar connosco para transformar o FUNDOPESCA naquilo que ele não é, num subsídio e que ainda por cima exclui pescadores da remuneração que lhes é devida.

Portanto, Sra. Deputada, estamos conversados sobre esta matéria.

Nós não iremos prejudicar os pescadores e a sua proposta claramente é isso que concretiza.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estava com saudades de ouvir o PSD!

O Orador: Penso que hoje se confirma aquela proposta que fiz e questioneei, na altura na Comissão, o Sr. Secretário: quando é que previa apresentar nesta câmara a proposta de alteração ao FUNDOPESCA e se tivesse discutido em simultâneo estas duas propostas acho que teria sido vantajoso para ambos ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: ... os contributos que poderiam surgir. Na altura alertamos para isso, propusemos isso e hoje prova-se que teria sido vantajoso.

Sr. Secretário, o senhor disse exatamente, na sua última intervenção, o que todos os partidos da oposição dizem relativamente a este processo. É preciso um quadro transparente Sr. Secretário. É isso mesmo Sr. Secretário. É preciso transparência neste processo.

É preciso rigor e é isso que efetivamente esperamos que se venha – com esse quadro transparente, que o senhor referiu – a corrigir erros e procedimentos muito graves que existiam num passado recente e na legislatura passada e hoje aqui já foi dito que a herança que o senhor tem, nesse processo em particular, é uma herança pesada.

Permita-me Sr. Secretário também que discorde de si quanto à inclusão do DOP nesta matéria. Uma das razões para a ativação do FUNDOPESCA é a preservação dos recursos e eu não encontro nesta Região entidade com maior

competência para avaliar essa preservação, para dar o seu contributo nessa matéria, do que o DOP.

Portanto, faz todo o sentido o DOP estar num organismo desta natureza.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Precisamos de facto de dar contributos e essa é uma necessidade muito grande para dignificar este setor.

Nesse contexto ninguém consegue dignificar um setor, sem rendimentos.

Eu gostava de colocar ao Sr. Secretário, para ver se me consegue confirmar esses dados, a seguinte questão. Foram referidos recentemente por um parceiro do setor alguns dados que são absolutamente preocupantes e que de um estudo que esse parceiro social fez a 465 trabalhadores da ilha de S. Miguel, chegou aos seguintes números: 35% destes profissionais tinham rendimentos médios mensais inferiores a 100 euros; 35% tinham rendimentos médios mensais entre 100 e 200€; 8% tinham rendimentos médios mensais entre 300 e 400€ e apenas 37 profissionais tinham rendimentos entre 400 e 500€.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Isso é que é uma análise séria!

O Orador: Esses números foram públicos. Eu queria saber se o Sr. Secretário mandou avaliar e se pode confirmar se esses números são verdadeiros ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está a referir-se a que ano?

O Orador: ... e se são se pensa tomar alguma medida relativamente a este setor para tentarmos de uma vez por todas resolver um problema que é essencial e que é crucial resolvermos, que é a dignificação deste setor, que é muito necessária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que não está bem, porque se estivesse tudo bem não estaríamos aqui a discutir a necessidade de se fazer uma alteração ao diploma, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora bem! O Partido Socialista tem que contestar isso!

O Orador: ... há que adaptá-lo aos nossos tempos, há que dotá-lo de maior transparência e de maior rigor, há que dotá-lo de maior agilidade face às necessidades que o setor atravessa.

Isso são tudo premissas que acho que temos partilhado tanto na discussão que houve na comissão como nesta discussão que está aqui a haver no Plenário.

Por isso é que estamos com intenção de fazer alterações ao diploma, criando um novo diploma que dê respostas mais fáceis, mais ágeis, mais práticas àquilo que são as necessidades dos pescadores face às condições adversas em que exercem a sua atividade a cada dia que passa.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Silveira. De facto têm sido pagas ajudas no âmbito do FUNDOPESCA a alguns profissionais a alguns profissionais da pesca, que não exercem a sua atividade no mar e esses cálculos são feitos com base nos descontos que eles próprios fazem para as verbas do FUNDOPESCA.

Pretendemos também clarificar este aspeto, relacionando os profissionais que exercem a sua atividade relacionada com a pesca, em terra, com o barco a que estejam ligados.

Ou seja, neste momento, de facto, o diploma é omissivo porque não permite a ligação entre o profissional que exerce atividade em terra e o barco para o qual ele contribui.

Portanto, é uma das intenções da nossa proposta de alteração, de facto criar esta ligação para que se possa de uma forma também mais transparente, mais fácil de avaliar, fazer esta ligação e atribuir a estes profissionais a ajuda que também certamente lhes será devida.

Transparência e rigor, Sr. Deputado Luís Garcia, são os parâmetros por que se pauta a atividade e a ação deste Governo.

Portanto também aqui serão tidos em conta estes valores tão importantes na nossa ação diária.

Relativamente às questões que colocou do rendimento dos pescadores, não mandei ainda avaliar, mas certamente terei todo o gosto em fazê-lo e implementar as medidas necessárias à minimização destas circunstâncias.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Silveira citou uma notícia que o preocupou e a mim também, ...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Uma não, várias!

O Orador: ... sinceramente, que saiu (salvo erro que é a mesma) intitulada “Pescadores pedem à lota para pagar o pescado a tempo e horas”. Suponho que é esta.

De qualquer maneira pensava que estava a referir-se a esta porque esta notícia é evidente que também me preocupou a mim e é legítimo que tenha preocupado toda a gente. Tentei perceber o que é que se passava, ainda para mais quando a introdução da notícia diz: “uma vez mais os mestres de embarcações de pesca, queixam-se de atrasos no pagamento do pescado entregue na lota”.

É claro que eu fui tentar saber o que é que se passava e depois verifiquei que tendo em conta o dia 1 de janeiro deste ano, as descargas efetuadas, as operações efetuadas, fiquei a saber que das 4 086 operações feitas até esta data (até fevereiro desde o dia 1 de janeiro), já tinham sido pagas 4 075, faltavam pagar 11.

Portanto, dos montantes já tinham sido pagos 2,2 milhões de euros e faltava pagar 92 000.

Não sei como é que saiu esta notícia.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o Sr. Deputado Luís Silveira não é que fez a notícia!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, penso que estamos em condições de votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando que são 19 horas e 30 minutos dou por encerrados os trabalhos de hoje.

Continuamos amanhã às 10 horas.

Uma boa noite para todos.

Eram 19 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha Nunes

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

Luís Carlos Martins Maciel

Partido Social Democrata (PSD)

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Que regula o exercício da atividade de compra e venda de artefactos de ourivesaria usados e de subprodutos novos deles resultantes, define os meios de prevenção e de combate aos crimes de branqueamento de capitais e de furto, roubo e recetação de artefactos de ourivesaria usados e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização dessa atividade - PCM (MAI) - (Reg. PL 77/2013) - n.º 20/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 03 – 18

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 27;

Assunto: Que aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras - PCM (MEE) - (Reg. PL 76/2013)- n.º 21/X -

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 03 – 18

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 27;

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro, que estabelece o regime do exercício da atividade pecuária, alargando o prazo de licenciamento das atividades pecuárias - MAMAOT - (Reg. DL 90/2013) -n.º 22/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 03 – 19

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 29;

Assunto: Que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, que estabelece o regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral - MAI - (Reg. DL 99/2013) – n.º 23/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 03 – 20

Comissão: Política Geral / com colaboração de Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 29;

Assunto: Que Procede à desafetação do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa Maria e transfere os referidos bens para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores - MEE - (Reg. DL 106/2013). - n.º 24/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 04 – 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 04 – 10;

Assunto: Que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2013, de 18 de fevereiro, aprova o novo regime jurídico de sector público empresarial - MF - (Reg. DL 111/2013).- n.º 25/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 04 – 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 04 – 10;

Assunto: Que procede à primeira alteração ao Decreto Lei n.º 152/2009, de 2 de julho, que estabelece os requisitos zoo-sanitários aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, assim como à prevenção e ao combate a certas doenças dos animais aquáticos - MAMAOT - (Reg. DL 107/2013). - n.º 26/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 04 – 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 04 – 10;

Assunto: Procede à regulamentação da Lei n.º 127/99, de 20 de agosto, relativa às associações de pessoas com deficiência, designadamente sobre a respetiva

constituição, âmbito, objeto, autonomia, representatividade, apoios, registo e o regime aplicável aos seus dirigentes e respetiva tutela - MSS - (Reg. DL 102/2013). N.º 27/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 04 – 22;

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário – n.º 10/X](#)

Autor: BE

Entrada: 2013 – 04 – 02

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 02.

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar – n.º 8/X](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 03 – 26

Pedido de urgência e dispensa de exame;

5 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional que reintroduza a vacina pneumocócica no Plano Regional da vacinação – n.º 25/X](#)

Autor: CDS/PP

Data entrada: 2013- 04 – 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-05-03;

Assunto: [Projeto de Resolução - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente – nº 26/X](#)

Autor: PS

Data entrada: 2013- 04 – 14

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que promova o estudo, de natureza interdisciplinar e com recurso à recolha de material que permita estabelecer a sua datação, dos achados arqueológicos realizados recentemente na Grota do Medo, no Monte Brasil e na Ilha do Corvo – nº 27/X](#)

Autor: PPM

Data entrada: 2013- 04 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-05-.09.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Redução e remuneração dos gestores públicos regionais](#)

Autores: Nuno Melo Alves, Artur Lima e Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.03.20.

Referência: 54.01.00 – N.º 78/X;

Assunto: [Extensão do Serviço Regional de Saúde ao concelho das Lajes das Flores](#)

Autor: Bruno Melo (PSD)

Data de Entrada: 2013.03.25.

Referência: 54.03.08 – N.º 79/X;

Assunto: [Ponto de situação do processo de descontaminação das zonas afetadas junto à Base das Lajes, segundo estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil](#)

Autores: Berto Messias, Francisco Coelho, Domingos Cunha, António Toste, Cláudia Cardoso e Paulo Borges (PS)

Data de Entrada: 2013.03.26

Referência: 54.02.03 – N.º 80/X;

Assunto: [Proveitos de exploração das “Portas do Mar”](#)

Autores: Nuno Melo Alves, Artur Lima e Luís Silveira (CDS)

Data de Entrada: 2013.03.26

Referência: 54.01.02 – N.º 81/X;

Assunto: [Situação da Via de Acesso à Ferraria](#)

Autores: Jorge Macedo, Luís Maurício e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2013.03.27

Referência: 54.03.02 – N.º 82/X;

Assunto: [Resultados dos testes intermédios](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2013.03.28

Referência: 54.03.00 – N.º 83/X;

Assunto: [Sistema de Incentivos](#)

Autor: Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2013.04.02

Referência: 54.03.00 – N.º 84/X;

Assunto: [Bolsa Regional aos estudantes do ensino superior](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.04.04

Referência: 54.06.00 – N.º 85/X;

Assunto: [Participação de equipas de futebol e futsal em competições de âmbito nacional, regional e inter-associações](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.04.05

Referência: 54.06.00 – N.º 86/X;

Assunto: [Diminuição de especialistas compromete papel do Hospital da Horta?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2013.04.10

Referência: 54.03.07 – N.º 87/X.

6 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Valências na Aerogare Civil das Lajes - Ilha Terceira](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.26

Referência: 54.01.03 – N.º 49/X;

Assunto: [Apoios na área da alimentação animal para a ilha das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.26

Referência: 54.05.08 – N.º 56/X;

Assunto: [Avaria de equipamentos na RIAC das Velas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.26

Referência: 54.03.05 – N.º 68/X;

Assunto: [Apoios concedidos pelo PROMEDIA II.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.03.26

Referência: 54.03.00– N.º 70/X;

Assunto: [Novo plano estratégico para o setor turístico nos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.02

Referência: 54.01.00– N.º 71/X;

Assunto: [Situação dos trabalhadores da Marina Angra Hotel](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.09

Referência: 54.03.03– N.º 60/X;

Assunto: [Sistemas de Incentivos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.09

Referência: 54.03.00– N.º 84/X;

Assunto: [Apoiar festivais com critério](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.11

Referência: 54.03.01– N.º 46/X;

Assunto: [Parques de estacionamento da Aerogare Civil das Lajes - Ilha Terceira \(II\)](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.04.11

Referência: 54.01.03– N.º 73/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar Relatórios de 2012 e quadriénio 2009/2012 do Promédia II

Proveniência: José Gabriel L.M. Ávila

Data de Entrada: 2013.02.20;

Assunto: Ofício sobre as Derrocadas na margem poente da ribeira do Guilherme junto à Estrada Regional da Lomba da Fazenda

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, José Carlos Barbosa Carreiro

Data de Entrada: 2013.03.25;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, as verificações internas e contas de gerência aprovadas e abaixo indicadas:

- VIC. n.º 1/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.03) – “Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores”;
- VIC n.º 2/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.10) – “Escola Básica e Secundária de Povoação”;
- VIC n.º 3/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.12) – “Escola Básica Integrada Canto da Maia”;
- VIC n.º 4/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.18) – “Escola Secundária Vitorino Nemésio”;
- VIC n.º 5/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.21) – “Escola Básica Integrada de Arrifes”;

Proveniência: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013.03.25;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/X “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar”

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 03 – 26;

Assunto: Ofício a solicitar Pedido de urgência e dispensa de exame do Projeto de Resolução - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos pedidos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente – nº 26/X

Autor: PS

Data entrada: 2013– 04 – 05;

Assunto: Ofício a enviar de relatório anual de atividades inspetivas, nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/A, de 11 de junho, que criou o regime jurídico aplicável à venda e consumo de bebidas alcoólicas, na Região Autónoma dos Açores.

Autor: Gabinete do Vice-Presidência – Emprego e Competitividade Empresarial

Entrada: 2013 – 03 – 28;

Assunto: Ofício a enviar Exposição do sr. José Manuel Simões Tavares.

Autor: José Manuel Simões Tavares

Entrada: 2013 – 3 – 30;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de Atividades de 2012 – Provedor do Utente da Saúde

Autor: Gabinete do Secretário Regional da Saúde

Entrada: 2013 – 04 – 01;

Assunto: Ofício a comunicar que retoma o seu mandato de deputado a partir do dia 8 de abril de 2013, cessando nessa data a substituição temporária solicitada em 6 de novembro de 2012

Autor: Francisco José Ferreira Silva

Entrada: 2013 – 03 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar que o Senhor Francisco José Ferreira Silva, eleito pelo círculo eleitoral de S. Miguel, retomará o seu mandato de deputado no dia 8 de abril de 2013, cessando nessa data a substituição temporária do Senhor Deputado Nuno Melo Alves, solicitada em 6 de Novembro de 2012

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Entrada: 2013 – 03 – 26.

8 – Relatórios:

Assunto: [Manifesto contra a inceneração nos Açores](#)

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.03.19;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 367/XII – Adota medidas que salvaguardam os direitos dos arrendatários titulares de contratos habitacionais celebrados antes da vigência do regime de arrendamento urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, e de contratos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro, primeira alteração à Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.- n.º 26/X](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.22;

Assunto: [Proposta de Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e 2006/123/CE, do Parlamento](#)

[Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.22;

Assunto: [Audição sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia e sobre as iniciativas europeias sobre as quais a Região pretende pronunciar-se](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.22;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei N°216/2012, de 9 de outubro, que estabelece o regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.03.22;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 374/XII, que atribui à Assembleia da República a competência para a aprovação das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional \(1ª alteração à Lei n° 31-A/2009, de 7 de Julho, que aprova a Lei da Defesa Nacional\).](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.04.03;

Assunto: [Petição n° 18/2012 - intitulada “Pela não destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo”, que reúne um total de 1556 \(mil quinhentas e cinquenta e seis\) assinaturas, tendo como primeiro signatário o Arqueólogo Paulo Alexandre Monteiro](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.03.21;

Assunto: [Petição n.º 1/X - “Criação de Legislação sobre Reformas”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.04.12;

Assunto: [Petição n.º 22/2012, intitulada “Pedido de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral, ainda que a título sucessivo, do artigo 6.º, n.º 1, al. a\) e b\) da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na versão alterada decorrente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2012, de 27 de junho”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.04.12;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais, e transpõe a Diretiva n.º 2011/7/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011. – MF – \(Reg. DL 64/2013\).](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.03.20;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei – Aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras – PCM \(MEE\) – \(Reg. PL 76/2013\).](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.03.27;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que regula o exercício da atividade de compra e venda de artefactos de ourivesaria e de subprodutos novos deles resultantes, define os meios de prevenção e de combate aos crimes de branqueamento de capitais e de furto, roubo e recetação de artefactos de](#)

ourivesaria usados e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização dessa atividade – PCM (MAI) – (Reg. PL 77/2013).

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.03.27;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro, que estabelece o regime do exercício da atividade pecuária, alargando o prazo de licenciamento das atividades pecuárias – MAMAOT – (Reg. DL 90/2013).

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.03.27;

Assunto: Relatório e Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 132/XII - Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.04.03;

Assunto: Que procede à desafetação do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa Maria e transfere os referidos bens para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores – MEE – (Reg. DL 106/2013) - n.º 24/X

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.04.10;

Assunto: Que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de julho, que estabelece os requisitos zoo-sanitários aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, assim como à prevenção e ao combate a certas doenças dos animais aquáticos – MAMAOT – (Reg. DL 107/2013) – 26/X.

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.4.10;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2013, de 18 de fevereiro, aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial – MF – \(Reg. DL 111/2013 - n.º 25/X](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2013.04.10;

Assunto: [Projeto de Resolução N.º 15/X- Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.04.11.

9 – Diários:

Considera-se aprovado o Diário da ALRAA n.º 11.

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs 12, 13, 14,15,16 e 17.

—

A Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado

P'la Redatora, Noélia Escobar

